

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PPGA – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
MESTRADO ACADÊMICO – ORGANIZAÇÕES

Daniela Santos da Silva

A LUTA DOS MORADORES DO QUILOMBO DA FAMÍLIA FIDÉLIX  
(PORTO ALEGRE/RS) PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Porto Alegre

2013

Daniela Santos da Silva

A LUTA DOS MORADORES DO QUILOMBO DA FAMÍLIA FIDÉLIX  
(PORTO ALEGRE/RS) PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sueli Maria Goulart

Porto Alegre

2013

Daniela Santos da Silva

A LUTA DOS MORADORES DO QUILOMBO DA FAMÍLIA FIDÉLIX  
(PORTO ALEGRE/RS) PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sueli Maria Goulart

Conceito final:

Aprovado em ..... de .....de.....

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Ceci Misoczky – UFRGS

---

Prof. Dr. Ariston Azevedo – UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eloise Livramento Dellagnelo – UFSC

---

Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sueli Maria Goulart – UFRGS

*Para minha mãe, Nara Regina,  
e meus afilhados Natalia, Rafael e Luis*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, Nara, por ser o meu esteio e o meu exemplo de Dandara.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Sueli Goulart, pela confiança e paciência.

À coordenadora do grupo de pesquisa Organização e Práxis Libertadora, Prof<sup>a</sup>. Maria Ceci Misoczky, pela oportunidade.

À minha família, em especial minha irmã Josiane Medeiros, por entender (ou relevar) as minhas ausências e acreditar nos meus objetivos.

Ao Quilombo da Família Fidélix e à Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas, por tão bem me receberem e tanto me ensinarem. Por possibilitarem que este trabalho tenha sido realizado.

Aos meus amigos, em especial Fernanda Kraemer, Enéias Dias, Adriano Saraiva Amaral, Luis Filipe Techera, Ana Carolina Machado e Andreia Laimer, por sempre me incentivarem a seguir em frente.

## RESUMO

Esta Dissertação teve como tema de estudo a luta dos moradores do Quilombo da Família Fidélix, de Porto Alegre/RS, pela regularização fundiária. Lembrados como refúgios formados por escravos fugidos durante o regime escravista brasileiro, os quilombos ganharam visibilidade na atualidade a partir das mobilizações do Movimento Negro na década de 1980, que agregou as reivindicações dessas comunidades às suas pautas de luta, em especial a reivindicação por regularização fundiária. A exposição desse estudo de caso se inicia com um breve histórico da integração do negro na sociedade de classes e da trajetória do Movimento Negro organizado. Em seguida, são apresentadas as características dos movimentos sociais urbanos. Após a apresentação dos objetivos traçados para a pesquisa e dos procedimentos metodológicos utilizados, caracteriza-se a situação da população negra de Porto Alegre no passado e no presente. Em seguida, faz-se o resgate da história da Ilhota, região na qual hoje se localiza o quilombo em estudo. A formação da comunidade é então narrada, seguida da exposição sobre as estratégias criadas por seus moradores na luta por regularização fundiária e sobre a divisão da comunidade após a emergência da identidade quilombola. Analisa-se a situação de classe e de raça dos moradores e, por fim, são apresentadas as conclusões da pesquisa. Aponta-se que, desde a sua consolidação, o sistema capitalista articula a classe e a raça como uma forma de potencializar a exploração do trabalhador. A dificuldade de acesso à terra por parte da comunidade em estudo se relaciona, portanto, à situação de classe e à questão racial. A análise das estratégias criadas pelos moradores do Quilombo da Família Fidélix em sua luta por regularização fundiária se restringem ao pleito junto aos órgãos públicos, não havendo, portanto, a busca por alternativas para além do Estado.

**Palavras-chave:** Raça e classe. Movimento Negro. Movimentos Sociais Urbanos.

## ABSTRACT

This work is about the struggle of the residents of the Family's Fidelix *Quilombo* by land regularization in Porto Alegre/RS. Being known as hiding-places for black fugitive during the slavery in Brazil, the *quilombos* got visibility more recently due to the mobilization of the Black Movement during the 1980s, as they brought together the pleas of those communities to the roll of their struggles, particularly demand for regularization. The exposure of this case study begins with a brief history of black integration into society of classes and the trajectory of the Black Movement organized. Then we present the characteristics of urban social movements. After the presentation of the objectives set for the research and methodological procedures used, the situation of the black population of Porto Alegre in the past and present is characterized. Then, it is the story of the rescue of *Ilhota* region where today is located the quilombo study. The formation of the community is then narrated, followed by exposure of the strategies created by its residents in the struggle for land regularization and on the division of the community after the emergence of *quilombola* identity. We analyze the situation of class and race of the residents, and finally presents the conclusions of the research. It is points out that, since its consolidation, the capitalist system articulates class and race as a way to enhance the exploitation of the worker. The difficulty of access to land by the community under study relates, therefore, the situation of class and race. The analysis of strategies created by the residents of the Family's Fidelix *Quilombo* in their struggle for land regularization restricted to elections with public agencies, and there is therefore, the search for alternatives to the state.

**Keywords:** Race and class. Black Movement. Urban Social Movements

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA .....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO .....	18
2.1 A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES .....	19
2.2 O MOVIMENTO NEGRO .....	24
2.2.1 Os movimentos sociais urbanos.....	38
3 OBJETIVOS .....	43
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	44
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	50
5.1 A PORTO ALEGRE NEGRA: HISTÓRICO E ATUALIDADE .....	50
5.2 “QUANDO A GENTE CHEGOU AQUI, A GENTE SENTOU E OCUPOU UMA HISTÓRIA JÁ”: DA ILHOTA AO QUILOMBO DA FAMÍLIA FIDÉLIX .....	54
5.3 “OLHA, SE VOCÊS TIVEREM INTENÇÃO E NÃO PUDER COMPRAR...”: A OCUPAÇÃO.....	61
5.4 “PRA QUEM TU VAI TE QUEIXAR?”: AS ESTRATÉGIAS DA COMUNIDADE PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA .....	71
5.4.1 A Frente Quilombola.....	82
5.5 “FICOU UM POUCO PRA LÁ, OUTRO PRA CÁ”: AS DISPUTAS NA COMUNIDADE.....	90
5.6 A SITUAÇÃO DE CLASSE E DE RAÇA NA LUTA DOS MORADORES DO QUILOMBO DA FAMÍLIA FIDÉLIX.....	100
6 CONCLUSÕES .....	105
REFERÊNCIAS.....	110
APÊNDICE 1 – ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA: BREVE HISTÓRICO DOS QUILOMBOS NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL.....	119
APÊNDICE 2 – QUILOMBOS URBANOS DE PORTO ALEGRE.....	125
APÊNDICE 3 – SANTANA DO LIVRAMENTO E ANCESTRALIDADE NEGRA.....	146
ANEXO 1 – CARTA ABERTA DA FRENTE QUILOMBOLA (agosto/2011) .....	153



## 1 APRESENTAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

Este trabalho se insere nas problemáticas estudadas no grupo de pesquisa *Organização e Práxis Libertadora*, que tem entre seus objetivos valorizar e contribuir com o conhecimento produzido na práxis das lutas sociais. Enquanto participante desse grupo, entendo que a discussão de temas como o aqui tratado oportuniza aprofundar e refletir sobre como a população negra do país vem lutando por suas reivindicações na atualidade. Além disso, este trabalho está em sintonia com o projeto do qual fui bolsista, intitulado *Contribuições do pensamento social brasileiro para a qualificação do ensino e da pesquisa em administração pública*. Sendo assim, sempre que possível, busquei apoio teórico em autores que, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, uniram sua prática acadêmica ao ativismo social, em uma práxis crítica que tinha como horizonte a transformação do país.

O tema do estudo foi a luta dos moradores do Quilombo da Família Fidélis, de Porto Alegre/RS, pela regularização fundiária. As comunidades remanescentes de quilombo já foram tema de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento (como História, Geografia, Arquitetura e Antropologia, entre outras). Muitas delas, inclusive, forneceram informações fundamentais para a construção do presente trabalho. Contudo, encontrei poucas discussões a respeito dos quilombos contemporâneos no contexto dos movimentos sociais, sendo que nenhuma delas trabalha o tema sob o enfoque da organização da luta no contexto urbano. É essa contribuição que busco dar com a minha pesquisa.

Antes, porém, de iniciar a discussão do tema, acredito ser importante relatar a trajetória que percorri até chegar a ele. Sendo mulata e proveniente de uma família que a grande imprensa provavelmente caracterizaria como de classe média baixa, sempre tive interesse em conhecer mais a cultura negra, bem como entender o racismo e as maneiras mais apropriadas de me portar frente a ele. Assim, ao ingressar no Mestrado em Administração, a resistência à discriminação logo figurou como um possível assunto para investigação.

Os estudos feitos durante o Curso ampliaram esse interesse, levando-me a questionar as origens e os efeitos dessa discriminação. Levaram-me, ainda, a compreender que fatores socioeconômicos e ideológicos são o cerne dessa questão. Essas compreensões, junto às minhas inquietações iniciais, conduziram-me ao tema dos quilombos (APÊNDICE 1). Portanto, além da curiosidade acadêmica, esse trabalho atende a motivações e indagações pessoais.

Ao iniciar a pesquisa sobre os quilombos na atualidade, eu desconhecia a existência de quatro deles em Porto Alegre: o Quilombo da Família Silva (no bairro Três Figueiras), o Quilombo dos Alpes (no bairro Glória), o Quilombo da Família Fidélis e o Quilombo do Areal (ambos na Cidade Baixa) (APÊNDICE 2). A fim de buscar evidências sobre a sua situação, fiz uma primeira aproximação participando das comemorações do Quilombo da Família Silva no Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2010. Passei a acompanhar, desde então, as notícias sobre o assunto veiculadas na imprensa e em blogs. O que ficou patente, tanto nas notícias quanto nas falas dos quilombolas e militantes dos movimentos sociais participantes daquele evento, foi que a realidade dos quilombos atuais é marcada pelo que afirmam ser uma “luta pelo território”, entendida, fundamentalmente, como a luta que travam pelo reconhecimento do direito de posse da porção de terra por eles ocupada.

Via de regra, os quilombos são lembrados como refúgios formados por escravos fugidos durante o regime escravista brasileiro, que embasou a acumulação de capital nos primeiros séculos do país. Nesse regime, os negros africanos foram a principal mão-de-obra nas culturas extrativistas. Além de servirem à produção de mercadorias para exportação, os trabalhadores escravizados eram peças supervalorizadas no mercado internacional, tornando o tráfico negreiro uma grande fonte de riqueza para as elites. Por isso, o regime escravista foi duplamente vantajoso para as classes dominantes metropolitanas e coloniais.

Já para os negros, este regime era desumano:

A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atroz, atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compressão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga; depois, para ser outro, quando transfigurado etnicamente na linha

consentida pelo senhor, que é a mais compatível com a preservação dos seus interesses (RIBEIRO, 2006, p. 106).

A coisificação e crueldade com que os trabalhadores escravizados eram tratados não foram aceitas passivamente. A opressão e a exploração daquele período tiveram como resposta a resistência. Com efeito, Reis e Gomes (1996, p. 9) afirmam que:

Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual ou coletivamente. [...] Houve no entanto um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão – e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos.

Para Funari (1996, p. 28), os quilombos foram “o mais efetivo meio de se opor à escravidão, um desafio direto ao sistema patrimonial e autocrático”. A partir dos estudos e das reflexões feitas para o presente trabalho, entendo que a luta dos quilombolas do período colonial foi, portanto, fruto de um modo de produção que se consolidou através da supressão da liberdade dos negros, submetidos a um regime de trabalho desumano e a relações étnicas mutiladoras. Contra isso, eles resistiram fugindo e criando comunidades na quais, além de se verem livres das violências físicas e morais, organizavam a produção e reprodução de suas vidas conforme suas necessidades materiais e referências socioculturais.

*A priori*, a abolição oficial da escravidão e a proclamação da República tornariam o aquilombamento uma prática desnecessária, na medida em que todos os brasileiros passariam a ter os mesmos direitos perante a lei, assim como iguais condições de sobrevivência a partir do mercado de trabalho assalariado. Contudo, como afirma Florestan Fernandes (2008b), se a abolição oficial da escravidão trouxe profundas mudanças do ponto de vista histórico e econômico, o mesmo não ocorreu com as relações sociais.

Para o autor, o novo regime de trabalho e a prometida democracia não significaram relações igualitárias, na medida em que o Estado e as elites econômicas não proporcionaram aos ex-cativos as condições necessárias para o

ingresso no mercado de trabalho. Assim, o negro liberto ingressou no sistema capitalista na situação de proletário e, entre os demais integrantes dessa classe, em posição de inferioridade. Junto a isso, a discriminação racial funcionava como uma arma de autodefesa do branco, uma “barreira para a ascensão social do negro e mulato, para mantê-los nos limites subalternos” (FERNANDES, 1989, p. 99).

Assim, a análise da situação do negro, tanto no passado quanto no presente, e a luta pela transformação social do Brasil devem considerar a existência das “duas polaridades, que não se contrapõem mas se interpenetram como elementos explosivos — a classe e a raça” (FERNANDES, 1989, p. 62). Com base nessa perspectiva que funde a luta de classes à questão racial, será possível concretizar uma “Segunda Abolição” que libertaria não só os negros, mas todos os oprimidos e explorados do país.

[...] o preconceito e a discriminação raciais estão presos a uma rede de exploração do homem pelo homem em que o bombardeio da identidade racial é o prelúdio ou o requisito da formação de uma população excedente destinada, em massa, ao trabalho sujo e malpago [...]. Nessa população recrutam-se os malditos da terra, os que são ultra-espoliados e têm por função desvalorizar o trabalho assalariado, deprimir os preços no mercado de trabalho para elevar os lucros, quebrar a solidariedade operária e enfraquecer as rebeliões sociais (FERNANDES, 1989, p. 28).

Esse entrelaçamento entre raça e classe no modo de produção capitalista se expressa através da pobreza, discriminação racial e segregação sócio-espacial (FERNANDES, 2008b; CARRIL, 2006) que marginalizam prioritariamente a população negra. Assim como no passado colonial, parte dessa população resiste, dessa vez construindo um movimento social organizado. Para Lucio Kowarick (2000, p. 57), os movimentos sociais são “uma potencialização de reivindicações que se articulam em formas organizativas capazes de abrir espaços sociopolíticos sólidos e coletivos”.

O Movimento Negro, de acordo com Petrônio Domingues (2007, p. 102), é um “movimento político de mobilização racial (negra)” que constrói estratégias na luta por direitos. Na década de 1980, o Movimento Negro retomou a visibilidade dos quilombos no Brasil quando agregou as reivindicações dessas comunidades às suas pautas de luta. Essa mobilização resultou na inserção do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na Constituição de 1988, que

reconhece o direito dos remanescentes de quilombo à posse das terras que ocupam. Hoje essas comunidades são vistas como símbolos da resistência e da luta negra, inclusive para o Estado, que as define como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a *resistência* à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003, grifo meu).

Baseado em alguns pontos do *Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais*, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 1994), Mello (2008, p. 31-32, grifos meus) oferece uma indicação do que são as comunidades de remanescentes de quilombo:

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas sobretudo, *consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio*. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela *experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória e continuidade enquanto grupo*. Neste sentido, *constituem grupos étnicos* conceitualmente definidos pela antropologia como *um tipo organizacional* que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão.

Articulados nacionalmente com outros grupos engajados na luta social, quilombolas rurais e urbanos constroem o Movimento Quilombola que, enquanto uma das manifestações do Movimento Negro, tenta combater os efeitos de séculos de exclusão social e econômica. Seus esforços estão centrados especialmente na reivindicação de respeito à história e identidade étnica dessas comunidades, bem como na efetivação de seus direitos constitucionais básicos (como educação, segurança, saúde, habitação e a proteção contra o racismo) e específicos (a propriedade coletiva e definitiva das terras que ocupam).

Isso foi expresso pela *Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas*

(Frente Quilombola)<sup>1</sup>, uma das organizações que constituem o Movimento Quilombola, em Carta<sup>2</sup> divulgada em agosto de 2011 (ANEXO 1). As palavras de ordem que encerram o documento indicam as pautas de luta do coletivo: “pela titulação imediata e sustentabilidade das terras quilombolas”, “basta de racismo e assassinatos” e “reparação já” (FRENTE DE LUTA QUILOMBOLA NEGRA E POPULAR DE PORTO ALEGRE, 2011).

Nessa mesma Carta, estão evidenciados os principais interlocutores/rivais políticos da Frente Quilombola: o Estado – que, com a sua “opção de 'desenvolvimento' ”, “exclui a maior parte do povo brasileiro e especificamente povo negro e os povos indígenas” – e os grandes capitalistas, como os “latifundiários rurais e urbanos, grandes empreiteiras, empresas de papel e celulose e multinacionais contando com cumplicidade das grandes empresas de comunicação (escrita e falada)” (FRENTE DE LUTA QUILOMBOLA NEGRA E POPULAR DE PORTO ALEGRE, 2011).

Como mencionado, além de comunidades rurais, fazem parte da Frente Quilombola também comunidades que são enraizadas nos centros urbanos. Por conta disso, o pleito desse movimento envolve questões próprias das grandes cidades, fazendo com que o Movimento Quilombola, em grande medida, esteja inserido no conjunto dos movimentos sociais urbanos. De acordo com Kowarick (2000, p. 64),

a luta poderá ser caracterizada como urbana na medida em que, ocorrendo numa base territorial circunscrita às cidades, coloque em xeque a questão da terra, habitação ou dos bens de consumo coletivo. [...] Suas reivindicações podem ser pontuais quanto aos objetivos e aos locais da cidade ou, ao contrário, adicionar organizações díspares que passam a lutar por benefícios múltiplos e coletivos.

Em Porto Alegre, um dos quilombos mais ativos junto à Frente Quilombola é o

---

<sup>1</sup> Até junho de 2012, essa organização se denominava *Frente de Luta Quilombola Negra e Popular de Porto Alegre*. A adoção do nome hoje utilizado se deu durante reunião na Cúpula dos Povos. As próximas referências a esse coletivo serão feita como *Frente Quilombola*.

<sup>2</sup> Este documento foi enviado por *e-mail* aos militantes da Frente Quilombola. Foi postado também em sítios e blogs de diversos grupos participantes ou apoiadores das reivindicações quilombolas, entre eles a unidade gaúcha do Movimento Negro Unificado (MNU-RS), a Rede Mocambos, o Grupo de Trabalho Combate ao Racismo Ambiental, o Observatório Quilombola e o Coletivo Catarse.

Quilombo da Família Fidélis, localizado na Cidade Baixa. Segundo Sérgio Fidélis, uma de suas lideranças, a comunidade é formada por aproximadamente 130 moradores distribuídos em 32 unidades familiares. A maioria de seus integrantes é negra e natural da cidade de Santana do Livramento/RS (ANJOS, 2009; Diário de Campo). Essa comunidade já foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, ou seja, foi oficialmente reconhecida como remanescente de quilombo. O processo de titulação, que confere a propriedade coletiva da área ocupada, encontra-se em aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA desde 2007. É nesse contexto que, com o objetivo principal de alcançar a sua regularização fundiária<sup>3</sup>, parte da comunidade se une aos demais quilombos da cidade e a grupos engajados na luta social. Por outro lado, parte dessa mesma comunidade não se identifica como remanescente de quilombo e concentra seus esforços na regularização através da Prefeitura Municipal. Portanto, concomitante e relacionada à luta da comunidade por regularização, há um conflito instalado entre os seus moradores.

Frente a esse quadro e inspirada na concepção de movimentos sociais de Kowarick (2000), no presente trabalho busquei identificar e analisar as estratégias e práticas que essa comunidade construiu para potencializar seus esforços para alcançar suas demandas sociais. Cabe ressaltar que me refiro a estratégias em sentido amplo, significando os caminhos escolhidos para atingir objetivos.

Com base em todo o exposto, a pergunta que orientou a investigação aqui apresentada foi: **quais são as estratégias e as práticas dos moradores do Quilombo da Família Fidélis (Porto Alegre/RS) em sua luta por regularização fundiária?**

Como foi destacado no início desse texto, os quilombos contemporâneos já foram objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento. Porém, grande parte desses estudos se debruça sobre os aspectos culturais dessas comunidades, dando pouca ou nenhuma atenção às questões socioeconômicas que elas tornam

---

<sup>3</sup> Conforme o Artigo 46 da Lei nº 11.977, de julho de 2009, “a regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (BRASIL, 2013).

flagrantes, como a sobreposição da situação de classe e da questão de raça enquanto uma fonte de exploração e exclusão. Da mesma forma, percebi a ausência de trabalhos que versem sobre o modo como o negro luta pela posse da terra no contexto urbano, o que inclui as mobilizações para fazer cumprir os direitos dos remanescentes de quilombo. Sendo assim, nesse trabalho, intento trabalhar sobre essas questões que aparecem como importantes oportunidades para aprofundamento e reflexão sobre as comunidades remanescentes de quilombo e, assim, sobre a população negra do país.

Considerando especificamente a área dos Estudos Organizacionais, busquei, com esse trabalho, agregar conhecimento às pesquisas que vem sendo realizadas no grupo de pesquisa *Organização e Práxis Libertadora*, que tem entre seus objetivos valorizar e contribuir para a práxis das lutas sociais. Nesse sentido, trazer para a discussão o modo como se dá a luta de uma comunidade negra por sobrevivência e/ou transformação é dar visibilidade à uma mobilização que expressa, a um só tempo, a luta de classes e as relações raciais em nosso país, em todas as suas contradições.

Ao fundamentar essa análise principalmente no pensamento de Florestan Fernandes, busco também valorizar o pensamento crítico e a prática militante de autores que lutavam para termos um país mais justo e que, devido à repressão política, tiveram sua trajetória dificultada ou interrompida.

O intento desse trabalho é, ainda, contribuir com a luta negra. Ao analisar, a partir da teoria, como a exclusão social e econômica do negro foi sendo construída ao longo do tempo e o modo como os militantes sociais vem lutando contra ela no presente, ambiciono colaborar para a reflexão necessária à luta cotidiana. Não há, no entanto, o intuito de prescrever de que forma a luta deverá ser travada, mas sim auxiliar na reflexão que poderá promover o fortalecimento de seu potencial para resistir à opressão e transformar a realidade.

Assim, além dessa (1) introdução, esta dissertação é constituída por outros oito capítulos: (2) referencial teórico-empírico empregado; (3) objetivo geral e objetivos específicos traçados; (4) procedimentos metodológicos utilizados; (5) apresentação e análise dos resultados da pesquisa e (6) considerações gerais.



Trago anexas, por fim, algumas informações que foram importantes para a compreensão do objeto estudado.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

Neste capítulo são apresentadas as principais referências teóricas que embasaram a problematização do tema e a execução da investigação. Como ficará evidente nas próximas linhas, o pensamento sociológico e militante de Florestan Fernandes (1989; 2008a; 2008b) foi essencial para a análise da luta travada pelos moradores do Quilombo da Família Fidélix. Ao retomar o período de transição do escravismo para o regime de trabalho assalariado e o modo como o negro se integrou ao sistema de classes, foi possível compreender o processo histórico que originou a exclusão socioeconômica vivenciada pela maioria da população negra na atualidade, o que inclui a comunidade em estudo.

As formulações de Florestan Fernandes foram igualmente importantes para, junto à sistematização feita pelo historiador Petrônio Domingues (2007), resgatar a história do Movimento Negro enquanto movimento social. As análises de Ruth Cardoso (1994) e Lúcio Kowarick (2000), por sua vez, auxiliaram na compreensão das características dos movimentos sociais contemporâneos no contexto urbano.

Florestan Fernandes tem como objeto de análise a cidade de São Paulo. De acordo com o autor, São Paulo “permitia apanhar melhor as conexões existentes entre a revolução burguesa<sup>4</sup>, a desagregação do regime servil e a expulsão do 'negro' do sistema de relações de produção” (FERNANDES, 2008a, p. 23). Contudo, entendo que esse processo, que interliga os três elementos citados pelo autor, ocorreu em todo o país – de formas e em momentos diferentes, mas com implicações muito semelhantes. Assim como o estado de São Paulo, no Rio Grande do Sul também se presenciou a tardia e reticente inserção dos negros na sociedade competitiva, bem como a entrada de imigrantes europeus (em especial, açorianos,

---

<sup>4</sup> Florestan Fernandes (1976, p. 20 e 30) define como Revolução Burguesa o período de “desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil”. O autor analisa aquele momento a partir de quatro fatores: (1) a Independência do Brasil, enquanto processo político com implicações sócio-econômicas; (2) o fazendeiro de café e o imigrante, enquanto os dois tipos humanos centrais econômica, social e politicamente naquele momento; (3) a mudança na relação entre os capitais internacionais e a organização da economia interna, enquanto processo econômico; e (4) a expansão e universalização da ordem social competitiva, enquanto processo sócio-econômico. Segundo Florestan Fernandes, esses fatores resultaram “em profundas transformações histórico-sociais no país”.

italianos e alemães) no mercado de trabalho. Uma das consequências disso foi a imposição das condições de subalternidade, exclusão e depreciação que ainda hoje estigmatizam grande parte dos negros e mestiços na sociedade gaúcha. Sendo assim, penso que as tendências apontadas pelo autor em sua análise são de grande valia para a compreensão da trajetória negra no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre.

## 2.1 A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES

De acordo com Florestan Fernandes (1989, p. 20), a crise do sistema escravista esteve ligada à proibição do tráfico negreiro, imposta pela Inglaterra em 1850, o que fez da substituição da mão-de-obra uma questão política e econômica. O deslocamento da “reserva interna” de trabalhadores escravizados do Nordeste para atender à produção exportadora de café no Sudeste não resolveu o problema. Junto a isso, as leis emancipacionistas – Lei do Ventre Livre (1871) e como a Lei dos Sexagenários (1885) – dificultaram ainda mais a manutenção do sistema.

Por outro lado, os anos que antecederam o final do período escravista foram marcados pelo aumento da resistência negra em todo o Brasil, apoiada pela massa da população livre urbana. Frente a isso, o autor destaca algo comumente inexistente nos livros de história escolares: os negros foram importantes agentes na sua emancipação.

Os escravos rebelaram-se nas senzalas e deixaram de obedecer os contratos maquinados pelos senhores, que lhes conferiam a liberdade em troca de um período predeterminado de prestação gratuita de trabalho (cinco, quatro, três ou dois anos). Ao abandonarem as fazendas e aceitarem tarefas a pagamento de fazendeiros vizinhos (o que era proibido pelo código de honra dos fazendeiros) eles desorganizavam a produção e, o que foi mais decisivo no fim, suspendiam a colheita. Já não havia nada a salvar. Nem propriedade do escravo nem sujeição do escravo a lei ou à repressão senhorial (FERNANDES, 1989, p. 56).

Portanto, de acordo com o Florestan Fernandes (1989, p. 33), a assinatura da Lei Áurea, extinguindo oficialmente a escravidão no Brasil, em 1888, não passou de uma “falácia social”. Embora a historiografia oficial se esforce para tratar o episódio como um exemplo do modo pacífico com o qual os negros foram libertos no país, graças à benevolência da Princesa Isabel, o fato é que aquela Lei objetivava salvar as elites políticas e econômicas dando fim a uma instituição que há muito já agonizava.

Ora, a revolução social vinculada à desagregação da produção escravista e da ordem social correspondente não se fazia para toda a sociedade brasileira. [...] Tratava-se de uma revolução das elites, pelas elites e para as elites; no plano racial, de uma revolução do BRANCO para o BRANCO, ainda que se tenha de entender essa noção em sentido etnológico e sociológico (FERNANDES, 1989, p. 13-14, grifos do autor).

A Coroa teve então de recompensar os proprietários de escravos, que pleiteavam uma indenização por suas perdas. Para suprir a necessidade de mão-de-obra a baixo custo, o Estado financiou a imigração europeia, prática já em vigor, mas que, depois a abolição, passou a ocorrer em larga escala. Ao mesmo tempo, não houve nenhuma movimentação oficial para garantir que os direitos e deveres dos indivíduos fossem efetivados, como seria condizente com a República que nascia. Isso foi prejudicial para todos os trabalhadores, incluindo os brancos (estrangeiros e nacionais). Contudo, para o negro, a consequência disso foi mais grave: os traços do regime anterior se mantiveram vivos na “situação social desalentadora, iníqua e desumana” a que continuou preso (FERNANDES, 2008b, p. 7). Isto porque, com o fim da escravidão, o ex-cativo deixou de ser interesse econômico e político da elite branca, não recebendo assistência, garantias ou preparação para ingressar no mercado de trabalho e na organização da vida que eram inaugurados.

O autor afirma que as condições psicossociais e econômicas que fizeram parte do estabelecimento da ordem social competitiva auxiliaram na manutenção ou acirramento da situação precária dos negros naquele período, especialmente nos centros urbanos.

[...] as deformações introduzidas em suas pessoas pela escravidão limitavam sua capacidade de ajustamento à vida urbana, sob regime capitalista, impedindo-os de tirar algum proveito relevante e duradouro, em escala grupal, das oportunidades novas. Como não se manifestou qualquer

impulsão coletiva que induzisse os brancos a discernir a necessidade, a legitimidade e a urgência de reparações sociais para proteger o *negro* (como pessoa e como grupo) nessa fase de transição, viver na cidade pressupunha, para ele, condenar-se a uma existência ambígua e marginal (FERNANDES, 2008a, p. 35, grifo do autor).

Sendo assim, coube ao negro, logo após sua situação abruptamente modificada, a “responsabilidade de se reeducar e de ser transformar para corresponder aos novos padrões e ideias de ser humano”, condizentes com as propostas da República, do capitalismo e do trabalho livre (FERNANDES, 2008a, p. 35-36). Uma das dificuldades encontradas nessa reeducação foi o significado que ele atribuía ao trabalho, que se distinguia do sentido conferido pelo imigrante europeu recém-chegado ao país. Enquanto esse último via o trabalho assalariado como um meio para iniciar uma nova vida – uma condição temporária para fins de poupança –, o negro via no trabalho “um fim em si e para si mesmo, como se nele e por ele provassem a dignidade e a liberdade da pessoa humana” (FERNANDES, 2008a, p. 45). Esses elementos morais, junto às condições de trabalho encontradas, tão ruins quanto às do sistema escravista, fizeram com que muitos negros recusassem ofertas de trabalho consideradas degradantes, não respeitassem a regularidade dos períodos de trabalho estipulados em contrato e reagissem agressivamente à supervisão direta e organizada, entre outros comportamentos entendidos por Florestan Fernandes como irracionais frente às condições do trabalho livre.

Para o autor, todavia, esses aspectos não podem ser atribuídos somente a uma herança cultural do período escravista. Outros determinantes tem maior relevância na explicação dessa irracionalidade:

A rapidez com que a ordem social competitiva se expandiu e consolidou na cidade de São Paulo complicou deveras as coisas, suprimindo pela raiz as possibilidades de uma transição gradual, que lhes facilitasse a aquisição, pela experiência, da mentalidade e dos comportamentos requeridos pelo novo estilo de vida.

[...] Eles tentavam participar dos fluxos da vida econômica da cidade; apenas fizeram-no à sua maneira – porque não podiam proceder de outro modo – e se viram repudiados, na medida em que pretenderam assumir os papéis de homem livre com demasiada latitude ou ingenuidade num ambiente em que tais pretensões se chocavam com generalizada falta de tolerância, de simpatia militante e de solidariedade (FERNANDES, 2008a, p. 47).

Os abolicionistas, por sua vez, entenderam sua tarefa como concluída com a assinatura da Lei Áurea. Sua vinculação não era com o escravo, mas “com o fim da escravidão e o início de uma nova era social, aberta ao trabalho livre, ao ‘progresso’ e à aceleração do desenvolvimento urbano-comercial” (FERNANDES, 1989, p. 56). Por isso, não ofereceram nenhum apoio nesse período de difícil transição.

O entrelaçamento desses fatores fez com que o negro fosse alijado do sistema de trabalho e excluído socialmente. A mão-de-obra urbana (carpinteiros, pedreiros, comerciantes, ferreiros etc.), que antes era composta basicamente por ele, foi sendo trocada pela europeia. Isso fez com que poucos conseguissem manter algum tipo de remuneração constante (PEREIRA, 2008). Segundo Carril (2006, p. 17), foi naquele momento que teve início da segregação socio-espacial, entendida pela autora como um “fruto da apropriação desigual dos produtos do desenvolvimento capitalista”. Tal segregação afetou e ainda afeta principalmente a população negra, visto que lhe deu como única opção de moradia os cortiços e, mais tarde, as favelas.

Já no meio rural, um entrave adicional foi a Lei de Terras (em vigor desde 1850) que, conforme Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 3), “veio substituir o direito à terra calcado na posse por um direito auferido via registros cartoriais que comprovassem o domínio de uma dada porção de terra”. Isso impossibilitou que muitos negros permanecessem nas áreas que ocupavam, fossem elas devolutas ou doadas por seus senhores. Para Florestan Fernandes (1989), essa lei foi resultado do avanço do sistema capitalista, mantendo a separação entre o trabalhador e os meios de produção e também iniciando o cativeiro da terra no país. A transição do trabalho escravo para o trabalho livre, no contexto dessa Lei, não deixou outra opção ao ex-escravizado que não vender a sua força de trabalho aos fazendeiros. Ainda que muitos negros tenham recebido informalmente porções de terras de seus ex-senhores, a Lei tirava-lhes a alternativa de sobreviver trabalhando livremente com a agricultura. Ou seja, aqueles que antes eram escravizados se tornaram trabalhadores livres, porém sem-terra.

Ao analisar esse contexto, Florestan Fernandes extrai que o fim do sistema de trabalho escravo e a adoção do trabalho assalariado, unido, em seguida, à instituição da República no país, revolucionaram o modo de produção e o

funcionamento da sociedade. Porém, do ponto de vista das relações sociais, as transformações foram parciais.

As elites no poder da raça dominante exprimiram metaforicamente essa revolução sob a bandeira: 'homem livre na Pátria livre' [...]. No entanto, só os de cima faziam parte dessa 'Pátria' oligárquica emergente; os de baixo foram automaticamente excluídos da sociedade civil que se constituía. Os negros não foram somente espectadores passivos dessa revolução social espontânea. Mas dela foram banidos, de imediato e ao longo de mais de três décadas, postos à margem da condição de agentes do processo de redefinição do trabalho como categoria histórica (FERNANDES, 1989, p. 32).

Mesmo após a abolição, o bloqueio à vida plena do negro se manteve. O autor sustenta que o negro herdou do período escravista o preconceito racial (manifesto na assimetria do tratamento entre negros e brancos, fossem esses últimos das classes dominantes ou das classes subalternas), a diferenciação social e cultural e a concentração da renda nos estratos brancos da sociedade. Esses fatores fizeram que o capital não procurasse irrestritamente a mão-de-obra da qual precisava, como seria esperado dentro da lógica do sistema que se instaurava. Os empregadores deram prioridade aos trabalhadores brancos e estrangeiros, entendendo ser essa uma alternativa mais racional e proveitosa.

A competição desigual no mercado de trabalho impediu ou limitou intensamente as possibilidades ocupacionais da população negra, gerando a sua marginalização. Por isso, para Fernandes (1989, p. 21) "o trabalho livre não contou como uma fonte de libertação do homem e da mulher negros": enquanto ele continuou responsável pelo "trabalho sujo", perigoso e mal remunerado, ela se manteve nas atividades domésticas – na "prática dos dois papéis (o de trabalhar e o de satisfazer o apetite sexual do patrão ou do filho-famílias)" – ou na prostituição (FERNANDES, 1989, p. 59). Nas cidades, a situação era ainda mais grave, pois nelas as estruturas sociais e mentais do período colonial e escravista não se alteraram na mesma velocidade que as estruturas políticas e econômicas.

Portanto, a partir de Florestan Fernandes, foi possível compreender que o negro brasileiro ingressou no sistema capitalista tardiamente e em desvantagem frente aos outros grupos raciais que compuseram o proletariado nacional. Ou seja, a

raça e a classe estão intrincadas, reforçando uma à outra na exclusão que apresenta consequências e continuidades até a atualidade. Por outro lado, foi a vivência (não necessariamente a consciência) dessa dupla condição que levou parte da população negra a se mobilizar, ainda no início do século XX, para alterar a situação na qual se encontrava.

## 2.2 O MOVIMENTO NEGRO

De acordo com Florestan Fernandes (1989), as primeiras iniciativas do negro para lutar contra a exclusão social e racial a qual vinha sendo submetido, mesmo após o anúncio de (uma suposta) liberdade, deram-se na virada dos séculos XIX para o século XX. Entendendo que não poderia contar com o apoio de outros estratos da sociedade ou com o Estado, coube ao negro lutar por

uma ‘Segunda Abolição’, que o convertesse em um cidadão investido dos requisitos econômicos, sociais, culturais e morais para assumir os papéis históricos que ainda se reduziã a uma ficção legal (FERNANDES, 1989, p. 33).

Segundo o autor, o primeiro protesto negro – como se refere às primeiras mobilizações do Movimento Negro – inaugura “um movimento social de estilo moderno, de sentido cívico e urbano – o primeiro que assinala a luta de uma ‘minoría’, que é majoritária, em nossa evolução histórica” (FERNANDES, 1989, p. 9). Domingues (2007, p. 102, grifo meu) frisa que, embora em diversos momentos de sua trajetória o Movimento Negro tenha mostrado uma “face fundamentalmente cultural”, ele se caracteriza como “movimento *político* de mobilização racial (negra)” que constrói estratégias na luta por direitos.

Essa caracterização do Movimento Negro vem ao encontro da concepção de Kowarick (2000) acerca dos movimentos sociais – ou seja, formas organizativas constituídas com o intuito de potencializar reivindicações e que possuem a capacidade de abrir espaços sociopolíticos sólidos e coletivos. A especificidade do



Movimento Negro estaria, portanto, em que as reivindicações que se propõe a potencializar se referirem a direitos baseados na questão racial, onde a população negra seria o coletivo a ser prioritariamente atendido.

Em sua análise sobre a trajetória do Movimento Negro, Domingues (2007) aponta quatro fases de mobilização, além dos principais envolvidos e das propostas e estratégias traçadas em cada momento. A primeira fase indicada pelo autor é o período entre a Primeira República e o Estado Novo (1889-1937). Assim como assinala Florestan Fernandes, Domingues (2007) afirma que o sistema republicano e a adoção do trabalho assalariado não proveram ganhos materiais ou simbólicos aos libertos e aos seus descendentes. Muitos negros reagiram a isso criando clubes, grêmios e associações em diversos estados, os quais possuíam um caráter essencialmente assistencialista, recreativo e cultural. Em Porto Alegre, por exemplo, entre os anos de 1889 e 1920, foram constituídas 72 organizações desse tipo.

Também naquele momento, surgiu a imprensa negra: jornais elaborados por negros almejando fortalecer a luta contra o preconceito racial, além de discutir e buscar soluções para as dificuldades cotidianas referentes a trabalho, habitação, educação e saúde. Um dos jornais mais representativos para a história do Movimento Negro foi o *Clarim da Alvorada*, lançado em São Paulo no ano de 1924, sob a direção de José Correia Leite e Jayme Aguiar. No Rio Grande do Sul, os principais jornais foram *O Exemplo* (1892), em Porto Alegre, e o *Alvorada*, em Pelotas, sendo esse último o jornal negro de maior longevidade no país (1907-1965) (DOMINGUES, 2007).

Ainda assim, de acordo com Domingues (2007, p. 105-106), “nesta etapa, o Movimento Negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo”. Discussões políticas começaram a fazer parte do Movimento somente na década de 1930, o que é considerado pelo autor um “salto qualitativo”. Florestan Fernandes (2008b), por sua vez, indica que foi naquele momento (entre 1920 e 1930) que o Movimento Negro propriamente nasceu, com as primeiras mobilizações em prol de uma tomada de consciência, o que marcou “o retorno do negro e do mulato à cena histórica” (FERNANDES, 2008b, p. 9).

Uma das organizações mais importantes daquela época, segundo Domingues (2007, p. 106), foi a Frente Negra Brasileira – FNB, que “arregimentou milhares de

'pessoas de cor', conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa". A FNB teria superado os 20 mil associados, entre eles, muitos gaúchos. Criada em 1931, foi transformada em partido político em 1936.

Uma característica daqueles movimentos, bastante ressaltada por Florestan Fernandes (2008b), era o seu caráter assimilacionista: os negros e mulatos não ameaçavam nem questionavam as bases materiais e morais da ordem social imposta pela abolição e pela República, pois as tomavam como dadas. Sua luta era pelas oportunidades e garantias sociais que o regime legalmente permitia. Almejavam acabar com as diferenciações sociais que se tornavam, inevitavelmente, nas palavras do autor, "privilégios raciais". Desejavam se tornar econômica, social e politicamente iguais aos brancos.

Em suma, o negro e o mulato surgiram como os campeões da 'revolução dentro da ordem'. Exigiam a concretização e a plena vigência dos princípios e dos valores em que se fundava, legalmente, o equilíbrio da ordem social estabelecida. [...] Em busca de uma *situação de classe*, ou seja, de um status dotado de certa autonomia social, eles passam a contar como elementos ativos no desenvolvimento da sociedade de classes (FERNANDES, 2008b, p. 12, grifos do autor).

Isso, no entanto, não faz daquelas primeiras mobilizações menos importantes do ponto de vista da proposta ousada que tinham. Pelo contrário. Segundo o autor, o negro foi o primeiro a protagonizar um movimento social que contestava as bases democráticas da ordem vigente e a suposta inexistência de preconceito e discriminação racial no Brasil.

O principal feito do protesto negro configura-se na elaboração de uma contra-ideologia racial por um jogo dialético, o farisaísmo do branco rico e dominante era tomado ao pé da letra; e o liberalismo vazio, acima de tudo, via-se saturado em todos os níveis. O negro assume o *papel de burguês conquistador* (ou do 'notável' iluminista) e comporta-se como o paladino da causa da democracia e da ordem republicana. [...] Em suma, clama por participar da revolução social que não o atingiu, levantando o véu de uma descolonização que ficara interrompida desde a Proclamação da Independência e indicando sem subterfúgios os requisitos (*sine qua non*) da democracia racial. O protesto se confinara à ordem estabelecida. Mas era autêntico e revolucionário, pois exigia a plena democratização da ordem republicana – através das raças e contra os preconceitos e privilégios raciais (FERNANDES, 1989, p. 15-16, grifos do autor).

Para Florestan Fernandes, caso houvesse conseguido atingir seus objetivos, o negro teria dado fim aos resquícios da sociedade colonial e escravista. Contudo, para reivindicar a efetivação da democracia existente somente no papel, o negro

optou pelo caminho da utopia burguesa branca. Essa classe, por sua vez, não tinha a intenção real de se tornar liberal e democrática, visto que, caso isso acontecesse, as perdas seriam grandiosas. A situação poderia ser diferente se, ao invés disso, o negro tivesse optado por se unir aos demais grupos que também sofriam com a “*escravidão por outros meios*” (FERNANDES, 1989, p. 48, grifos do autor).

Por representarem o amadurecimento político de grupos negros e “a única manifestação autêntica de populismo, de afirmação do povo humilde como agente de sua autoliberação” (FERNANDES, 1989, p. 15) na história do país, essas primeiras manifestações do Movimento Negro tiveram grande importância histórica.

O negro entrou na corrente histórica e interrogava-se por que o imigrante tivera êxito e a massa negra continuava relegada a uma condição inferior e iníqua. Surgem, assim, as primeiras sondagens espontâneas do ‘meio negro’, feitas por intelectuais negros, e os primeiros desmascaramentos contundentes. O ‘preconceito de cor’ entra em cena, na consciência social negra, como uma formação histórica. Nem as sondagens eram superficiais nem as respostas contingentes. O negro elabora uma radiografia racial da sociedade brasileira e é com base nos resultados dessa radiografia que ele se insurge contra o paternalismo, o clientelismo e a expectativa de conformismo dos brancos das classes dominantes. As sondagens são duras, porque põem o próprio negro em questão. O negro colabora, de modo inconsciente, com o branco para manter e reproduzir a ordem racial que fora absorvida pelo regime de classes [...] (FERNANDES, 1989, p. 37, grifos do autor).

Essa colaboração vinha se dando através de comportamentos como o parasitismo sobre a companheira negra, o abandono dela e dos filhos e a resignação frente à marginalidade social. Houve o entendimento, então, de que a discriminação social e o preconceito racial se reforçavam mutuamente, como meio de fortalecer a dominação racial dos brancos e impedir qualquer insurgência.

Apesar disso, naquele momento, o Movimento não conseguiu atingir a maioria da população negra; tampouco conseguiu apoio da população branca proletária e dos partidos de esquerda (esses partidos não consideravam o elemento racial envolvido nas dificuldades enfrentadas pelo negro, restringindo o problema à questão de classe). Para o branco das classes dominantes, as mobilizações do Movimento Negro se tratavam de uma tentativa de racismo negro.

Junto a isso, essas primeiras mobilizações foram solapadas pela ditadura do Estado Novo, instaurada em 1937 e que “recompôs a capacidade de dominação oligárquica das classes sociais dominantes e da raça branca” (FERNANDES, 1989,

p. 39). Assim como outras organizações políticas, apesar de sua capacidade de mobilização, a FNB não conseguiu resistir e a repressão política do regime esvaziou o Movimento Negro (DOMINGUES, 2007).

O negro foi forçado, então, a buscar individualmente o seu fortalecimento na competição por trabalho e o maior reconhecimento social (FERNANDES, 1989). As iniciativas do Movimento Negro nesse período foram mais dispersas, mas não menos relevantes. Em 1943, João Cabral Alves criou, em Porto Alegre, a União dos Homens de Cor – UHC. De acordo com Domingues (2007, p. 108), o objetivo da entidade era melhorar o nível econômico e escolar das “pessoas de cor”, tornando-as “aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. Assim, promovia debates na imprensa, aulas de alfabetização e serviços assistenciais, além de participar de campanhas eleitorais e publicar seu próprio jornal. Ao longo do tempo, a UHC fundou unidades em pelo menos 10 estados do país.

Outra organização de grande visibilidade naquele período foi o Teatro Experimental do Negro – TEN, criado em 1944, no Rio de Janeiro, sob a liderança de Abdias do Nascimento. Segundo Domingues (2007), a proposta inicial do TEN era dar vida a um grupo teatral formado exclusivamente por atores negros. Aos poucos, a organização expandiu sua atuação com a promoção de concursos de beleza negra, a criação de cursos de alfabetização, corte, costura e artes plásticas e o lançamento do jornal *Quilombo*. Fundou, ainda, o Museu do Negro e organizou o I Congresso do Negro Brasileiro. O TEN colocava os direitos civis dos negros como parte dos direitos humanos, defendendo a implantação de uma legislação antidiscriminatória no país.

Somente em 1945, com a queda do regime autoritário, as ações coletivas foram retomadas com maior vigor. Para Domingues (2007), esse foi o princípio da segunda fase do Movimento Negro (1945-1964), que retornou à cena política e ampliou a sua abrangência, ainda que sem o mesmo poder de mobilização do início de sua história. Domingues (GUIMARÃES, 2002 *apud* DOMINGUES, 2007, 108) explica que essa ampliação ocorreu por diversos motivos:

Primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população ‘de cor’ continuava

marginalizada em favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência.

Florestan Fernandes destaca, porém, que esse novo impulso do Movimento Negro se deveu ao negro operário, não às elites negras recém-formadas. No período posterior à Segunda Guerra Mundial, o crescimento desigual da sociedade capitalista brasileira reanimou a tendência à radicalização, reforçada pelo sonho de democratização que enxergou no populismo do Governo uma possibilidade de concretização. O negro operário entra na luta de classes e começa a acumular, no cotidiano, uma experiência coletiva no enfrentamento da ordem.

[...] o negro operário enfronha-se em um dia-a-dia no qual a realidade da classe salientava as percepções negativas da raça. Eles pressentiam e por vezes logravam explicar concretamente os artifícios que tornavam os negros um manancial do exército de reserva e da superexploração econômica, ao mesmo tempo que, através do sindicato e do partido, chegavam ao fundo da questão (FERNANDES, 1989, p. 40).

Ao mesmo tempo, as novas oportunidades de trabalho no período possibilitaram o nascimento e crescimento lento de uma classe média negra, que dará origem ao que Florestan Fernandes (1989) chama de o “novo negro”. Essa nova categoria social formou uma pequena burguesia negra que conseguiu se proteger um pouco dos efeitos negativos da fusão entre classe e raça. Fruto de um restrito sucesso na competição inter-racial (não de um avanço da luta coletiva), o novo negro rechaçava o Movimento Negro. Por outro lado, afastava-se do branco, assustando os seus setores mais conservadores e autoritários.

O ‘novo negro’ pretendia a igualdade social conquistada como um processo natural. Voltava-se para o seu próprio refinamento, para a consolidação da família, a educação dos filhos, o ideal de comprar uma casa própria, a disposição de excluir de suas relações ‘negros inferiores’, de visibilidade social negativa, e afastava-se dos brancos como símbolo de aquisição de *status* social e de prestígio: dedicava-se com empenho em resguardar os níveis de renda e de vida alcançados e de protegê-los através da formação de associações próprias etc. Portanto, a moralidade burguesa transpõe as fronteiras que divorciavam o ‘mundo negro’ do ‘mundo dos brancos’, mas sob custos psicológicos e raciais muito altos. Aparece desse modo um isolamento racial penoso, porque o ‘problema’ não era só de raça. Isso não abalava o ‘novo negro’ e sua decisão heroica de repetir a história dos imigrantes europeus ‘bem-sucedidos’ (FERNANDES, 1989, p. 39-40, grifos do autor).

Entre o negro operário e o novo negro, Florestan Fernandes (1989) identifica o intelectual negro. Sua postura com relação à situação do negro no país era diversa, sendo uns mais radicais que outros, conjugando ou não a raça e a classe na luta negra. Porém, independente da classe da qual provinha, o intelectual negro brasileiro foi impactado pelas intensas discussões políticas que caracterizaram a década de 1960 na Europa e nos Estados Unidos.

O que Florestan Fernandes (1989) evidencia com isso é que, entre as décadas de 1940 e 1960, a luta mais radicalizada do negro foi tocada somente pela camada mais oprimida dessa população e se vinculou a movimentos que não eram propriamente raciais, como, por exemplo, os sindicatos ou partidos de esquerda. Daí, talvez, a análise de Domingues (2007, p. 111) de que “o Movimento Negro ficou praticamente abandonado por décadas, inclusive pelos setores políticos mais progressistas”, não podendo contar com o apoio nem dos partidos de esquerda, nem dos partidos de direito.

Mais uma vez, um regime autoritário – a ditadura militar implantada em 1964 – interrompeu as ações dos movimentos sociais e, assim, do Movimento Negro organizado, que se desarticulou. Seus militantes foram rotulados pelos militares como inventores de um problema que o país na verdade não possuía: o racismo. A UHC fechou suas portas e o TEN perdeu força, tendo praticamente se dissolvido em 1968. Abdias do Nascimento, dirigente do TEN, exilou-se nos Estados Unidos (DOMINGUES, 2007).

Mesmo desarticulado, Domingues (2007, p. 112) assinala que o Movimento não cessou por completo as suas ações, realizando-as tímida e fragmentadamente e sem “um sentido político de enfrentamento com o regime”. A imprensa negra foi um exemplo. Outro exemplo foi a criação do Grupo Palmares, em Porto Alegre, no ano de 1971. Essa foi a primeira organização no país a propor a mudança das comemorações de 13 de maio (aniversário da abolição da escravidão e, hoje, Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo) para o dia 20 de novembro (data na qual supostamente Zumbi dos Palmares teria morrido e que hoje é comemorada como o Dia da Consciência Negra).

A rearticulação mais ampla se deu somente no final da década de 1970. O princípio do processo de redemocratização no país possibilitou que todos os movimentos sociais (como o sindical e estudantil) crescessem. Foi naquele momento

que o Movimento Negro iniciou a sua terceira fase (1978-2000) (DOMINGUES, 2007).

No ano de 1978, em São Paulo, foi fundado o Movimento Negro Unificado – MNU. Sua primeira ação foi um ato público nas escadarias do Teatro Municipal, que mobilizou cerca de 2 mil pessoas. Os militantes ambicionavam denunciar a discriminação racial pela qual passaram quatro jovens negros em um clube local e a morte de um trabalhador negro torturado pelas forças policiais. Segundo Domingues (2007, p. 112-113), o MNU teve como germe a organização marxista Convergência Socialista.

Ela [Convergência Socialista] foi a escola de formação política e ideológica de várias lideranças importantes dessa nova fase do Movimento Negro. Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta anti-racista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a conseqüente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo.

Em seu jornal, intitulado *Versus* (1977-1979), a Convergência Socialista possuía uma coluna reservada ao núcleo negro do grupo. Nela, esses militantes publicavam artigos incentivando a luta contra o racismo e contra o capitalismo. Domingues (2007, p. 113) afirma que essas “posturas táticas e ideológicas” foram fundamentais para o MNU e para o Movimento Negro em geral, pois, pela primeira vez, um posicionamento que unia os debates sobre raça e classe social foi aceito pela intelectualidade negra e passou a predominar frente ao conformismo e assimilacionismo que imperavam no Movimento.

Concomitantemente, o Movimento Negro se inspirou nos protestos negros do exterior, como a luta por direitos civis dos negros estadunidenses (capitaneados principalmente por Martin Luther King, Malcon X e o grupo Panteras Negras) e as lutas dos países africanos por independência (em especial, Guiné Bissau, Moçambique e Angola). Essas influências colaboraram para que mais tarde o MNU adotasse um discurso radical antirracista (DOMINGUES, 2007; PEREIRA, 2008).

Em 1982, em seu Programa de Ação, o MNU manifestava suas principais reivindicações:

[...] desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de

massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país (DOMINGUES, 2007, p. 114).

Para Domingues (2007), a criação do MNU foi decisiva para o Movimento Negro porque propunha, de forma mais assertiva, a articulação das lutas dos negros de todo o país. Além disso, buscava o fortalecimento do poder político do Movimento Negro, unindo a luta dos negros à luta das massas oprimidas na contestação da ordem social vigente.

Pereira (2008), um dos fundadores do MNU, afirma que foi também nessa fase do Movimento Negro que o mito da democracia racial começou a cair por terra. Para esse autor, assim como para outros estudiosos do tema, a crença nessa suposta democracia foi solidificada em 1933 com a publicação do livro *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e teve fortes repercussões na autoimagem do país, cultural e politicamente. Todavia, de acordo com Florestan Fernandes (1989, p. 13), esse mito foi criado bem antes, já na “revolução social vinculada à desagregação da produção escravista e da ordem social correspondente”.

Conforme Costa (2002, p. 42), o mito da democracia racial se tornou

[...] as bases de uma ideologia da mestiçagem que, em seus aspectos culturais, orientaria a ação dos governos brasileiros pelo menos até o fim da ditadura militar (cf. Costa, 2001a). Em tal corpo ideológico, a afirmação de uma “brasilidade mestiça” como unidade da diversidade – nos termos sistematizados intelectualmente por Freyre – é mantida como pré-requisito da constituição da comunidade política nacional. Não obstante, em sua transposição para a política, tal ideário ganha novas determinações; a principal delas corresponde à crença na construção de um futuro próspero comum como objetivo universal e lugar imaginário no qual todos os membros da nação, separados pelo passado distinto, se encontrariam.

Florestan Fernandes (1989, p. 14) sustenta que as elites brancas, ao propagandear essa “falsa consciência” que “oculta a realidade e simplifica as coisas”, não precisariam levar a “revolução social” em curso ao nível das relações raciais; esse processo ocorreria naturalmente na democracia que se instituiu no país. Assim, a ideia de democracia racial foi nada mais que uma tentativa da classe dominante branca de manter seus privilégios e se livrar de responsabilidades frente à população negra.



Daí a necessidade do mito. A falsa consciência oculta a realidade e simplifica as coisas. Todo um complexo de privilégios, padrões de comportamento e “valores” de uma ordem social arcaica podia manter-se intacto, em proveito dos estratos dominantes da “raça branca”, embora em prejuízo fatal da Nação. As elites e as classes privilegiadas não precisavam levar a revolução social à esfera das relações raciais, na qual a democracia germinaria espontaneamente...

Domingues (2007) afirma que, desde as suas primeiras manifestações, o Movimento Negro denunciou a existência do mito da democracia racial. Contudo, as denúncias mais sistemáticas passaram a ocorrer somente ao final da década de 1970. Tanto para Costa (2002) quanto para Pereira (2008), os estudos sobre desigualdade racial e os avanços alcançados pelo Movimento Negro foram os propulsores do fim dessa concepção.

Fica aqui, porém, a interrogação sobre até que ponto esse mito foi realmente derrubado ou ainda se manifesta em nossas relações sociais e econômicas. Em 1989, Florestan Fernandes (1989, p. 17) sustentava que o mito da democracia racial ainda se mantinha firme:

Os fatos – e não as hipóteses – confirmam que o mito da democracia racial continua a retardar as mudanças estruturais. As elites, que se apegaram a ele numa fase confusa, incerta e complexa de transição do escravismo para o trabalho livre, continuam a usá-lo como expediente para “tapar o sol com a peneira” e de auto-complacência valorativa. Pois consideremos: o mito – não os fatos – permite ignorar a enormidade da preservação de desigualdades tão extremas e desumanas, como são as desigualdades raciais no Brasil; dissimula que as vantagens relativas “sobem” – nunca “descem” – na pirâmide racial; e confunde as percepções e as explicações – mesmo as que se têm como “críticas”, mas não vão ao fundo das coisas – das realidades cotidianas.

Nesse sentido, como estratégia para o seu fortalecimento durante sua terceira fase, o Movimento Negro passou a incitar os negros a assumirem sua condição étnica, “africanizando-se”. A valorização dessa identidade – o orgulho da negritude e a retomada das origens e religiões africanas, em detrimento do catolicismo – passou a figurar como umas das principais respostas ao racismo. O Movimento aderiu, ainda, a uma postura anti-mestiçagem, entendendo a mistura entre etnias como “uma armadilha ideológica”:

A avaliação era de que a mestiçagem sempre teria cumprido um papel negativo de diluição da identidade do negro no Brasil. O mestiço seria um entrave para a mobilização política daquele segmento da população. [...] Por isso, condenavam o discurso oficial pró-mestiçagem. Como contrapartida, defendiam os casamentos endogâmicos e a constituição da

família negra. [...] O discurso nacional pró-mestiçagem era, assim, concebido como uma estratégia da classe dominante para provocar o 'genocídio' do negro no país (DOMINGUES, 2007, p. 116-117).

Em termos de importância histórica para a luta dos negros no país, Florestan Fernandes compara o final da década de 1970 com o primeiro protesto negro, das décadas de 1920 e 1930. O combate ao mito da democracia racial e à versão oficial da história são reflexos da conscientização acerca do racismo institucional existente combinada à aplicação de estratégias da luta de classes. Com isso, o ativista negro se torna “o pólo radical do que deve ser a democracia e uma sociedade civil aberta no Brasil. Ambas têm de ir além da pobreza, da negação e superação das iniquidades e das desigualdades raciais” (FERNANDES, 1989, p. 33).

Como colocado pelo autor, um dos principais desafios do Movimento Negro nos anos 1980, assim como de outros movimentos sociais, era a luta contra a ditadura. Isso incluía lutar contra a forma autodenominada democrática com que se dava a abertura política que, na realidade, fechava as possibilidades de igualdades e direitos fundamentais de todos os cidadãos.

A ditadura que atormenta o Brasil não tolhe o elemento negro de maneira tangencial e secundária. Ela revitaliza estruturas arcaicas, e, ao fazê-lo, revitaliza práticas que, tanto no plano das relações de classes quanto no das relações de raças, precisam ser eliminadas até o fundo e para sempre! Trata-se de uma realidade histórica à qual será impossível fugir. Goste ou não, queira ou não, o negro constitui uma das forças vitais da revolução democrática e da revolução nacional. Ele está envolvido no processo universal de combate a essa ditadura, à contra-revolução que a levou ao poder e a mantém nele; e é preciso que se veja de modo claro no centro mesmo da vanguarda, que deve transformar o Brasil numa sociedade democrática (FERNANDES, 1989, p. 45-46).

Conforme Florestan Fernandes, uma verdadeira democracia no Brasil significa democracia racial, o que a abertura não contemplava. Havia/há a necessidade de uma “*democracia para baixo*”, que compreenda “equivalências (não digamos *igualdades*) entre todas as raças” (FERNANDES, 1989, p. 17, grifos do autor), o que implica em uma mudança profunda e concomitante nas relações de classe e de raça. Somente dessa forma, será possível que o negro (maioria nas classes subalternas), ao conseguir vencer as barreiras sociais, não seja impedido, pelas barreiras raciais existentes, de alcançar a condições dignas de vida.

Ainda durante a terceira fase do Movimento Negro (DOMINGUES, 2007), o ano de 1888 foi marcado por movimentações que se relacionam ainda mais diretamente ao tema tratado no presente trabalho. Conforme Pereira (2008), no dia 11 de maio daquele ano, o Movimento Negro organizou a Marcha Contra a Farsa da Abolição, mobilizando 5.000 pessoas para denunciar o racismo ainda dominante no país. Os participantes marcharam no centro da cidade do Rio de Janeiro, sendo impedidos de avançar devido à forte repressão militar. Apesar de ter percorrido apenas 700 metros, a marcha é tida como um dos marcos do Movimento.

Pereira (2008) assinala o ano de 1988 também como o momento da consolidação da pauta quilombola na agenda de luta dos movimentos sociais. Através das ações e articulações do Movimento Negro, a luta das comunidades quilombolas voltou a ter visibilidade, resultando na inserção do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na atual Constituição Federal. Esse artigo determina que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (BRASIL, 2011). O reconhecimento do direito à posse das terras foi uma tentativa de reparação dos anos de exclusão social pelos quais passou essa parte da população brasileira. A regularização das ocupações também poderia representar a possibilidade de melhores condições de vida, na medida em que, como afirma Leite (2008, p. 970), "a Constituição lhes dá garantia da posse e do usufruto das riquezas do solo, do subsolo e das terras".

A Fundação Cultural Palmares foi criada naquele contexto. Ligada ao Ministério da Cultura, a Fundação tem como objetivo promover e preservar os patrimônios materiais e imateriais dos afrodescendentes. À ela foi delegada a responsabilidade pela efetivação do Artigo 68, identificando, certificando e titulando as comunidades quilombolas do país (MOREIRA, 2009).

A quarta e atual fase do Movimento Negro organizado, na sistematização de Domingues (2007, p. 119-120), iniciou no ano 2000. Como principal elemento distintivo, o autor indica a entrada do Movimento *Hip Hop* na organização popular:

Trata-se de um movimento cultural inovador, o qual vem adquirindo uma crescente dimensão nacional; é um movimento popular, que fala a linguagem da periferia, rompendo com o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais. Além disso, o hip-hop expressa a rebeldia da juventude afro-descendente, tendendo a modificar o perfil dos ativistas do Movimento Negro; seus adeptos procuram resgatar a auto-estima do negro,

com campanhas do tipo: Negro Sim!, Negro 100%, bem como difundem o estilo sonoro rap, música cujas letras de protesto combinam denúncia racial e social, costurando, assim, a aliança do protagonismo negro com outros setores marginalizados da sociedade.

Domingues (2007) sustenta, porém, que o Movimento *Hip Hop* é ambíguo, na medida em que possui um discurso de rebeldia radical contra o sistema (“termo sempre usado de maneira abstrata!”), porém não apresenta de forma concreta o eixo central de seu combate. O ganho desse Movimento é a articulação entre as juventudes negras e brancas das periferias dos centros urbanos do país.

Outro avanço que acredito ser importante para a luta política negra são as Ações Afirmativas. De acordo com Pereira (2008), tratam-se de estratégias construídas visando a elaboração e efetivação de políticas públicas que, a longo prazo, minimizem os efeitos do racismo em nossa sociedade. Concordo com o autor quanto à relevância dessas ações, entretanto, conforme foi explicitado ao longo deste texto, as desigualdades que elas buscam minimizar e/ou resolver não são somente fruto do racismo. São também, a um só tempo, resultado da exploração a qual é submetida a classe trabalhadora, da qual a maioria dos negros é integrante.

Foi também nessa fase atual que foram acrescentados novos elementos às discussões sobre as comunidades quilombolas, a partir do Decreto-Lei nº 4.887, de novembro de 2003. De acordo com Ramos, Kraemer e Azevedo (2011, p. 2), o Decreto-Lei deu “passos para a concretização efetiva da Constituição Federal”. O documento complementa o Artigo 68, determinando “os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos” (BRASIL, 2003). Em seu Artigo 2º, estabelece:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os *grupos étnico-raciais*, segundo critérios de *auto-atribuição*, com trajetória histórica própria, *dotados de relações territoriais específicas*, com presunção de ancestralidade negra *relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida* (BRASIL, 2003, grifos meus).

A adoção do critério de auto-atribuição ocasionou debates acadêmicos e políticos acerca do que seriam, então, os “remanescentes de quilombos”, uma vez que a precisão do termo identificaria quem teria ou não direito às terras ocupadas por essas comunidades e ao acesso às políticas públicas a elas destinadas. Além do

critério da auto-atribuição, o Decreto-Lei 4.887 trouxe mudanças a respeito da emissão dos títulos aos quilombolas. A Fundação Palmares permaneceu responsável pelo reconhecimento e pela certificação das comunidades, porém o processo de titulação passou a ser atribuído ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)<sup>5</sup>. Além do Instituto – que atua no âmbito federal – os estados, o Distrito Federal e os municípios também possuem competência para “executar esses procedimentos de regularização fundiária” (INCRA, 2011b).

A partir dessa descrição da história do Movimento Negro no Brasil, foi possível visualizar a sua dinâmica. As mobilizações contra o racismo foram uma constante durante toda a sua trajetória, porém nem sempre a questão de classe foi incorporada consciente e consistentemente à agenda de luta. A partir dos apontamentos de Florestan Fernandes (1989, p. 49), foi possível compreender que no sistema capitalista a raça e a classe são elementos complementares e que se fortalecem mutuamente: “a sociedade que precisa ser transformada é uma sociedade de classes, que absorveu funções racistas e discriminatórias que já poderiam ter sido eliminadas historicamente”.

Florestan Fernandes (1989, p. 25) confere ao negro a tarefa de ser o principal mobilizador dessa transformação, “a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira” que extinguirá qualquer discriminação de raça e de classe. Ao colocar em prática essa Segunda Abolição, como define o autor, o negro completará, finalmente, a descolonização da nossa sociedade, limpando os traços escravocratas e autoritários ainda hoje presentes. A consequência será a libertação dos oprimidos e exploradores de todas as raças e construção da Nação que o Brasil ainda não é.

Por que o negro? Porque ele sofreu todas as humilhações e frustrações da escravidão, de uma Abolição feita como uma revolução do branco para o branco e dos ressentimentos que teve de acumular, vegetando nas cidades e tentando *ser gente*, isto é, cidadão comum. O negro surgia como um

---

<sup>5</sup> O INCRA é uma autarquia do governo federal que tem como principal intento “realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.” (INCRA, 2011a). Com representações em todos os estados do país, a instituição afirma ter como base um modelo de assentamento norteado pelo desenvolvimento territorial: “O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos.” É de responsabilidade do INCRA também “o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável dos mais de oito mil assentamentos existentes no País” (INCRA, 2011a).

símbolo, uma esperança e o teste do que deveria ser a democracia como fusão de igualdade com liberdade (FERNANDES, 1989, p. 8, grifos do autor).

Para auferir essa transformação, todavia, além de fundir a luta de classes e à questão racial, o negro precisa se associar aos demais trabalhadores oprimidos que, como ele, são vítimas dos privilégios mantidos e reinventados pelas classes dominantes. Outro ponto ressaltado pelo autor é que uma revolução dentro da ordem não é suficiente, pois não extinguirá as diferenças culturais, educacionais, políticas e econômicas.

[...] A lição amarga está aí e nos esmaga. Ou o negro avança a sangue frio, com todo o ardor e coragem de que puder dispor; ou continuará indefinidamente no limbo forjado pela Abolição. A *solução gradual* não leva a nada. Ela só é efetiva para os que comandam, que podem usar o gradualismo para aperfeiçoar as suas técnicas de dominação e para intensificar a eficácia dos meios de que dispõem para atingir os seus fins egoístas. Ela nunca nos levará à descolonização na esfera das relações raciais – ou se levar, isso será tão tardio que, provavelmente, nos encontraremos com a felicidade no dia do juízo final (FERNANDES, 1989, p. 53).

### 2.2.1 Os movimentos sociais urbanos

Como foi exposto acima, a integração do negro na sociedade de classes foi ainda mais dificultosa no meio urbano, onde as barreiras sociais e raciais impostas pelo sistema capitalista ganham maior evidência que no meio rural. Ao mesmo tempo, foi também nas cidades que ocorreram as primeiras e as mais importantes mobilizações organizadas do Movimento Negro desde a abolição oficial da escravidão. Junto à particularidade do objeto de pesquisa do presente trabalho – a luta dos moradores do Quilombo da Família Fidélis pela regularização de sua área em Porto Alegre –, a importância do contexto urbano para o Movimento Negro torna necessário um exame mais apurado dos elementos que caracterizam os movimentos sociais que ocorrem nas cidades. De acordo com Kowarick (2000), esses movimentos colocam em xeque a questão da terra, da habitação e dos bens de consumo coletivo na área das grandes cidades.

Antes, cabe apontar algumas tendências apresentadas pelos movimentos sociais (rurais ou urbanos) nas últimas décadas. Ruth Cardoso (1994) analisa a trajetória dos movimentos sociais ocorridos a partir de 1970 e as interpretações que esses tiveram pelos cientistas sociais, mediante diferentes contextos ideológicos. A autora distingue, então, duas fases. A primeira delas, que ocorreu entre a década de 1970 e o início da década de 1980, é chamada por Cardoso (1994, p. 81) de “a emergência heroica dos movimentos”. Nesse período, os movimentos sociais foram interpretados como um instrumento político diferente daqueles que a população dispunha até então. Eles representavam o rompimento com a ditadura militar, que impedia o diálogo entre a população e o Governo. Significavam, também, uma mudança na cultura política do país e a possibilidade de participação efetiva da população, participação essa entendida como “anti-Estado, antipartido, anti-sistema político geral, sendo o Estado realmente visto como um inimigo” (CARDOSO, 1994, p. 82).

Naquele momento, os cientistas sociais destacavam principalmente a espontaneidade dos movimentos sociais, seu caráter mais puro e sua capacidade de ocupar a lacuna política que os partidos e as associações, por exemplo, estavam proibidos de preencher. Assim, os movimentos eram vistos como autônomos, rompendo com as relações clientelísticas tão tradicionais na política brasileira.

Retomando a trajetória do Movimento Negro, é possível perceber que ele acompanhava o processo pelo qual passavam os demais movimentos sociais. Como exposto na seção anterior, durante a década de 1970, o Movimento Negro conseguiu manter a imprensa negra viva, apesar da repressão da ditadura militar. No final daquela década, seus militantes se rearticularam e radicalizaram: assumiram um discurso antirracista; sistematizaram a luta contra o mito da democracia racial; conscientizaram-se da existência de um racismo institucional e, pela primeira vez na história do Movimento, uniram a questão racial à luta de classes, contestando a ordem social vigente e procurando se aproximar das massas oprimidas. Posicionamentos como esses levaram Florestan Fernandes (1989) a colocar essa fase do Movimento Negro no mesmo patamar de importância histórica que as primeiras mobilizações negras ocorridas no início do século XIX.

A segunda fase dos movimentos sociais, identificada por Ruth Cardoso (1994) como iniciada a partir dos primeiros anos da década de 1980, é marcada pela sua

tendência à institucionalização. Essa nova postura, interpretada pelos pesquisadores da época como “mais calma, mais cautelosa” (CARDOSO, 1994, p. 82), reflete o momento político pelo qual o país passava, a chamada redemocratização. Nesse contexto, nasceu uma nova relação entre os movimentos sociais e os partidos políticos. Ao mesmo tempo, o sistema político abriu novos canais de comunicação e participação nas instâncias governamentais, decorrendo em um outro tipo de relação entre esse e os movimentos sociais – relação caracterizada, muitas vezes, como a cooptação dos movimentos, termo que a autora afirma não gostar de empregar. Orientado pelo modelo de pluripartidarismo, o Estado identificou a necessidade de relacionar o gerenciamento das políticas públicas com as demandas vindas dos movimentos sociais. Começaram a ser criados, então, os diferentes conselhos de participação, como o conselho da mulher, de saúde, de habitação e do negro. Insere-se nesse momento a participação do Movimento Negro na construção da Constituição de 1988, mobilização que resultou na criminalização do racismo e na inserção do Artigo 68 do ADCT, que assegura os direitos das comunidades remanescentes de quilombo. Portanto, a pressão exercida pelos movimentos sociais passou a ser importante para que o Estado efetivasse direitos fundamentais que tradicionalmente eram negligenciados.

Pensando nos movimentos sociais que atuam no contexto específico das grandes cidades, Kowarick (2000) afirma que a negação de direitos e benefícios a determinados grupos sociais é explicada pelas contradições urbanas. Essas são fruto do direcionamento da maior parte dos investimentos públicos para o suporte à acumulação do capital e para as regiões das cidades onde circulam e vivem a população das classes média e alta. Os investimentos em bens de consumo coletivos (redes de água e esgoto, redes viárias, educação, saúde etc.), em habitação e no acesso à terra urbana beneficiam especialmente aqueles que já possuem melhores condições de vida, em detrimento da classe trabalhadora. Essa aplicação de investimentos, que exclui grande parte da população mais carente de melhorias sociais, termina por gerar a chamada espoliação urbana, que

é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta (KOWARICK, 2000, p. 22).



A espoliação urbana se relaciona ao acúmulo de capital e ao grau de pobreza diretamente decorrente desse processo. Ela é uma produção histórica que se alimenta de uma vivência coletiva de exclusão, gerando a percepção da falta daquilo que é considerado como básico à reprodução da vida nas cidades. Ao se perceber extorquido em seus direitos, um grupo, categoria ou classe pode se sentir impelido a reivindicá-los, entendendo que a negação desses benefícios “constitui *injustiça, indignidade, carecimento ou imoralidade*” (KOWARICK, 2000, p. 107, grifos do autor).

Sendo o Estado aquele que controla as condições de trabalho e que, por meio de suas políticas públicas, pode escolher quais bens de consumo coletivo irá ou não irá priorizar, ele é entendido como o responsável pelo atendimento a essas necessidades básicas. Portanto o Estado é o principal interlocutor de grande parte dos movimentos sociais urbanos da atualidade, que podem influenciá-lo através de suas conquistas e reivindicações (KOWARICK, 2000). Isso permite afirmar que as características da segunda fase dos movimentos sociais, indicadas por Ruth Cardoso (1994), continuam presentes.

A espoliação urbana, portanto, está relacionada a dois fenômenos: o processo de acumulação de capital e as lutas dos movimentos sociais em busca de bens de consumo coletivo, terra e habitação. Nesse processo, a atuação do Estado é vista como crucial para a negação ou afirmação dos direitos básicos dos trabalhadores. Contudo, tendo em vista as relações de força em conflito na arena pública, os investimentos estatais frequentemente são utilizados como um instrumento para a manutenção da dominação já estabelecida – tanto por parte dos governantes quanto por parte do capital. Por meio de melhorias que muitas vezes beneficiam apenas as camadas mais favorecidas da população, o aparato estatal mantém problemas urbanos que afetam apenas os trabalhadores, perpetuando a espoliação urbana. Em outros casos, grupos ou regiões desfavorecidos da cidade são utilizados como massa de manobra, na medida em que o Estado providencia benefícios muitas vezes com o propósito de amainar expectativas ou reivindicações e, conseqüentemente, desestimular as lutas populares. Assim, as obras e feitos públicos, muitas vezes fruto da luta de movimentos sociais ou de canais de participação popular, aparecem como realizações do Estado, retirando a percepção daqueles grupos como sujeitos políticos (KOWARICK, 2000). Daí a necessidade da

consciência e pressão permanentes dos movimentos sociais para que não se percam no jogo político das classes dominantes e conquistem as reivindicações das camadas sociais de fato mais necessitadas.

### 3 OBJETIVOS

#### Objetivo Geral

- Analisar a luta dos moradores do Quilombo da Família Fidélis (Porto Alegre/RS) pela regularização fundiária.

#### Objetivos Específicos

- Descrever a presença negra em Porto Alegre/RS;
- Aprofundar o conhecimento sobre a formação e a situação atual do Quilombo da Família Fidélis;
- Identificar e analisar as estratégias dos moradores do Quilombo da Família Fidélis para a regularização fundiária;
- Analisar as disputas atualmente estabelecidas na comunidade.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como estratégia de pesquisa, utilizei o estudo de caso, definido por Yin (2005, p. 32) como uma investigação empírica voltada para um fenômeno contemporâneo. Nesse posicionamento, não há uma demarcação clara entre o objeto em estudo e o contexto no qual ele se insere.

Segundo Stake (2005), a investigação através de casos pode ser realizada fundamentalmente de três formas: estudo intrínseco, estudo instrumental e estudo de múltiplos casos. Um estudo pode ser definido como intrínseco quando o foco é apreender um caso específico em todas as suas particularidades e ordinaridades. Por sua vez, o estudo instrumental – seja ele de um ou de múltiplos casos – caracteriza-se pelo exame de caso(s) com vistas a compreender um assunto amplo, fazendo, para isso, generalizações a partir das particularidades observadas. Nessas investigações, “o caso é visto em profundidade, seu contexto é examinado e suas atividades ordinárias são detalhadas, mas tudo porque isto ajuda-nos a atingir o interesse externo” (STAKE, 2005, p. 445, tradução minha).

Frente a essas caracterizações, este trabalho se constitui em um estudo de caso intrínseco, no qual procurei examinar a fundo a luta dos moradores do Quilombo da Família Fidélix por sua regularização fundiária. Para tanto, examinei o contexto histórico que contribuiu para o surgimento de suas reivindicações, as estratégias e práticas da comunidade para alcançar seus objetivos e as disputas atualmente estabelecidas entre os seus moradores. A opção por essa comunidade se deveu principalmente ao seu estágio organizativo. O Quilombo da Família Fidélix se une a outros quilombos e a militantes sociais para lutar por seus direitos, sendo um dos mais atuantes nas ações realizadas pela Frente Quilombola.

A coleta dos dados foi feita através de fontes primárias e secundárias. No primeiro caso, utilizei as técnicas de observação, diário de campo e entrevistas em profundidade; no segundo, recorri aos Laudos Antropológicos dos quilombos da cidade e a trabalhos acadêmicos sobre essas comunidades. Fiz uso também de notícias a respeito do tema veiculadas em jornais locais de grande circulação, em sítios e blogs governamentais e de movimentos sociais, na lista de *e-mails* da Frente

Quilombola e em materiais produzidos pelos lutadores sociais engajados na luta das comunidades quilombolas.

Desde minhas primeiras idas a campo, utilizei um diário de campo como forma de reter o máximo das percepções e informações obtidas através da observação. Foram observadas reuniões da *Associação Comunitária e Cultural Remanescentes de Quilombo Família Fidélix*<sup>6</sup> e da *Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas*, bem como ações promovidas pelos quilombolas e militantes sociais, realizadas nos quilombos ou em outros locais. Algumas falas dos participantes desses eventos foram reproduzidas ao longo do texto.

A minha aproximação à Frente Quilombola se deu por sugestão de Sérgio Fidélix que, em nossa primeira conversa, convidou-me a participar das reuniões. Em abril de 2011, acompanhei-o até o Quilombo da Família Silva, onde algumas vezes ocorrem as discussões. Inicialmente, optei por adotar uma postura não-participante. Embora não procurasse a invisibilidade ou a neutralidade enquanto pesquisadora, entendia que intervenções minhas nesses momentos (perguntando ou dando opiniões a respeito das pautas em discussão) poderiam prejudicar o andamento dos encontros e a identificação dos elementos necessários para o meu trabalho. Aos poucos, essa situação se modificou na minha interação com a Frente Quilombola: envolvida com a luta e me sentindo à vontade para interferir, tornei-me também militante e participante ativa nas atividades, o que foi muito bem aceito pelo grupo. Penso que isso foi positivo para a coleta das informações, pois, especialmente quando da realização das entrevistas, eu já havia acumulado um conhecimento mais amplo da luta da Frente Quilombola e das comunidades nela articuladas.

Foram entrevistadas seis pessoas, escolhidas em decorrência da sua relação com a história do Quilombo da Família Fidélix ou da sua atuação na luta travada por seus moradores: Sérgio Fidélix, que foi meu informante-chave, é um dos fundadores da comunidade e a principal liderança no tocante ao pleito quilombola; Jakes Fidélix, neto de trabalhadores escravizados e pai de Sérgio; Milton Santana<sup>7</sup>, outro dos

---

<sup>6</sup> As referências à *Associação Comunitária e Cultural Remanescentes de Quilombo Família Fidélix* serão feitas, a partir de agora, como Associação Quilombola.

<sup>7</sup> Durante a entrevista realizada com Milton, sua companheira, Angélica, fez algumas intervenções consideradas importantes. Por isso, alguns trechos de sua fala foram inseridos no texto e identificados como *SANTANA, A.*, ainda que não tenha sido realizada formalmente uma entrevista com ela.

fundadores da comunidade e identificado como liderança dos moradores desfavoráveis à atual forma de condução da questão quilombola; Hamilton Lemos, o terceiro fundador da comunidade e membro da diretoria da Associação do quilombo; Onir Araújo, militante do Movimento Negro Unificado – MNU e da Frente Quilombola e advogado dos Quilombos das Famílias Silva e Fidélis; e Luiz Costa, jornalista e participante de diferentes movimentos sociais, entre eles a Frente Quilombola.

Nas entrevistas feitas com Sérgio e Jakes Fidélis, adotei a metodologia da história oral, com foco na história de vida de ambos. Segundo Alberti (2000, p. 1), “a história oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea”. A autora afirma que através do relato pessoal de uma testemunha do passado, é possível conhecer a visão de mundo e a experiência do coletivo ao qual ela pertence. Dentro desse quadro, a ênfase na história de vida, além de recolher a trajetória do grupo, evidencia também a percepção particular do entrevistado acerca dos fatos ocorridos.

Acredita-se que as biografias ilustram formas típicas de comportamento e concentram todas as características do grupo; mesmo as desviantes mostram o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo – elas permitem identificar as possibilidades latentes da cultura e deduzir 'em negativo' o que seria mais frequente (ALBERTI, 2000, p. 3).

Porém, a autora alerta para o fato de que a história de vida também é uma construção do entrevistado. Enquanto ocorre a entrevista, aquele que conta a sua história de vida seleciona os pontos que considera importantes, de acordo com a percepção que tem de si próprio, a situação na qual se dá a entrevista e a pessoa com a qual ele se comunica. O relato de vida não deve, portanto, ser considerado a reconstituição final e completa dos fatos, mas sim uma das possibilidades de entendimento deles.

Essa reflexão converge para o que é sustentado por Rapley (2005, p. 16, grifos do autor, tradução minha), quando afirma que as entrevistas são, essencialmente, encontros sociais entre pessoas que objetivam produzir “*considerações* ou *versões* retrospectivas (ou prospectivas) sobre suas ações, experiências, sentimentos e pensamentos passados (ou futuros)”. Isso, entretanto, não oculta o fato de que a entrevista possui um propósito bem definido pelo pesquisador. Perder esse objetivo de vista durante o encontro com a pessoa

entrevistada poderia tornar a entrevista pouco útil para o trabalho científico. Rapley (2005, p. 26, grifo do autor, tradução minha) explica:

A entrevista nunca é apenas 'uma conversa'; ela pode ser *conversacional*, mas você, como entrevistador, possui algum nível de controle. Você geralmente decide o ritmo de fala a seguir, você geralmente decide quando abrir e fechar os diversos tópicos e a interação como um todo.

Com isso em mente, adotei também o formato de entrevistas semi-estruturadas, empregando-o com todos os entrevistados<sup>8</sup>. Nelas, propus aos entrevistados que narrassem suas experiências e/ou dessem sua opinião sobre tópicos pré-definidos correspondentes ao intento do trabalho.

No que tange às fontes secundárias, destaco os Laudos Antropológicos das comunidades de Porto Alegre<sup>9</sup>, principalmente o do Quilombo da Família Fidélis (ANJOS, 2009). Esses documentos são produzidos por equipes das universidades federais em convênio com o INCRA ou com a Prefeitura Municipal, com vistas a subsidiar o processo de titulação de cada uma das comunidades quilombolas do país. A eles são acrescentadas as informações sobre a demarcação da área pleiteada pelas comunidades, compondo, assim, os seus Relatórios de Identificação e Demarcação – RTIDs. Por isso, os Laudos possuem informações sobre a história de formação dos quilombos, sua trajetória e sua situação até o momento da abertura do processo de titulação. Segundo Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 1), “o RTC<sup>10</sup> [...] vale-se de categorias teóricas e metodológicas da Antropologia para proceder à ‘identificação étnica’ do grupo estudado e justificar seu direito ao território reivindicado”.

Destaco ainda o trabalho de Alexandre Peres de Lima (2012), estudante que conheci durante o meu contato com o quilombo. Lima realizou uma etnografia do grupo, defendida em julho de 2012 como seu trabalho de conclusão da graduação

---

<sup>8</sup> A única exceção foi Jakes Fidélis, com quem foi realizada sobre a entrevista baseada na história de vida. Devido aos seus 87 anos de idade, procurei fazer de nosso contato o menos massante possível.

<sup>9</sup> Com exceção do Quilombo dos Alpes, em virtude de processos internos do INCRA que impossibilitaram o acesso ao documento. Nesse caso, foi utilizada uma tese de Doutorado como uma das fontes.

<sup>10</sup> Os RTIDs eram, há pouco tempo, chamados de Relatórios Técnico-Científicos, daí a sigla RTC. citada pelas autoras.

em Antropologia. Antes disso, durante o ano de 2008, Lima havia participado da elaboração do Laudo da comunidade como assistente de pesquisa. O olhar antropológico e esses quatro anos de envolvimento com o Quilombo da Família Fidélis lhe possibilitaram reunir informações que auxiliaram muito na construção do presente trabalho.

A análise das informações levantadas na pesquisa empírica foi realizada através da sua articulação com o aporte teórico apresentado, tendo como principais referências a situação de **raça e classe**, bem como a associação entre ambas, a partir de Florestan Fernandes (1989; 2008a; 2008b), e **movimentos sociais** e **movimentos sociais urbanos**, conforme entendidos por Kowarick (2000).

Durante a análise, também segui alguns apontamentos acerca das técnicas de pesquisa que empreguei. Sobre as entrevistas, Fontana e Rey (2005) frisam a necessidade de tomar os dados obtidos não como dados objetivos e sem conexões, mas, sim, de considerá-los como parte do contexto no qual eles se inserem e foram obtidos. Junto a isso, Rapley (2005, p. 16, tradução minha) reafirma que a entrevista é uma produção conjunta entre entrevistador e entrevistado, o que deve ser considerado durante a análise. Por isso, o autor sustenta que a análise das entrevistas “está sempre inextricavelmente ligada aos interesses teóricos específicos” do pesquisador, pois é a partir deles que o cientista cria as questões que fará ao entrevistado e aquelas que fará aos próprios dados levantados. Afirma, ainda, que a análise não é realizada somente após a obtenção dos dados, mas também durante o contato com o informante: “a análise, no sentido de 'produção de conhecimento' sobre um tópico específico, é uma realização [*accomplishment*] inerentemente em curso”. A entrevista é, assim, um momento no qual o pesquisador tem a oportunidade de analisar o seu próprio trabalho, testando suas análises ao solicitar ao entrevistado que discorra sobre elas (RAPLEY, 2005, p. 26-27, tradução minha).

Por fim, para a análise dos dados colhidos via fontes secundárias, usei como guia algumas considerações feitas por Prior (2004). Segundo essa autora, os documentos estão presente nas interações sociais de duas maneiras: como receptáculos de conteúdo e como agentes. Por isso, a concepção, produção, uso e circulação dos documentos devem ser considerados quando se pretende analisá-los.



[...] documentos nunca são inertes. Na verdade, eles frequentemente servem como agentes ativos nos esquemas de interação humana – agentes recrutados, manipulados, desprezados ou escondidos. Nunca devemos esquecer que queimam, suprimem e forjam documentos assim como os leem precisamente porque documentos frequentemente podem se tornar agentes em benefício próprio. É por essa razão que os meios pelos quais os documentos são manufaturados, como eles são usados e como eles funcionam no ambiente organizacional podem figurar como questões-chave no processo de pesquisa (PRIOR, 2004, p. 388, tradução minha).

Para concluir esta seção, tomo emprestada uma citação de Fontana e Rey (2005, p. 696, tradução minha). Nela, os autores se referem à nova abordagem empática no contexto da entrevista, que essa

adota um postura ética em favor do indivíduo ou grupo estudado. O entrevistador torna-se um defensor e parceiro no estudo, na esperança de ser capaz de usar os resultados para defender políticas sociais e melhorar as condições do entrevistado.

Penso que essa definição é um bom resumo do modo como procurei conduzir todos os procedimentos metodológicos em minha pesquisa: sem esquecer do objetivo de analisar crítica e reflexivamente o tema, tornei-me solidária à causa dos quilombos, uma pesquisadora-militante nas atividades da Frente Quilombola.

## 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, exponho e analiso os dados coletados entre abril de 2011 e novembro de 2012. O texto a seguir está organizado da seguinte forma: (5.1) breve histórico sobre a presença negra na cidade de Porto Alegre e dados sobre sua população negra na atualidade; (5.2) informações sobre a comunidade da Ilhota, que anteriormente viveu na área onde hoje fica o Quilombo da Família Fidélix; (5.3) a história da comunidade em estudo, desde a ocupação da área até o momento da realização da pesquisa; (5.4) as estratégias e práticas dos moradores da comunidade em sua luta pela regularização fundiária; (5.5) as disputas hoje estabelecidas entre os moradores, e, por fim, (5.6) a análise da luta dos moradores do Quilombo sob a perspectiva de sua situação de classe e de raça.

### 5.1 A PORTO ALEGRE NEGRA: HISTÓRICO E ATUALIDADE

Inicialmente criada como forma de expansão e demarcação das terras brasileiras dominadas por Portugal, a Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais foi oficialmente fundada em 1772, por casais açorianos. Cultivando trigo, os imigrantes iniciaram a ocupação pelas áreas hoje correspondentes à orla do Rio Guaíba (centro da cidade), ao bairro Cidade Baixa e ao bairro Azenha. A expansão e a crescente representatividade política e econômica elevaram a freguesia ao status de vila, no início do século XIX. Cerca de um século depois, em 1821, a vila foi reconhecida como cidade pelo imperador Dom Pedro II (ANJOS, 2009; FREITAS, 2010; PORTO ALEGRE, 2012).

Os primeiros trabalhadores escravizados foram trazidos para o Rio Grande do Sul na primeira metade do século XVIII, ou seja, antes mesmo da criação de Porto Alegre. Trabalhavam na agricultura e, principalmente após 1780, nas fazendas

charqueadoras próximas à região de Pelotas. Nesse período, a maioria deles estava concentrada nas cidades de Viamão e Triunfo. Porto Alegre era a quinta cidade do estado em número de escravizados e, em algumas delas, a população escravizada superava a população livre em número (SOMMER, 2011).

Conforme Sommer (2011), o fim oficial da escravidão no estado ocorreu em 1884<sup>11</sup> e, com isso, Porto Alegre se tornou um dos principais destinos do recém-libertos vindos das regiões rurais.

Havia um processo dúbio nesse êxodo rural: a cidade atraía os negros alforriados para o centro e arredores fazendo uso das atividades a que sempre estiveram submetidos – as menos valorizadas e menos remuneradas, e considerava, também, a presença negra em área urbana central indesejável (SOMMER, 2011, p. 96).

Essa exclusão socioeconômica levou à estigmatização das áreas urbanas ocupadas por negros pobres (SOMMER, 2011). Essa marca, conseqüentemente, estendeu-se às pessoas nelas presentes, tornando mal-vistos os territórios negros<sup>12</sup> da cidade – os “lugares malditos”, nos termos de Pesavento (1999). Na passagem do século XIX para o século XX, os principais territórios negros eram a Cidade Baixa, especialmente o Areal da Baronesa e a Ilhota, e a Colônia Africana (hoje correspondente aos bairros Bom Fim, Mont´Serrat e Rio Branco) (SOMMER, 2011).

Nesse mesmo período, Porto Alegre passou por um período de normatização do uso do solo e higienização. Guiados pela ideia de tornar o centro da cidade “nobre, limpo e moderno”, os governantes criaram projetos de saneamento. Os becos e cortiços que se multiplicavam naquela área passaram a ser o foco das atenções. Visando acabar com esse tipo de moradia, foram criados impostos sobre

---

<sup>11</sup> Nesse mesmo ano, o Amazonas também declarou o fim da escravidão. Um ano antes, em 1883, o Ceará já havia abolido a escravidão. Essa oficialização não significou, no entanto, o fim efetivo desse tipo de exploração: o trabalho compulsório ainda perdurou por muito tempo (SOMMER, 2011, p. 87).

<sup>12</sup> Os territórios negros, para Sommer (2011, p. 16), são locais habitados por uma população predominantemente negra e que estabelecem características específicas ligadas a elementos como os “laços familiares e parentesco, os usos e usufrutos da terra, as relações políticas com a sociedade envolvente, as formas de sociabilidade e a memória social”.

as locações dos cortiços. A elevação paulatina das taxações levou à inviabilidade desse tipo de negócio (SOMMER, 2011, p. 96).

Naturalmente, a medida afetou diretamente a população de baixa renda e de maioria negra, principais habitantes daqueles estabelecimentos. Proliferaram-se, então, as chamadas malocas: casebres de madeira, papelão ou lata construídos em áreas devolutas ou baldias. Nas décadas de 1940 e 1950, os loteamentos irregulares constituídos por essas habitações aumentaram fortemente (SOMMER, 2011).

Devido ao “milagre econômico” da década de 1970, Porto Alegre recebeu novas migrações do interior do estado, que teve entre suas consequências outro aumento substancial das áreas irregulares da cidade. O poder público retomou, então, os projetos de urbanização. Um deles foi o Projeto Renascença que, dividido em planos viários, visava promover o “renascimento de um novo lugar apagando sua desorganização e pobreza”. Além de abrir novas avenidas e de construir e recuperar a infraestrutura e o paisagismo da cidade, o Renascença propôs o reloteamento da Ilhota – constante já no Plano Diretor de 1959, mas até então não executado. A população que ali vivia foi removida a região sul da cidade (ANJOS, 2009, p. 167).

Transcorridos mais de 40 anos, Porto Alegre se transformou em uma grande cidade, tendo passado por inúmeros outros projetos de revitalização ou urbanização. Exemplos mais recentes e impactantes são a construção da III Perimetral, finalizada em 2006, e a revitalização do Cais Mauá, prevista para ser iniciada ainda durante o primeiro semestre de 2013. Os benefícios trazidos por projetos como esses são controversos, porém é sabido que eles exigem o deslocamento de moradias e do comércio local, afetando negativamente, em grande parte das vezes, as camadas mais carentes da população – que, por sua vez, são majoritariamente negras.

Em 2011, Porto Alegre possuía uma área de 496,8km<sup>2</sup> e contabilizava 1.414.104 habitantes, dos quais 20,2% se declarava negro ou pardo. A expectativa média de vida dos portoalegrenses era de 71,59 anos e a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais era de 2,28%. Em 2009, o Produto Interno Bruto *per capita* do município girava em torno de R\$26.300,00 (IBGE, 2010; FEE, 2012).

Desde 2008, a FEE publica anualmente o *Informe PED: Pesquisa de*

*Emprego e Desemprego – Especial Negros*<sup>13</sup> (FEE *et al.*, 2012). Nesse documento, são divulgados dados sobre a situação dos negros no mercado de trabalho na região metropolitana da capital. Penso que a edição de 2012 (produzida com base em dados de 2011) revela importantes informações sobre as atuais condições socioeconômicas dessa população, com destaque para os seguintes pontos:

- A taxa de desemprego apresentou queda entre 2010 e 2011. Os negros passaram de uma taxa de desemprego total de 12,2% da respectiva População Economicamente Ativa (PEA) em 2010 para 11,1% em 2011, enquanto os não negros passaram de 8,2% para 6,8% da PEA não negra no mesmo período. A variação das taxas de desemprego para o período em análise indica que a queda do desemprego total para os negros foi percentualmente menor (-9,0%) do que para não negros (-17,1%). Esses movimentos não só mantiveram as taxas dos negros superiores às dos não negros, como aprofundaram as diferenças.
- A análise dos rendimentos médios reais evidencia elevação para o total dos ocupados negros, cujo rendimento médio aumentou de R\$ 1.020 em 2010 para R\$ 1.078 em 2011, enquanto, para os não negros, o rendimento médio pouco variou, passando de R\$ 1.556 para R\$ 1.564 no mesmo período. Destaque-se que o rendimento das mulheres negras apresentou o crescimento mais elevado (6,8%), comparativamente com os demais segmentos de gênero e raça/cor. Em posição distinta, o rendimento médio real dos homens não negros mostrou relativa estabilidade (0,2%) (FEE *et. al.*, 2012, p. 3-5).

É notável, portanto, a desigualdade socioeconômica entre a população negra e branca da região metropolitana de Porto Alegre. Embora tenha havido um decréscimo da taxa de desemprego na região metropolitana, os negros seguem sendo mais afetados por essa situação que os brancos (11,1% contra 6,8%). Entre os trabalhadores empregados, os brancos recebem quase um salário mínimo<sup>14</sup> a mais que os negros em seus rendimentos médios mensais.

Um panorama geral da situação socioeconômica dos moradores do Quilombo da Família Fidélis demonstra o quanto o “desajustamento econômico”, a “regressão ocupacional” e o “desequilíbrio social” (FERNANDES, 2008a, p. 59) a que a população negra foi submetida, desde 1888, ainda hoje estão presentes em nossa

---

<sup>13</sup> O *PED – Especial Negros* é uma pesquisa resultante do convênio firmado entre a fundação e a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social/Sistema Nacional de Emprego – FGTAS/Sine-RS, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Fundação SEADE-SP, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (FEE *et al.*, 2012)

<sup>14</sup> Considero aqui o piso regional em 2011, que era de R\$610,00.

sociedade. O grau de escolaridade de 40% dos moradores se restringe ao ensino fundamental incompleto, enquanto 27% concluiu o ensino médio. O rendimento mensal médio das famílias fica entre dois e três salários mínimos, bem diferente dos quase 12 salários que caracterizam o rendimento mensal dos chefes de família do bairro. Em um universo de 73% das famílias consultadas durante a produção do Laudo Antropológico da comunidade<sup>15</sup>, apenas 20% dos chefes de família tem ganhos entre quatro e seis salários mínimos. Em geral, as mulheres trabalham como empregadas domésticas/faxineiras, funcionárias de baixo posto em empresas privadas e autônomas. Entre as ocupações masculinas estão pedreiro, porteiro, mecânico, ambulante, motorista, policial (militares ou civis) e cobrador de ônibus. (ANJOS, 2009; GEHLEN; RAMOS, 2008; LIMA, 2012; FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012<sup>16</sup>).

Ou seja, ao se considerar que a transição do sistema escravista para o trabalho assalariado no sistema capitalista não significou o fim da opressão e da exploração do trabalhador negro, torna-se mais fácil compreender porque algumas comunidades negras atuais lutam por regularização fundiária e por outros direitos básicos, como luz, água, rede de esgoto, educação etc.

## 5.2 “QUANDO A GENTE CHEGOU AQUI, A GENTE SENTOU E OCUPOU UMA HISTÓRIA JÁ”: DA ILHOTA AO QUILOMBO DA FAMÍLIA FIDÉLIX

O Quilombo da Família Fidélix está localizado na Cidade Baixa, próximo à interseção com o bairro Azenha. Como será relatado abaixo, a Cidade Baixa possui um importante histórico enquanto território negro da cidade (SOMMER, 2011) e isso é apropriado pelas comunidades quilombolas que hoje a habitam.

---

<sup>15</sup> De acordo Anjos (2009), para que se pudesse realizar as entrevistas e aplicar os questionários previstos nessa pesquisa, as visitas aos domicílios foram feitas sempre nos finais de semana, porém nem todos os moradores da comunidade quiseram participar do levantamento das informações pertinentes à elaboração do documento.

<sup>16</sup> FIDÉLIX, Sérgio. Sérgio Fidélix: entrevista [07 nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (1 h 48 min.).

À época da elevação da vila de Porto Alegre ao status de cidade, as regiões da Cidade Baixa e dos Campos de Várzea (atual Parque Farroupilha ou Parque da Redenção), ambas próximas ao seu núcleo, concentravam o comércio e pequenos serviços como sapatarias, alfaiatarias e bares. O transporte coletivo, feito por bondes, começou a avançar em direção aos bairros, inaugurando novos eixos de circulação. Essa ampliação do transporte trouxe consigo também a ocupação próxima ao trajeto dos bondes, contida apenas por impedimentos físicos como o Riacho (atual Arroio Dilúvio), no bairro da Azenha (ANJOS, 2009).

**Figura 1: Riacho (atual Arroio Dilúvio) no início do século XX**



Fonte: BECKER apud SANTOS, 2010, p. 32.

Essa ocupação, no entanto, não se deu uniformemente. Entre um núcleo habitacional (regularizado) e outro, surgiram áreas vazias, nas quais se concentraram inúmeros cortiços e avenidas<sup>17</sup>, habitações coletivas que cobravam aluguéis mais baratos que aqueles exigidos em áreas nobres, como o centro da cidade. Morar nesses lugares foi a única alternativa para os trabalhadores que atuavam no centro, porém não tinham condições financeiras de lá se instalar. Além do recorte de classe, essa população se reunia também a partir de grupos étnicos, como foi caso dos afrodescendentes moradores da Colônia Africana (atuais bairros

---

<sup>17</sup> Agrupamentos de casas, como o habitado pelos quilombolas do Areal.

Bomfim e Rio Branco) e da Cidade Baixa (ANJOS, 2009). Nessa última, localizavam-se regiões conhecidas como o Areal da Baronesa e a Ilhota, onde hoje se encontram, respectivamente, o Quilombo do Areal e o Quilombo da Família Fidélix.

A designação *Ilhota* deriva da conformação física do local. Como parte de uma proposta de higienização de Porto Alegre, José Montaury<sup>18</sup> determinou a criação de um canal que unisse dois braços do Riacho para aumentar a vazão das águas em períodos de cheia. Como resultado dessa medida, parte da área próxima ao curso do riacho passou a ser recorrentemente alagada, formando uma espécie de ilha. Nesses períodos de cheia, os moradores só podiam acessar o local por meio de pontes improvisadas e pequenos barcos (ANJOS, 2009).

**Figura 2: Recorte do Jornal Folha da Tarde de 31/04/1938**



Fonte: MUSECOM apud SANTOS, 2010, p. 39.

<sup>18</sup> José Montaury foi primeiro intendente de Porto Alegre eleito via voto direto. Governou o município entre os anos de 1896 e 1927.



Pesavento (1999, [s.p.]), chama atenção para o fato de que o nome *Ilhota* igualmente indica a situação das pessoas que lá habitavam com relação a outros grupos sociais da cidade:

Na verdade, a situação de 'ilha' se configurava pela estigmatização do espaço. A zona era de fato segregada, 'ilhada' do resto da cidade, num deslocamento do sentido da palavra original: além de pedaço de terra isolado pelas águas, era também um espaço de isolamento social e exclusão. Fotos antigas nos mostram 'casebres' amontoados, sem alinhamento, num labirinto de pequenas ruas e 'becos' [...] A Ilhota era também sede e antro de desordens, com 'botecos, bordéis e espeluncas', e tornou-se célebre pelos batuques, palavra sulina para designar os candomblés ou candombes dos pretos. Sempre associada com as práticas e socialidades religiosas e festivas dos negros que a habitavam, a 'Ilhota' também era sede de um animado e popularíssimo carnaval. Compôs, ao longo dos anos 20 e 30, um reduto de boemia das camadas baixas da população, sempre sujeito às investidas da polícia e palco de desordens e de crimes. Junto com o 'Areal da Baronesa', a 'Ilhota' constituía-se numa espécie de cinturão negro e pobre ao sul da cidade.

Nesse espaço visto como maldito pelo restante da cidade (PESAVENTO, 1999), conhecido como local de escravos fugidos, libertos e seus descendentes, não havia saneamento, eletricidade ou qualquer tipo de infraestrutura. Esses fatores faziam da Ilhota uma área pouco valorizada economicamente. Por outro lado, tratava-se de um local de importante tradição popular. Como afirmou Sérgio Fidélis, além do samba e dos blocos de carnaval, a Ilhota ficou conhecida como o berço de Lupicínio Rodrigues e de Osmar Fortes Barcellos, jogador de futebol conhecido como Tesourinha e que hoje dá nome ao ginásio municipal situado na região.

**Figura 3: Moradores da Ilhota**



Fonte: M CAMPOS *apud* SANTOS, 2010, p. 37.

**Figura 4: Carnavalesco do Areal da Baronesa (início do séc. XX)**



Fonte: JJ FELIZARDO apud SANTOS, 2010, p. 70.

A industrialização que marcou a Porto Alegre da década de 1940 provocou o aumento da população ali estabelecida: gaúchos do interior do Estado que migraram para a Capital almejando novas oportunidades de trabalho e que necessitavam de lugares baratos para morar. Na Ilhota, construíram suas malocas<sup>19</sup> e criaram novos laços de parentesco e amizade com os seus moradores. Aproximadamente três décadas depois, no levantamento socioeconômico da região solicitado pelo prefeito Guilherme Socias Villela<sup>20</sup>, foram identificadas 246 habitações irregulares na Ilhota, além das 100 que já haviam sido removidas. Seus moradores foram realocados no extremo sul da cidade, sendo um dos grupos que deu origem ao bairro Restinga, atualmente um dos mais populosos da cidade (ANJOS, 2009).

<sup>19</sup> “Os arquivos do Departamento Municipais de Habitação (DEMHAB) de 1966 entendiam como maloca todos os aglomerados marginais habitacionais erguidos em terrenos baldios, devolutos e mesmo de propriedade pública ou privada, sem arruamento nem higiene, com construção de madeira na maioria das vezes podendo, ainda, ser encontradas malocas de papelão ou lata” (SOMMER, 2011, p. 97-98).

<sup>20</sup> Guilherme Socias Villela foi prefeito de Porto Alegre entre 1975 e 1983.

A retirada da população da Ilhota, junto à canalização do Riacho e o aterramento da região, oficializaram o seu fim. Em 1977, Guilherme Sócios Villela doou parte da área à Associação dos Funcionários Municipais, visando à construção do Hospital Porto Alegre. Apesar da valorização econômica que a região teve, áreas de vazio permaneceram, oportunizando que fosse reocupada (ANJOS, 2009), outra vez em decorrência da carência financeira de grupos fundamentalmente negros.

Foi nesse contexto que se iniciou a história do Quilombo da Família Fidélix, entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980. Seus moradores atuais conhecem e se reconhecem na história da região, cientes da importância do local para a população negra da cidade. Isso ficou evidente já no meu primeiro contato com quilombo, através de Sérgio Ivan Fidélix, uma de suas lideranças, quando ele afirmou: “quando a gente chegou, a história já tenha acontecido. Era um espaço de ex-escravos”. O mesmo se repetiu com os demais moradores da comunidade e com os militantes da Frente Quilombola. Eles costumam se referir à Ilhota como um exemplo de comunidade negra destruída por interesses capitalistas, com o aval do Governo – o que, caso não haja resistência, também poderá ocorrer com os quilombos urbanos de Porto Alegre.

Sérgio mencionou Lupicínio Rodrigues e os carnavais do Areal da Baronesa com certo orgulho. Espantou-se por eu, igualmente moradora da Cidade Baixa, não conhecer a história do lugar: “Tu não sabia que tu mora na Ilhota?!” (Diário de Campo).

Então esse entorno aqui era coberto de vilas, que formavam essa, a Ilhota. [...] Então quando a gente chegou aqui, a gente sentou e ocupou uma história já, uma história que havia aqui. E nós começamos a entender que o território era de, foi de negros libertos, aonde viveram por muitos e muitos anos até [19]74 haver uma higienização por parte do prefeito Thompson Flores<sup>21</sup>, se eu não estou enganado. Foi ele que fez essa... retirou essas vila e onde formaram a Restinga, o Pinheiro. Foram afastando esse pessoal daqui [...]. Então, resgatando essa história daqui e junto com a nossa história de mais negros aqui presente na nossa comunidade, que a gente formou o Quilombo Família Fidélix, porque se deu esse encontro dessas história não só através do futebol, mas através do samba (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

---

<sup>21</sup> O engenheiro Telmo Thompson Flores foi prefeito de Porto Alegre entre os anos de 1969 e 1974. Teve uma gestão “marcada por grandes obras viárias que mudaram a feição da Capital gaúcha e a prepararam para o futuro, como os viadutos Dom Pedro I, Tiradentes, Açorianos e Obirici, túnel e elevada da Conceição” (PORTO ALEGRE, 2012).

Sérgio Fidélix, Milton Santana e Hamilton Lemos (o único branco entre os eles) são reconhecidos como os fundadores da comunidade. Naturais de Santana do Livramento (cidade na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai), os três eram amigos em sua cidade natal. Milton chegou à cidade na metade da década de 1960, já Sérgio e Hamilton, no final dos anos 1970. Contudo, seus objetivos eram muito parecidos: buscavam novas oportunidades de trabalho e se reaproximar de familiares que aqui já estavam. Em Porto Alegre, Hamilton e Sérgio ingressaram na Brigada Militar; Milton, por sua vez, atingiu a desejada autonomia ao abrir um negócio próprio.

Morando em diferentes bairros de Porto Alegre, reencontraram-se por frequentarem os mesmos locais de lazer, como campos de futebol na Cidade Baixa, o centro da cidade e as festas de carnaval no Areal da Baronesa e da Rua do Perdão<sup>22</sup>.

[...] quando chegamos aqui, a gente começou a procurar um ao outro, sabe? Era normal a gente se encontrar na Rua da Praia ali, [...], os mais antigos se encontravam na Rua da Praia, que era na Esquina Democrática<sup>23</sup>. E tinha outro lado que eu não me lembro agora, que era relojoaria... Na Masson. Também. Tinha uma parte que se encontravam na rua Democrática e outra na Masson. Então, ali formaram esse time de futebol que tá aqui, ó [mostra uma foto] (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Assim, os vínculos e hábitos da comunidade negra e operária de Livramento, construídos nos locais de trabalho (como o Frigorífico Swift Armour) e de diversão (como campos de futebol, entidades carnavalescas e o Clube Farroupilha) facilitaram a reaproximação dos três homens em Porto Alegre, efetivada em lugares

---

<sup>22</sup> A *Rua do Perdão* faz parte da tradição do carnaval de rua de Porto Alegre. A festa ocorre na Rua da República, na Cidade Baixa. Foi idealizada, em 1972, por Pernambuco – militante do Movimento Quilombista e da Frente Quilombola. O nome da festa faz referência à ditadura militar imposta ao país na época: “[...] uma brincadeira como forma de perdoar o sistema repressivo e a sua violência, o achatamento do salário, o atraso do aluguel, e muitas vezes, a briga com a esposa e outras dificuldades do cotidiano. Esse perdão somente seria possível através da brincadeira e da confraternização do carnaval” (PORTO ALEGRE, 2008).

<sup>23</sup> A *Esquina Democrática* corresponde ao cruzamento entre Rua dos Andradas (Rua da Praia) e Avenida Borges de Medeiros, local conhecido pelo grande fluxo de pedestres e por ser um tradicional espaço de expressão política no centro de Porto Alegre. Na década de 1960, essa esquina também era conhecida como *Esquina do Zaire* (ou Beco do Zaire), ponto de encontro de militantes do Movimento Negro.

conhecidos por, em determinados períodos, serem importantes locais de convivência da população negra.

### 5.3 “OLHA, SE VOCÊS TIVEREM INTENÇÃO E NÃO PUDER COMPRAR...”: A OCUPAÇÃO

A formação da comunidade hoje denominada Quilombo da Família Fidélis começou no final da década de 1980, decorrente do desejo de Sérgio e Milton de criar uma associação para reunir os conterrâneos. A ideia começou a se concretizar quando Milton encontrou um terreno à venda na rua Lima e Silva, nº 1509. Atrás desse terreno, havia uma área desocupada, de propriedade da Prefeitura.

E eu, todos os dia eu caminhava ali porque... Aquela área, eu queria aproveitar aquela área [...] Não tinha ninguém entrado ali e eu sabia que era no município. Eu digo: 'Eu vou pegar e vou aproveitar...' (SANTANA, M.; 28 nov. 2012<sup>24</sup>).

“Aproveitar aquela área” da Prefeitura, ou seja, ocupá-la, seria a única de forma de colocar os planos da dupla em prática mediante a falta de condições financeiras. Antes, recorreram a antigas relações. Segundo Milton (SANTANA, 28 nov. 2012), ter sido jogador de futebol profissional auxiliava na formação de aliança com os políticos de Santana do Livramento. Ele e Sérgio então fizeram um projeto no qual apresentavam a ideia de construir naquele terreno vazio a sede de uma associação santanense e viajaram com o intuito de pedir auxílio ao Prefeito daquela cidade. A proposta era que a Prefeitura de Livramento comprasse a parte do terreno que era de propriedade privada, da qual seria dona por dez anos. Depois desse tempo, a posse passaria para a associação.

E aí tá, ele aprovou. Bah! Ficou tudo certo! Aí diz 'Ó, o problema é que tem que passar na Câmara. E pra ser votado, pra mim poder fazer o negócio

---

<sup>24</sup> SANTANA, Milton. Milton Santana: entrevista [28 nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (1 h 48 min.).

assim, tem que passar na Câmara. O valor pra nós não tem problema'. O valor era até um valor muito bom de comprar, mas nós não tinha condições. [...] eu e o Sérgio fomos na Câmara pra falar com os vereador. Como eu sou de Livramento, jogava futebol, todos me conhecia, aí ficou fácil 'Não! Tudo bem! Nós queremos, vão à votação, a gente aprova isso aí'. Porque eu digo 'Não é interesse só pra nós, porque nós só queremos ter essa condição de continuar a sede lá, mas nós vamos dar toda a assistência pras pessoas que vão'. Até pra informação ou pra trabalhar, alguém que vá pra trabalhar e precisa vir a Porto Alegre, vem de lá, eles se hospedava aí na sede (SANTANA, M.; 28 nov. 2012).

Divergências políticas na Câmara de Vereadores de Livramento fizeram com que o projeto não fosse aprovado. Retornando à Porto Alegre, Sérgio e Milton alugaram a área e abriram o bar Recanto Santanense. Hamilton manteve contato com os amigos, entretanto, por morar com seu irmão na cidade de Viamão (região metropolitana de Porto Alegre), frequentava o bar com menor frequência.

Ainda que de modo um pouco diferente da ideia original, o lugar se tornou referência para vários santanenses. Esses, em maioria, trabalhadores negros, se reuniam para discutir sobre futebol, beber, fazer churrascos e jogar snooker, canastra e truco. Assim, o bar se tornou um ponto de encontro e, ao mesmo tempo, um meio de Sérgio (policia militar) e Milton (dono de brechó) obterem renda extra. Extrapolou também o limite da população negra santanense que residia em Porto Alegre, passando a receber outros trabalhadores negros (LIMA, 2012; FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012; SANTANA, 28 nov. 2012).

Foi um sucesso, porque a gente tinha um pátio ao lado, assim grande. Tinha um pé de manga e a gente fazia churrasco. Então o que que eu fazia lá? Eu fazia... Eu dava carvão, dava a churrasqueira e a pessoa chegava ali e dizia: 'Olha, eu quero pra... preciso, vou trazer 15 pessoas'. Que eram colegas, funcionários ali do hospital... Lá da Riachuelo, dos cabeleireiro que tinham um salão grande... dos Marujo<sup>25</sup>!... Então a gente... Os cara era muito amigo nosso! [...] Bah!... Tinha o pessoal da Zero Hora também, [...] Jornal do Comércio... Era um ponto de encontro bom. Olha, à noite, fim de semana, aquela Lima e Silva ficava de carro ali, ó... Carro por tudo que era lado!... [risos] Eu sempre gostei de movimento assim, de congregar o pessoal, entende? (SANTANA, M.; 28 nov. 2012).

Milton havia construído uma casa para a sua família junto ao estabelecimento assim que o contrato de aluguel foi assinado. Ele e Sérgio relataram que, tempos

---

<sup>25</sup> O *Marujo Cabeleireiro* é um salão de beleza porto-alegrense conhecido por ser especializado em beleza negra.

depois, Hamilton enfrentou dificuldades financeiras e consultou-os sobre a possibilidade de ocupar a área ao fundo do bar. Para Hamilton, essa foi uma forma de se livrar do aluguel: “Daí alugava, sempre tinha uma casinha, alugava aqui, ali. Quando deu essa boquinha, eu já fiz ali, né? A área verde, já entrei... Fui o primeiro...” (LEMOS, 14 nov. 2012<sup>26</sup>). Ciente de que aquela porção do terreno era de propriedade da Prefeitura, Hamilton construiu sua casa atrás da vegetação como forma de ficar menos visível e, assim, diminuir o risco de despejo. Logo após, Sérgio fez o mesmo: “Então aí que começou... [...] Verificando [na Prefeitura], porque que a gente tinha pessoas que jogavam junto com nós, ou contra nós até, que eram nossos amigo e tinha conhecimento dessa área aqui” (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Milton afirmou que, passado mais algum tempo, o proprietário do terreno retomou o interesse de venda, dando prioridade para os donos do bar. Percebendo a impossibilidade financeira deles, sugeriu que Milton reconstruísse sua casa nos fundos do terreno, como haviam feito Hamilton e Sérgio: “E aí ele diz 'Olha, se vocês tiverem intenção e não puder comprar... Porque vocês podem ocupar, pois é área verde, é área da Prefeitura'. Foi quando a gente pegou e fez uma casa lá” (SANTANA, M.; 28 nov. 2012). O bar então foi fechado. O proprietário vendeu sua parte da área para uma empresa de construção e, atualmente, no número 1509 da Rua Lima e Silva, há um prédio de sete andares.

---

<sup>26</sup> LEMOS, Hamilton. Hamilton Lemos: entrevista [14 nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (25 min.).

**Figura 5: Edifício na Rua Lima e Silva, 1509  
(área onde ficava o Recanto Santanense)**



Fonte: Arquivo pessoal.

Durante alguns anos, moraram naquela área somente às famílias de Sérgio, Milton e Hamilton. A solução para ter o mínimo de infraestrutura foi fazer “gatos”, ligações clandestinas com as redes de luz e de água: “[...] o esgoto até era normal. A gente chegou, a gente colocou na rede através do DMAE<sup>27</sup>, DEMHAB<sup>28</sup>. A gente conhecia pessoas influente, através do... Política, né? Não era possível sem um banheiro...” (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Sérgio (FIDÉLIX, S.; 14 nov. 2012<sup>29</sup>) relatou que quando Hamilton saiu do local e voltou a morar com o irmão em Viamão, foi convencido a retornar: “Aí eu disse 'Pô, cara, que que tu quer lá?... Vem pra cá, vem lutar aqui' ”. Essa menção à *luta* se relaciona ao receio de despejo, frisado por todos os entrevistados como uma constante naquela época, assim como constante também era a busca de meios que impedissem que isso ocorresse. Nas palavras de Milton (SANTANA, M.; 28 nov. 2012):

nós tinha medo que nos tirassem e fossem nos jogar lá na, lá longe... Entende? Ah! A gente que trabalhava tudo... E aqui é um lugar bom... [...]

<sup>27</sup> DMAE é a sigla oficial para Departamento Municipal de Água e Esgotos.

<sup>28</sup> DEMHAB é a sigla oficial para Departamento Municipal de Habitação.

<sup>29</sup> FIDÉLIX, Sérgio. Sérgio Fidélis: entrevista [14 nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (34 min.).



Bah! Nós sofria porque vinha o pessoal da Prefeitura e nos dava 10, 15 dias, 30 dia pra se retirar dali e a gente lutava. Sempre arrumava um advogado, uma coisa, e ia prolongando, ia prolongando, e não saía.

O pequeno grupo foi aconselhado por um conhecido a agregar mais pessoas, pois isso dificultaria sua desapropriação. Foram chamados, então, amigos e parentes de Santana do Livramento.

Quando nós se formamos, nós se formamos aqui, essa comunidade, por conhecidos, a maioria de Santana do Livramento, a gente ia buscar: 'Ó, o fulano tá morando lá em Viamão'. Aí convidava ele, 'Ó, tu traz uma casinha aí, quem sabe compra uma pré-fabricada...'. E aí a gente se ajuda, aí compra um pedaço da pré-fabricada que era... 400 ou 600 reais na época, ou 600 mil, não sei como é que era a moeda da época... (FIDÉLIX, S.; 14 nov. 2012).

Segundo Hamilton (LEMOS, 14 nov. 2012), algumas pessoas vieram por conta própria, pedindo permissão para também ocupar o terreno: “Depois o pessoal veio vindo, veio vindo e chegando... 'Eu posso entrar aí?' 'Pode...' – eles vieram na nossa, né? – 'Vai entrando...' ”.

Ainda no início da década de 1980, a área onde moradores da comunidade haviam construído um campo de futebol foi vendida pela Prefeitura de Porto Alegre à Encol, então uma grande empresa imobiliária. O campo ficava em uma parte da Praça Sport Club Internacional<sup>30</sup>, em frente à área habitada.

Quando nós olhamos assim de manhã, olhamos, estavam cercando de madeira a volta. 'Não, o que é isso?!' 'Não, nós vamos aqui, a Prefeitura, o Collares deu essa área aqui pra Carris' [...] 'Mas vocês aqui, a gente vai ver outra área pra vocês'. Que outra área! Até hoje nunca apareceu a área pro campo de futebol que nós tínhamos ali... Mas tudo foi uma conversa, que não foi Carris nem nada!

Esse episódio representou o fim de um lugar de convívio e lazer, mas, principalmente, mostrou-se como uma ameaça para os moradores – afinal, eles também poderiam ter a área na qual moravam vendida pela Prefeitura para dar lugar

<sup>30</sup> A Praça Sport Club Internacional foi o primeiro campo de futebol desse time de futebol e, à época, era chamada Campo Ilhota. Recebeu o nome atual em 2009 como parte das comemorações do centenário do clube, quando esse adotou o lugar através do projeto Adote Uma Praça, da Prefeitura. A praça fica a uma quadra do quilombo (PORTO ALEGRE, 2012; SPORT CLUB INTERNACIONAL, 2012).

a novos empreendimentos imobiliários. Contra isso, os moradores realizaram protestos solicitando à gestão municipal que o terreno onde era o campo fosse transformado em um local de esportes e recreação (LIMA, 2012, p. 84). Milton lembrou que chegou a redigir um manifesto: “Tirei fotos, tudo. Peguei um vereador que era presidente da Câmara. Dilamar Machado, já morreu. Ele foi radialista. Conhecidíssimo ele, Dilamar Machado... [...] Mas aquilo ficou, tu vê... Não resolve nada...” (SANTANA, M.; 28 nov. 2012).

A mobilização não impediu a construção de dois prédios de 12 andares onde antes ficava o campo de futebol, mas, segundo Anjos (2009), significou um fortalecimento político do grupo, que a partir disso passou a lutar pela regularização junto aos órgãos públicos. O interlocutor prioritário desde então foi o governo municipal, com o qual os moradores procuraram diversas vezes estabelecer diálogo. A primeira tentativa foi se organizar em pequenos grupos e pleitear uma reunião com Alceu Collares, naquele momento o prefeito da cidade pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT. Conseguiram uma audiência com a primeira-dama, Antônia Collares, que lhes deu uma concessão de uso da área (LIMA, 2012; Diário de Campo).

**Figura 6: Edifícios construídos no antigo campo de futebol**



Fonte: Arquivo Pessoal.

Outra tentativa de diálogo com a Prefeitura se deu através do ingresso da comunidade no Orçamento Participativo – OP, no fim da década de 1980. Tendo Milton como incentivador, alguns moradores passaram a frequentar as reuniões do OP em nome do grupo. O objetivo era intervir na escolha de projetos que trouxessem benefícios e a oficialização da sua presença no terreno (LIMA, 2012; FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012). Conforme Lima (2012), essa via não ofereceu muitos avanços, porém resultou em uma maior visibilidade da comunidade frente aos órgãos públicos municipais.

No ano de 1991, um morador foi despejado da comunidade. “Magrão” (seu nome não foi lembrado pelos entrevistados) vivia com sua família em um dos extremos da área ocupada pela comunidade, onde montou um estacionamento que servia como sua principal fonte de renda. Individualmente, ele conseguiu uma concessão e um alvará da Prefeitura para o funcionamento do seu negócio, ainda no Governo Collares. Contudo, de acordo com o Governo do PT, que ingressou na gestão municipal em 1989, essa concessão vigorou somente durante cinco anos. O resultado foi a remoção de Magrão e de sua família, o fechamento do estacionamento e a retomada daquela porção do terreno pela Prefeitura (LIMA, 2012; FIDÉLIX, S.; 14 nov. 2012).

A remoção de Magrão e a perda da área por ele ocupada levaram a comunidade a entender que a concessão coletiva obtida anos atrás, também através do Governo Collares, não assegurava a sua permanência. Por sugestão de um oficial de justiça, a comunidade retomou a estratégia de aumentar o número de integrantes, o que aumentaria também a possibilidade de resistência. Diferentemente da outra situação em que buscou novos moradores, dessa vez o critério para agregação à comunidade foi flexibilizado, não se restringindo mais aos oriundos de Santana do Livramento (LIMA, 2012).

Se o ingresso de amigos e conhecidos de Porto Alegre, por um lado, colaborou para a permanência da comunidade no local, por outro, gerou algumas dificuldades de convívio. Para Sérgio, as dificuldades estão ligadas justamente ao fato de os novos moradores não serem fruto de uma amizade enraizada e, conseqüentemente, não compartilharem de imediato dos valores e preocupações comuns aos demais moradores.

Já era aquelas pessoas que a gente convidou, mas se desfez da moradia, vendendo pra outra pessoa que a gente não tinha conhecimento. Até a gente tentou... 'Pô, qualquer dia vem uma pessoa que não tem nada a ver ou um traficante compra uma casa aqui e a gente vai ter que conviver com ele...' Porque hoje é normal, o tráfico existe em qualquer comunidade. Mas vejo que a comunidade é pacata, é calma, aí... [...] já ocorreu com uma pessoa aí, até saiu, e não tinha nada a ver, não tinha parentesco nenhum, não tinha uma amizade. A não ser um tio dele, foi através de um tio dele que jogou aqui no nosso time de futebol, que ele veio parar aqui [...]. Então foi colocado outra pessoa porque, 'Ah, era filho do...', mas a mulher dele trabalhava com um traficante, essas coisa assim. Então já ocorreu. Quer dizer, a gente tá buscando agora ficar mais esperto pra não haver esse... desconforto (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Por mais 15 anos, a comunidade permaneceu pleiteando a sua regularização fundiária junto à Prefeitura, sem nenhum sucesso. Por outro lado, segundo as fontes consultadas, nesse período não enfrentou nenhuma outra ameaça concreta de desalojamento. Essa relativa tranquilidade se desfez em 2006, quando uma nova ação de despejo foi expedida.

Nas palavras de Milton, foi “como eles fizeram na época aqui da Ilhota: chegaram de manhã e levaram”. Um promotor de justiça e funcionários do Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB, com o apoio de um grande contingente de policiais da Brigada Militar, cercaram a comunidade para executar a ordem. A quadra foi fechada e a ninguém foi permitido entrar ou sair. Foram utilizados uma retroescavadeira para derrubar as habitações e caminhões para transportar os pertences das pessoas que seriam removidas do local. Apesar de ter buscado assessoria jurídica, a comunidade não conseguiu evitar a desocupação compulsória de cinco das 32 famílias que a compunham. Aqueles que não seriam expulsos auxiliaram os demais a carregar sua mudança. Ajudaram também guardando alguns objetos em suas próprias residências (LIMA, 2012; FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012; SANTANA, M.; 28 nov. 2012). O longo depoimento de Milton (SANTANA, 28 nov. 2012) descreve o sentimento das pessoas naquele momento:

[...] cinco famílias eles tiraram dali e aí disseram ainda: 'Olha, os próximos serão os que moram pra lá...'. Aí nós se mobilizamos, aí *todo mundo* se mobilizou. Foi uma coisa assim, ó, que... Ninguém tomou conhecimento, não sabia que ia acontecer isso, entende? E aí de manhã cedo, foi como eles fizeram na época aqui da Ilhota, chegaram de manhã e levaram. O pessoal saindo pra trabalhar, quando vê levaram todo mundo. E o que eles fizeram de mais grave foi que eles pegaram e... Quando eu vejo... Olha, aquele beco ali ficou tudo... Brigadiano armado tudo. Parecia uma guerra! [...] Os caminhão da Prefeitura e já foram 'Vão retirando as coisas, vão retirando' e não dava motivo! O pessoal aí, aquelas cinco família, correndo

assim desesperada! E eles ficaram armado! Aí tu queria entrar, eles não deixavam. E daqui um pouco mais, levou mais um tempo, quando tirou entrou uma máquina da Prefeitura e passou como se diz assim, ó... Uma coisa *horrível* aquilo, que foi um *crime* o que eles fizeram! [...] Eu fiquei assim, eu tenho problema de coração, eu tava olhando e tive que sair dali porque senti que ia me dar um negócio em mim... Eu me lembro tão bem que o filho duma moradora dali, aí saiu do colégio ali, do Emílio [Massot]. Meio dia, tava aquele movimento tudo... A casa tudo assim arrasada. Aí quando chegou, o guri saiu a procurar, aí olhou assim 'Seu Milton, que que aconteceu lá?!' Eu disse 'Os cara não tão deixando entrar, desmancharam tudo'. Ele foi lá e viu, saiu e voltou chorando: 'Pô, a mãe fez tudo com sacrifício... Olha o que ela lutou pra fazer as coisas. Os cara desmancharam toda a nossa casa... Pra onde que ela vai?' Eu digo 'Ela tá se virando aí pra ver aonde vão ir, pra onde, o lugar que vão ir...' Assim, foi uma brutalidade total. E aí... E aí nós se mobilizamos. Uma foi pra uma casa dum parente, outra foi pra outro... E a gente se mobilizou.

Sérgio afirmou que a ação ocorreu porque “o pessoal da Sebastião Leão queria encompridar os terrenos” (Diário de Campo), o que também foi mencionado por Milton (SANTANA, 28 nov. 2012). Por isso, para Sérgio, muito da luta da comunidade é contra a especulação imobiliária. Segundo Lima (2012, p. 75), o despejo foi resultado de uma articulação feita entre a empresa de segurança privada estabelecida naquela rua, ao lado da entrada do beco, e a Prefeitura: “A comunidade questiona até hoje as razões do poder público preterir as famílias em favor dos lindeiros”.

De acordo com os depoimentos, em função do ocorrido, houve uma forte união e mobilização: “a comunidade veio em peso e fizemos, trancamos rua, fizemos a nossa manifestação política para o retorno dessas famílias” (FIDÉLIX, S; 07 nov. 2012). Milton afirmou que alguns moradores se dirigiram à Prefeitura para exigir que essa realizasse uma reunião com a comunidade. Essa reunião ocorreu no CEDEL e teve a presença de seis ou sete representantes da comunidade (entre eles, o próprio Milton), de um morador da Rua Sebastião Leão e de César Busatto, então Secretário de Coordenação Política e Governança Local do Governo José Fogaça. Os demais moradores da comunidade ficaram no pátio da escola, aguardando. Após ouvir os dois lados, o Secretário teria dado um parecer positivo à comunidade, o que possibilitou que as famílias retornassem (SANTANA, 28 nov. 2012).

Há registros também de que as famílias despejadas apelaram para o Poder Judiciário e custearam o processo que possibilitou que quatro delas retornassem à comunidade um ano depois (LIMA, 2012). O fato é que a Prefeitura foi compelida a

construir novas moradias, porém isso foi feito em condições que não respondiam às necessidades dos moradores. Além de pequenas, as casas foram construídas com material frágil (de compensado) e não eram ligadas à rede de esgoto, o que obrigou as famílias a construir outras moradias (LIMA, 2012; SANTANA, M.; 28 nov. 2012).

Esse despejo foi o momento mais tenso da trajetória da comunidade até hoje. Ele foi mencionado por todos os moradores com os quais tive contato, fosse através das entrevistas ou de conversas informais. Mostrou-se presente em suas memórias também em uma ocasião na qual eu tirava fotografias da comunidade, como forma complementar à pesquisa. Dois homens se aproximaram indagando para que serviriam aquelas fotografias. Quando expliquei que estava realizando um trabalho de pesquisa para a universidade, explicaram-me que haviam perguntado somente porque tinham medo de serem novamente removidos: “Não, não, tudo bem. Então desculpa. É que a última vez que chegaram aqui e tiraram foto, tiraram a gente daqui” (Diário de Campo).

Ou seja, o despejo de 2006 é uma experiência ainda viva na comunidade. Demonstra a sua vulnerabilidade frente ao poder público, caso haja o interesse da sua remoção daquele local. Isso, por sua vez, reforça a necessidade da comunidade de oficializar a sua situação fundiária, pois, como afirmou Sérgio:

O que que nos une aqui é o território mesmo. O território porque, vou voltar a dizer, é próximo de todas as coisas que um ser humano deseja ter, nós temos, graças a Deus. Que é as coisas básicas pra um ser humano, então nós temos o transporte próximo, o hospital, supermercado, farmácia... Então tudo que... Que a urbanidade tem (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Como pôde ser visto através da descrição da formação e da trajetória da comunidade até aqui, os meios utilizados nesse intento possuíam natureza estritamente circunstancial, restringindo-se a responder a demandas imediatas impostas pelo contexto. Foi notável, igualmente, a importância das relações de amizade cultivadas pelos fundadores da comunidade, utilizadas como arma política no enfrentamento da Prefeitura Municipal, que, até o despejo das cinco famílias, era a única interlocutora da comunidade na luta pela sua permanência na área que ocupa. O fato de o poder municipal – em suas diversas instâncias e sob diferentes

comandos – representar a principal ameaça à comunidade não impedia que, ao mesmo tempo, ele tivesse provido alguns “benefícios”, como a concessão temporária de uso da área e a reversão da ação de despejo de 2006.

A partir do despejo daquelas cinco famílias, os moradores modificaram seu posicionamento: passaram a criar estratégias que trouxeram importantes mudanças no que tange às suas relações de poder com os órgãos públicos.

#### 5.4 “PRA QUEM TU VAI TE QUEIXAR?”: AS ESTRATÉGIAS DA COMUNIDADE PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Com a concretização da ameaça de despejo (temida desde a ocupação da área, no início de 1980), a comunidade criou estratégias próprias com o intuito de se fortalecer frente ao poder público e alcançar avanços significativos e duradouros, em especial, a regularização da sua ocupação. Uma dessas estratégias foi intensificar sua participação nas reuniões do OP. Para Milton, fazer-se presente nesse espaço é a única forma de uma comunidade ser atendida em suas demandas. Ele foi essencial, por exemplo, para o retorno das famílias despejadas, pois “se não fosse uma luta do Orçamento, tinha saído”.

a gente viu que sem o Orçamento a gente não conseguiria nada, entende? Que tem uma comunidade e ela não tá engajada junto com o Orçamento Participativo, é difícil as coisa. Pra quem tu vai te queixar? Tu não tem nada. E aí a gente começou a fazer. Então por meio do Orçamento a gente conquistou muita coisa lá, porque se levava pra assembleia tudo que tava acontecendo lá. [...] E isso aí começou a ter pressão, né? Foi aonde acho que, o retorno de nós voltar pra lá foi uma vitória porque houve interesse da parte lá do Orçamento (SANTANA, 28 nov. 2012).

A pressão seria, em grande parte, por conta do comprometimento mútuo construído entre as diferentes comunidades representadas nas reuniões semanais do OP. Segundo Milton, naquele momento, o retorno das famílias despejadas era

uma urgência para a comunidade; por isso, o assunto era debatido nas reuniões mesmo quando, por algum motivo, seus delegados não podiam estar presentes:

[...] sempre era tocado, quando não era por nós era por pessoal de outra comunidade. 'Como é que tá o caso da Otto Ernest Meyer? Como é que ficou o caso deles? Esse pessoal [despejado] vai retornar? Vamos dar um jeito! Não pode deixar eles ficar...' Então houve pressão, começou ter movimento isso aí. Isso aí ajudou muito a gente! (SANTANA, M.; 28 nov. 2012).

Milton (SANTANA, M.; 28 nov. 2012) recorda que houve um ano em que mais de 50 pessoas estiveram presentes na assembleia promovida pela Prefeitura, na qual se define o número de delegados de cada comunidade da cidade. Isso proporcionou que o grupo tivesse cinco representantes nos meses seguintes. Comentou, ainda, que a comunidade conseguiu aprovar um projeto para a construção de dez casas. Apesar de isso ter ocorrido há quatro anos, os moradores ainda aguardam: “Até hoje não saiu, mas tá arquivado”.

Além da maior participação no OP, outra estratégia da comunidade foi se organizar em uma associação própria. A Associação dos Moradores da Rua Otto Ernest Meyer – AMOTEM foi criada ainda em 2006 (ano em que ocorreu o despejo) e tinha como objetivo principal fortalecer e sistematizar a luta da comunidade pela regularização fundiária junto à Prefeitura. Nas palavras de Sérgio (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012), “a AMOTEM era pra salvar esse território”. Com a AMOTEM, os moradores passaram a realizar reuniões para discutir os problemas da comunidade e buscar soluções. Junto a isso, elegeram uma diretoria responsável por representá-los na interface com as instâncias do governo municipal.

Pouco depois da criação da AMOTEM, ainda em 2006, um segmento da comunidade recorreu ao governo federal buscando o reconhecimento público como remanescentes de quilombo. Essa possibilidade havia sido aventada por Sérgio cerca de dois anos antes, quando soube, através dos jornais, que seria lançado o



### Programa Brasil Quilombola – PBQ<sup>31</sup>:

Foi aqui no [Ginásio] Tesourinha, foi mais próximo de nós aqui [...] quando eu cheguei lá eu encontrei a Duda, que é a liderança do Areal da Baronesa. Então a gente sentou junto, lado a lado, onde tava o Milton aqui. Chegamos e a gente pegou o folder, da propaganda sobre o Programa... (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Naquela época, Sérgio sugeriu aos moradores da comunidade que o autorreconhecimento como remanescentes de quilombo lhes permitiria o ingresso no PBQ e, portanto, abriria um canal junto ao governo federal que poderia trazer avanços na direção da regularização fundiária da área ocupada. Porém, àquela época, sua posição não obteve eco e a luta por regularização se manteve no âmbito municipal, via participação no OP e AMOTEM.

A proposta não foi aceita por todos. Apesar disso, os favoráveis ao autorreconhecimento como quilombolas criaram a Associação Comunitária e Cultural Remanescentes de Quilombo Família Fidéliz (Associação Quilombola), com o objetivo organizar e fortalecer sua luta frente aos órgãos federais responsáveis pelo cumprimento dos direitos constitucionais relativos a essa população. Concomitantemente, reuniram os elementos necessários para oficializar sua condição, como documentos e fotos que comprovassem a ligação de suas famílias com a escravidão e a resistência (APÊNDICE 3). Segundo Hamilton (LEMOS, 14 nov. 2012), Sérgio e ele chegaram a viajar a Livramento para realizar pesquisas sobre os antepassados de alguns moradores.

O contato com o Quilombo da Família Silva, no bairro Três Figueiras, foi fundamental nesse processo. Em 2004, também através dos jornais, Sérgio soube

---

<sup>31</sup> Lançado em março de 2004, o PBQ é um programa do governo federal que tem como objetivo “consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas” (SEPPIR, 2012, p. 28). O PBQ atua através de quatro eixos: (1) Acesso à terra; (2) Infraestrutura e qualidade de vida; (3) Desenvolvimento local e inclusão produtiva e (4) Direitos e cidadania. Possui interface com o Plano Plurianual da União e com diversos outros programas do governo federal, como Brasil Sem Miséria, Minha Casa Minha Vida, Água Para Todos e Luz Para Todos, entre outros. Sob coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade, envolve outros dez ministérios em seu Comitê Gestor: Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Cultura e Fundação Cultural Palmares; Ministério das Cidades; Ministério da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ministério da Saúde e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Integração Nacional; e Ministério de Minas e Energia (SEPPIR, 2012).

que aquele havia sido reconhecido como o primeiro quilombo urbano do país. Com a aceitação parcial da proposta de autorreconhecimento, Sérgio e Milton foram até aquela comunidade para pedir auxílio na construção dos argumentos a serem defendidos junto à Fundação Cultural Palmares – órgão federal responsável por identificar e expedir o Certificado de reconhecimento das comunidades quilombolas. A partir de sua experiência de luta, a Família Silva ajudou Sérgio e Milton a visualizar, na história das famílias que buscavam o reconhecimento oficial, os pontos que poderiam ser relevantes. Os Silva também deram sugestões e indicaram o seu advogado para auxiliá-los (LIMA, 2012).

O passo seguinte foi a abertura do processo de certificação na Fundação Cultural Palmares, o que concedeu à comunidade o Certificado de Autorreconhecimento como remanescente de quilombo, em 2007<sup>32</sup>. Com a certificação, uma comunidade quilombola passa a existir para a institucionalidade. Isso possibilita que se beneficie dos programas do Governo Federal direcionados à melhoria das condições de vida dessa população, como o PQB. Por isso, o Certificado tem grande valor na luta dessas comunidades.

Diversas vezes durante o período da minha inserção no campo, percebi a importância dada por Sérgio ao PBQ. Para ele, a adesão representou um divisor de águas na vida da comunidade. Primeiramente, porque “se informando sobre o Programa Brasil Quilombola que a gente veio... Viemos ver as ações sociais aonde a gente iria percorrer, qual é o caminho para se ter a titulação desse território”. Depois, porque o ingresso no PQB deu acesso às políticas sociais do Governo e afastou um pouco a ameaça de novos despejos (Diário de Campo).

[...] Aí foi através do Programa. Pra ti vê que nós estamos desde o final da década de 70 aqui e a Luz Para Todos chegou agora em 2008, 2009, no Programa Brasil Quilombola. Porque o final da luz era ali, a CEEE encontravam *grande dificuldade* pra colocar mais 30 metro de luz aqui... [...] Eu costumo falar que um dos quilombo que tem o gato oficial é o nosso. [risos] [...] Então a primeira briga foi até colocar o poste, puxar mais... Que eles não queriam. Então eu tive que levar isso às autoridade competente o conhecimento das dificuldade que a gente tinha, da água. Hoje nós temos no Programa Água Para Todos, nós temos no Programa Luz Para Todos... Hoje chegou, mas chega também pingado, porque tem duas família ainda que não tem a luz. Tá na luz do vizinho pro outro... [...] A água também era gato, aí oficializou-se agora também de 2008, 2007... Tudo depois do Brasil

---

<sup>32</sup> Na faixa da Associação Quilombola consta que a data do reconhecimento oficial foi 2004. Isso porque, conforme explicação de Sérgio, o documento foi expedido retroativamente.

Quilombola. [...] Tudo era gato. Caía, tinha dia que bah! Queimava fio afuzéu aí! [risos] (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

O Certificado como comunidade remanescente de quilombo é também pré-requisito, ainda, para que as comunidades iniciem, junto ao INCRA, o processo de regularização das áreas que ocupam. No caso do Quilombo da Família Fidélix, o processo foi aberto no mesmo ano da certificação, pois, como bem disse Sérgio, “não adianta ser reconhecido; a garantia vem do título”. Desde 2007, o processo de titulação da comunidade segue em tramitação. Parte importante desses trâmites foi a elaboração do Laudo Antropológico da comunidade (ANJOS, 2009).

A etapa seguinte foi a demarcação da área, que ocorreu somente em outubro de 2012. De acordo com Sérgio (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012), a demora de quatro anos se deveu principalmente ao desinteresse e “jogo de empurra entre das instituições”, ou seja, entre os diferentes órgãos do poder municipal e desses com o INCRA. Junto a isso, esteve a falta de conhecimento dos técnicos responsáveis pela execução da demarcação.

Olha, gastaram uma grana porque chegaram a contratar uma empresa aqui pra fazer, aí chega o DEMHAB e diz que tudo tava errado, essa firma terceirizada que foi contratada pelo Orçamento Participativo, ou seja, pela Prefeitura. [...] Eu já tinha avisado isso, já tinha alertado, e o pessoal não prestou muita atenção, mas como eles são mandado... 'Não, me disseram pra medir as casa'. Eu digo: 'Jovem, pelo Programa Brasil Quilombola...'. Expliquei pra ele que não se mede, não é pelo espaço que tão ocupando e sim por todo território, tudo que tá em volta. Demarca o *território*, né? Quem distribui, quem sabe, é a comunidade que sabe o seu espaço... Como chegaram, como estão ali... Se é de pai pra filho, se... É assim que é um território quilombola, o território indígena também. Todo mundo sabe o sei espaço, mas só quem tá ali dentro, não é demarcado de fora pra dentro. [...] Não é importante demarcar casa por casa aqui, tu entendeu? E seguindo as normas como é um território quilombola, tiveram que *refazer* essa medição através, agora, do INCRA.

Sérgio (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012) comentou que os quilombolas da comunidade tiveram de recorrer à Procuradoria Geral Federal para denunciar os inúmeros e recorrentes erros na demarcação que, na opinião dele, serviam para “enrolar”: “umas pessoas que são técnico, são capacitados, se tu vai medir e tu não vai saber como é que tu vai medir... [...] Dentro do Programa tá como se deve agir quando se tem um território, por exemplo, da Prefeitura... “.

A Associação Quilombola se insere nesse contexto como forma de organizar os moradores da comunidade que se reconheceram nessa identidade e lutam pela regularização da área via instituições federais. A título de ilustração, descrevo a seguir uma reunião da diretoria dessa associação – definida por Sérgio (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012) como “a responsável pelo território” – que ocorreu no dia 24 de novembro de 2012.

As reuniões da Associação Quilombola ocorrem no restaurante da Janete, que fica na área da comunidade e que, por se localizar no beco ao lado do Hospital Porto Alegre, geralmente atende, além dos moradores e seus vizinhos, os funcionários e pacientes do hospital. Tanto as atividades dessa associação quanto da AMOTEM ocorrem nos finais de semana, em virtude da rotina da maioria dos moradores da comunidade, que nos outros dias estão trabalhando.

Marcada inicialmente para às 17h, a reunião iniciou próximo às 18h30min. Sérgio explicou que o motivo do atraso havia sido a costumeira dificuldade de reunir as pessoas, obrigando-o a passar nas casas dos membros da diretoria para lembrá-los da reunião e confirmar sua presença – o que inclusive pediu que eu registrasse no meu trabalho.

Quando a Associação Quilombola foi criada, os quilombolas tiraram um estatuto e elegeram uma diretoria. De acordo com o documento, os primeiros membros da diretoria teriam um mandato de quatro anos, pois, como afirmou Sérgio (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012), “a gente previa que levaria muito tempo a titulação”. Naquele momento, ele foi nomeado presidente da associação em virtude do conhecimento que tinha da história do grupo e dos caminhos a serem percorridos ao longo dos processos na Fundação Cultural Palmares e no INCRA. Um pouco desconfortável, explicou que os mandatos seguintes seriam de dois anos, o que não ocorreu: ele e os demais membros eleitos em 2006 se mantêm na diretoria até hoje.

Agora eu *estou* presidente. [...] Mas pretendo, assim que titulado... Eu acho que vou fazer uma nova avaliação aí pra eles tocarem aí, alguém tocar pra mim, porque... Não é que eu cansei, mas eu acho que eu devo dar o conhecimento que eu tenho de quilombo, essa batalha que eu tive aqui na comunidade aos demais quilombo aí desse Brasil todo (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Atualmente, a diretoria da Associação Quilombola é composta por oito pessoas: Sérgio (presidente), Janete (vice-presidente), Hamilton (tesoureiro), Bernabé (2º tesoureiro), Fabiana (secretária), Maria Helena (conselheira), Damasceno (conselheiro) e Luís Roberto (conselheiro). Na reunião do dia 24 de novembro, Damasceno, Luís Roberto e Fabiana avisaram que não poderiam comparecer.

Sérgio (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012) já havia afirmado que as “reuniões são mais objetivas” que aquelas realizadas na Frente Quilombola, que chegam a durar até três horas. De fato, a reunião da diretoria da Associação Quilombola durou aproximadamente 30 minutos. Quando ele, Hamilton e eu chegamos ao restaurante, o lugar já estava preparado com as mesas unidas no centro da sala, ao redor das quais todos se sentaram.

Sérgio perguntou se alguém gostaria de presidir a reunião, ao que o grupo respondeu, em tom descontraído: “Vai tu mesmo!”. Embora eu já conhecesse quase todos os presentes e eles já soubessem o motivo da minha presença, Sérgio explicou formalmente que eu estava fazendo uma pesquisa sobre como os quilombolas se organizam. Todos se mostraram de acordo com a minha participação. Comentei que não pretendia intervir, porém, ao longo da atividade, muitas vezes as falas foram direcionadas a mim.

A reunião efetivamente começou quando Sérgio fez informes sobre as ações da semana, como o contato com o INCRA. Em seguida, lembrou a pauta da reunião, que era “fechar o mapa”, ou seja, discutir a nova versão do documento proposta pelo INCRA após a demarcação feita em outubro. Nele constavam os limites e a disposição das casas na área da comunidade, indicadas com números ou o nome dos moradores. Havendo acordo, o mapa seria levado para aprovação em uma assembleia geral quilombola a se realizar uma semana depois, no mesmo horário. Por fim, seria encaminhado de volta ao Instituto com a chancela da comunidade. Contudo, Sérgio ressaltou que o processo de titulação ainda demorará muito a se efetivar: “Faz sete meses que o [Quilombo] Areal fez a mesma coisa e nada aconteceu. Não é pra amanhã”.

Em seguida, Sérgio pediu que Janete me falasse sobre as dificuldades que eles vêm enfrentando para regulamentar sua ocupação, tanto na sua relação com os órgãos do governo quanto com os próprios moradores.

A gente tem enfrentado dificuldade financeira porque não temos dinheiro pra pagar um advogado... A gente tem dificuldade até pra passagem de ônibus, essas coisas todas, viagens, essas coisas que surgem. Tem dificuldade pra tudo. E a dificuldade em função também de vizinhança. Porque alguns vizinhos não querem e a gente lutando, lutando contra a maré, contra todo mundo. E as pessoas entrando até na Defensoria [Pública], até no Ministério Público contra nós... Então sempre foi *muita* dificuldade. Dificuldade até para marcar reuniões, dificuldade pra um monte de coisas (BENKE, 24 nov. 2012).

Janete (BENKE, 24 nov. 2012) seguiu citando as inúmeras tentativas de diálogo com instâncias governamentais desde o autorreconhecimento, como com o Gabinete do Prefeito, o DEMHAB, a Câmara de Vereadores e INCRA. Afirmou que em nenhum desses locais obtiveram avanços significativos. Com exceção do INCRA, que “sempre foi atencioso”, sempre tiveram problemas: simplesmente não foram recebidos ou foram expulsos. Embora a área do quilombo corresponda a uma área municipal, Sérgio comentou que o único contato conseguido com a Prefeitura foi quando a comunidade foi chamada para que, junto com o então prefeito Fogaça, assinasse um protocolo de intenções.

[...] devido à pressão que ele estava sofrendo, ele nos recebeu lá e assinou um protocolo de intenções pra criar um GT [grupo de trabalho]. Esse GT foi criado, o GT quilombola, mas nunca teve grandes avanços a nosso favor. [...] esse GT não faz relatório, não diz nem o por quê... Nem se sabe o que acontece. Agora dia 20 eles andaram se manifestando pra fazer o quê? [risada irônica] Figurinhas de quilombolas aí pelo Largo [Zumbi dos Palmares]. [...] Então a gente, nossa palavra de ordem foi que a gente não tinha nada a (FIDÉLIX, S.; 24 nov. 2012).

Em seguida, Sérgio explicou que o mapa será publicado no Diário da União. Após essa divulgação, haverá um prazo de 90 dias para contestações, que, para ele, provavelmente serão feitas pelos moradores não-quilombolas. Como muitas pessoas permanecem “em cima do muro”, também há a possibilidade de que, nesse momento, algumas passem a se declarar quilombolas como forma de obter privilégios. Como exemplo de situações como essas, citou a distribuição das cestas básicas enviadas pelo Governo Federal, que acabam sendo “só dor de cabeça”:

“Dizem que não querem ser quilombolas, mas quando vão entregar as cestas básicas começam a xaropear”.

“É consenso aí?”, questionou Sérgio sobre o mapa. “Se a gente mexer vai ser mais difícil. Tá aberto, mas...”. Todos aprovaram o mapa, incluindo a demarcação de cinco ilhas dentro da área ocupada pela comunidade, nas quais moram os não-quilombolas. Essas áreas foram criadas a partir da pesquisa de autodeclaração feita pela Prefeitura Municipal através da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC e servem para “evitar confusão, simplificar a decisão”. Isso porque, como disse Janete,

o que nós vamos fazer se as pessoas se declararam não-quilombolas? Não podemos obrigar, mas não podemos ser obrigados a ser DEMHAB. Se não estamos ainda com o negócio do INCRA, é culpa deles, que atrapalham (BENKE, 24 nov. 2012).

Além disso, de acordo com Sérgio, os quilombolas já fizeram muitas concessões, abrindo mão das áreas da Procempa, dos edifícios em frente à comunidade e do Hospital Porto Alegre. Presumindo que o INCRA não respeitará os prazos para dar sequência ao processo de titulação, a diretoria discutiu como agir. A decisão foi que, passados os 90 dias para contestação, recorrerão à Defensoria Pública.

Encaminhada a questão do mapa, o grupo começou o debate sobre a assembleia geral. Cogitou-se fazer a chamada de toda a comunidade, porém Janete não concordou:

Não temos que ter reunião nenhuma com eles. Com o hospital, o açougue ali... com pessoas que não tem nada a ver com nós. Foram feitos 8 anos de reunião. A Prefeitura mandou uma pessoa especializada, que passou de casa em casa para saber quem queria ou não ser quilombola e isso foi enviado para o INCRA. Em 8 anos a pessoa tem tempo de saber o que é ou não na vida. Não dá pra ficar mais 10, 20 anos esperando até as pessoas se decidirem. [...] As pessoas tão toda hora mudando de opinião (BENKE, 24 nov. 2012).

O grupo concordou com os argumentos e definiu que a reunião seria uma assembleia geral *quilombola*. Confirmada a data – o sábado seguinte, às 17h – a reunião foi encerrada. Por sugestão de Sérgio, Janete ficou responsável por registrar

os encaminhamentos da reunião no livro ata. Ela também é responsável por guardar a pasta na qual estão todos os documentos da associação, fruto do contato com os diversos órgãos públicos ao decorrer da luta.

**Figura 7: Reunião da diretoria da Associação Quilombola**



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 8: Mapa do Quilombo (pauta central da reunião)**



Fonte: Arquivo pessoal.



Em conversa posterior, Sérgio (Diário de Campo) me informou que a assembleia quilombola foi realizada na data planejada. Explicou-me que, nesses momentos, são os representantes de cada família que participam. Na assembleia do dia 1º de dezembro, estiveram presentes representantes de 26 famílias, o que seria um número bastante expressivo, considerando que a comunidade é composta por 32 famílias. Através de votação, o mapa proposto foi aprovado.

Os quilombolas tomam suas decisões através de pessoas eleitas para representá-los na Associação. Esse grupo, por sua vez, responde às demandas colocadas pelo pleito através da argumentação e, quando entende ser necessário, leva a decisão para a discussão dos demais moradores quilombolas. Além disso, antevê suas próximas ações com base na experiência acumulada na sua luta e na luta dos demais quilombos com os quais se relaciona por meio da Frente Quilombola.

Assim como a própria criação da Associação Quilombola e da AMOTEM, o contato com a Frente Quilombola se iniciou logo após o despejo das cinco famílias da comunidade, em 2006. De acordo com Onir Araújo, militante do MNU e atualmente advogado dos quilombos da Família Silva e da Família Fidélix:

A gente tava com uma aproximação no Quilombo dos Silva. Houve um primeiro despejo aqui na região e havia uma polêmica, tinha uma associação de moradores e tal, e, no movimento, o [Sérgio] Fidélix nos procurou, entrou em contato (ARAÚJO, 14 nov. 2012<sup>33</sup>).

Para o Quilombo da Família Fidélix, especificamente, a Frente Quilombola é outra grande estratégia de fortalecimento. Trata-se da possibilidade de acumular experiências através da aliança com outras comunidades quilombolas que também lutam pela regularização fundiária e outros direitos constitucionais. Além disso, a marcante atuação de Sérgio nesse coletivo, representando a comunidade, traz visibilidade à luta da comunidade no contexto de outras lutas sociais e frente aos órgãos públicos que a Frente Quilombola procura pressionar.

A importância da Frente, como eu te digo, é esse entendimento político que aliás eu tenho pouco, esse entendimento político. Mas é importante nós estarmos unidos, movimentos sociais e comunidades quilombolas, aonde a gente possa nos fortalecer para as ações, para o processo andar mais

---

<sup>33</sup> ARAÚJO, Onir. Onir Araújo: entrevista [nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

rápido... E pelo melhor entendimento entre até mesmo todas as comunidade, que é o que a gente pretende (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

#### 5.4.1 A Frente Quilombola

A Frente Quilombola se constitui como um movimento social negro e popular. Antes da sua formação no Rio Grande do Sul, os quilombolas e militantes que hoje dela participam costumavam se cruzar em reuniões e ações de diferentes organizações do Movimento Negro. Luiz Costa, jornalista e militante em diversos movimentos sociais, esteve entre os articuladores do grupo. Luiz, como é mais conhecido, relatou que a aproximação aconteceu devido ao acirramento dos ataques à população negra:

Aconteceu quando a gente atuava no Comitê Popular da Copa no Centro de Porto Alegre. A gente ajudava a fazer a luta contra a opressão, contra as violações dos direitos e em defesa dos negros, contra as violências que vinham sofrendo. Muitos negros foram agredidos no centro de Porto Alegre, alguns até esfaqueados aqui na Cidade Baixa. Então isso acabou fazendo com que a gente se aproximasse bastante, então foi a partir dessas coisas... (COSTA, 12 nov. 2012<sup>34</sup>).

Em janeiro de 2010, durante o Fórum Social Temático realizado em Porto Alegre/RS, o coletivo construiu um manifesto lançando o Movimento Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas. Em junho, divulgou o *Manifesto de Lançamento da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas*, produzido em conjunto com outros militantes do Movimento Negro, em Brasília/DF. Um ano e meio depois, em janeiro de 2012, novamente durante o Fórum Social Temático de Porto Alegre, o grupo fez o primeiro debate sobre princípios pelos quais se guiaria. Esses foram ratificados no último mês de junho durante a Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro. Na *Carta de Princípios* construída durante as assembleias, lê-se:

---

<sup>34</sup> COSTA, Luiz. Luiz Costa: entrevista [12 nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (48 min.).

A Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas consolida-se a partir da resistência das Comunidades Quilombolas e do Movimento Social Negro, colocando-se contra a retirada de direitos e contra os racismos institucional e ambiental implementados pelo Estado e Governo Brasileiro.

Essa situação se expressa através do descaso, corte orçamentário, retardo e demora nos processos de demarcação e titulação das comunidades [...]

Entendemos que tal situação se dá por uma opção política do Governo e Estado Brasileiros. Esses optam por favorecer o agronegócio, as mineradoras, as empreiteiras e os grandes capitais nacionais e internacionais em detrimento das comunidades quilombolas e de todos os demais povos tradicionais e originários, promovendo a continuidade do nosso massacre (FRENTE NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, 2012).

Na Cúpula dos Povos, a Frente Quilombola se consolidou como um movimento nacional, articulando comunidades quilombolas, organizações e indivíduos ligados à luta das comunidades quilombolas. Com isso, passou a contar com representações em dez estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Ceará e Maranhão. Durante o evento, os quilombolas e militantes parceiros puderam relatar seu cotidiano de luta, momento no qual eu pude perceber que os obstáculos à produção e reprodução da vida desses grupos são praticamente os mesmos em qualquer lugar do Brasil.

Além da *Carta de Princípios*, naquelas assembleias foi igualmente deliberado o modo de organização da Frente Quilombola, que se orienta “pelo princípio organizativo da autonomia política, financeira e ideológica, não sendo vinculada a partidos e governos” (FRENTE NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, 2012). A diretoria do movimento é compartilhada entre os estados, onde cada um possui: três representantes quilombolas e seus respectivos suplentes (todos indicados pelas associações dos quilombos) e um conselho consultivo, composto por militantes do Movimento Negro. Cada estado conta ainda com seis Comissões, com diferentes responsabilidades, entre elas a mobilização dos quilombos que ainda não participam da Frente Quilombola, o planejamento de estratégias para o levantamento de fundos para auxílio às comunidades em situação emergencial e a formação política dos quilombolas e dos militantes.

Outra definição importante foi a adoção de um só nome em todo o país por parte dos coletivos que participam da organização. A *Frente de Luta Quilombola*

*Negra e Popular de Porto Alegre*, por exemplo, uniu-se às outras representações do Rio Grande do Sul e passou a se denominar *Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas – Seção RS*.

Em Porto Alegre, o primeiro quilombo urbano a se associar à Frente Quilombola foi o da Família Silva, motivado, em grande parte, por Onir Araújo (hoje advogado da comunidade). Em seguida, foi o Quilombo da Família Fidélix, representado por Sérgio. Atualmente, os quilombos dos Alpes e do Areal também compõem o coletivo, porém os dois primeiros continuam sendo os mais presentes nas atividades. Além desses, fazem parte da Frente Quilombola, no Rio Grande do Sul, quilombos da Grande Porto Alegre (como o Quilombo do Macaco Branco, da cidade de Portão), do litoral norte (como o Quilombo do Morro Alto, de Maquiné) e da região da campanha (especialmente as comunidades das cidades de Bagé e Candiota).

Atuam, igualmente, militantes sociais filiados ou não a movimentos sociais. Entre as organizações representadas na Frente Quilombola estão: MNU – Fração de Lutas, Autônoma e Independente<sup>35</sup>; Sindicato dos Correios; Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – SIMPA; Movimento Revolucionário – MR; Associação dos Geógrafos Brasileiros – ABG; Movimento Quilombista<sup>36</sup>; OcupaPOA; Movimento Utopia e Luta; Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM; Sindicato dos Trabalhadores Federais da Saúde, Trabalho e Previdência – Sindisprev/RS; Rede Mocambos; Grupo de Trabalho Combate ao Racismo Ambiental; Observatório Quilombola e Coletivo Catarse.

A participação desses indivíduos e organizações não é contínua. Alguns comparecem nas atividades durante um tempo, afastam-se e então retornam; outros

---

<sup>35</sup> O MNU – Fração de Lutas, Autônoma e Independente é uma dissidência do Movimento Negro Unificado – MNU. De acordo com Onir (ARAÚJO, 14 nov. 2012), essa fração defende a “autonomia em relação ao Estado [...], apontando para uma discussão da construção de um projeto político para o povo negro, para o Brasil”.

<sup>36</sup> De acordo com a *Carta de Princípios do Movimento Quilombista Contemporâneo*, enviada a mim por Waldemar Moura Lima, o Professor Pernambuco, esse movimento busca “congregar todos que se insurjam contra o atual Pacto Social e se entendam como responsáveis pela construção de uma nova visão de Sociedade, sedimentada nos Princípios do Comunalismo, Sistema de Governo que sustentou as relações Sociais e econômicas na República Federativa, Socialista, Democráticas, Parlamentarista dos Quilombos Palmarinos” (MOVIMENTO QUILOMBISTA CONTEMPORÂNEO, 2012).

costumam estar presentes ou apoiar somente em algumas ocasiões, como ocupações, assembleias etc. Essa oscilação atingiu seu ponto máximo durante o período de campanha para as últimas eleições municipais, quando o número de presenças nas reuniões diminuiu vertiginosamente. Embora essa dispersão fosse prevista, não se conseguiu evitá-la: desde o início do ano, apontou-se diversas vezes a necessidade de debater qual seria o posicionamento dos militantes da Frente Quilombola durante o pleito, porém essa discussão acabou não acontecendo. Ao entrevistar Luix, compreendi que essa instabilidade, embora lamentada, é entendida como parte do processo de solidificação do grupo:

[...] até hoje, nesse processo, a Frente, ao meu ver, ela não tá bem resolvida. Ela não se resolveu ainda do que é de fato, o que compõe a sua democracia. Então ela tem dificuldade em tomar decisões em função disso. [...] Às vezes, em determinados momentos, vem bastante gente e em outros momentos não vem muita gente, não vem... Participam poucas pessoas. O compromisso fica sendo muito flutuante. Então nós não temos uma estabilização, uma visão do que se pretende construir, qual é o projeto que tá sendo construído pro futuro, as palavras de ordem, enfim... (COSTA, 12 nov. 2012).

Como costuma dizer Onir, não é exigido que nenhuma pessoa “apresente sua carteirinha ideológica” para atuar junto ao grupo: como o nome já indica, trata-se de uma Frente, entendida aqui como um coletivo de pessoas de diferentes etnias, caminhadas políticas e filiações partidárias, lutando pelas comunidades quilombola e negras em geral (Diário de Campo). O grupo faz, no entanto, uma diferenciação entre unidade de ação e unidade de projeto. A primeira diz respeito à convocação ampla de indivíduos e organizações do movimento social para, junto ao grupo, responder a situações emergenciais. Esse foi o caso, por exemplo, da vigília em solidariedade ao Quilombo do Rio dos Macacos<sup>37</sup>, quando a Frente Quilombola mobilizou pessoas de diferentes organizações para protestar e acampar no Largo Zumbi dos Palmares, em março de 2012. Já a unidade de projeto diz respeito à construção coletiva de um projeto político alternativo ao sistema capitalista, tendo como ponto de partida a população negra. Esse foi um dos objetivos do *II Encontro*

<sup>37</sup> O Quilombo Rio dos Macacos se localiza na cidade de Simões Filho, na região metropolitana de Salvador/BA. A comunidade trava uma disputa territorial com a Marinha do Brasil. Em março de 2012, frente à previsão de despejo dos quilombolas, os coletivos articulados na Frente Quilombola realizaram ações concomitantes em diferentes estados do país, visando denunciar a situação e prestar solidariedade àquele quilombo.

*Nacional À Procura da Batida Perfeita*, realizado em dezembro de 2012, em Porto Alegre/RS (no Quilombo da Família Silva) e Campinas/SP.

Ao longo da pesquisa, identifiquei a existência, no período atual, de um núcleo duro na Frente Quilombola do Rio Grande do Sul. Esse é composto por quilombolas e militantes que costumam estar envolvidos na maioria das atividades, propondo ações e assumindo as tarefas tiradas pelo grupo. Entre essas pessoas, estão Sérgio Fidélix, Luix e Onir. Sua representatividade para o coletivo fica explícita nas reuniões semanais (também chamadas de reuniões ordinárias), que acontecem nas terças-feiras à noite. As convocações costumam ser feitas através de *e-mails* enviado por Onir. Neles, são repassadas informações sobre a conjuntura da luta e as pautas mais urgentes. O envio desses *e-mails*, no entanto, não é uma obrigatoriedade. Primeiramente, porque a terça-feira já foi incorporada pelo grupo como o dia da reunião, assim as pessoas sabem que ela ocorrerá mesmo que não seja encaminhada a convocação. Depois, porque se sabe que essa não pode ser a principal ferramenta de comunicação do grupo, visto que nem todos possuem o hábito ou, como no caso da Família Silva, a possibilidade de acessar a internet.

A maioria das reuniões ocorre no Bar da Carla, a duas quadras do Quilombo da Família Fidélix. O clima descontraído e de intimidade é mesclado à formalidade dos informes sobre as últimas ações do Movimento Quilombola no país e na cidade. O mesmo ocorre na análise do contexto social, político e econômico e sua influência na luta negra. Esgotado esse primeiro debate, o grupo costuma discutir sobre os principais desafios a serem enfrentados no momento e sobre as formas mais apropriadas de vencê-los.

Durante a investigação, observei e participei de várias ações. Entre as realizadas em 2012, destaco: ocupação do salão de entrada do INCRA, com a reivindicação de reunião com seu Intendente regional; vigília em solidariedade ao Quilombo do Rio dos Macacos, citada anteriormente; participações nas reuniões das Associações Quilombola de Morro Alto, dos Alpes e da Família Silva; participação no Seminário do Programa Brasil Quilombola, com a fala de Sérgio e a distribuição de panfletos denunciando o descaso do Estado brasileiro (promotor do evento) e indicando as principais reivindicações dos quilombos urbanos de Porto Alegre; ação conjunta com o Movimento Indígena em Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado, com a distribuição de cópias de um manifesto e a sua

protocolização no Palácio Piratini e no Tribunal Regional Federal da 4ª Região; visita ao acampamento do movimento OcupaPOA na Praça da Matriz; e o passeio ciclístico pelos quilombos do Areal, da Família Fidélis e da Família Silva, em articulação com participantes do coletivo Massa Crítica.

**Figura 9: Faixa no portão do INCRA fixada durante ocupação pela Frente Quilombola**



Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 10: Fala de Sérgio Fidélis, durante ocupação do INCRA**



Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 11: Militantes do Movimento Indígena e quilombolas de Morro Alto, em frente ao TRF 4ª Região (Porto Alegre)**



Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 12: Vigília em solidariedade ao Quilombo Rio dos Macacos, no Largo Zumbi dos Palmares**



Fonte: Arquivo pessoal



A decisão sobre que tipo de ação será realizada, de que forma, em que data e com quais parceiros é tomada através da (inflamada) argumentação. Caso ainda assim não se chegue a uma conclusão final, decide-se a partir da vontade da maioria. A partir disso, as tarefas são assumidas voluntariamente pelos militantes. Quando isso não ocorre, sugere-se que determinada pessoa a assuma por ter maior habilidade para a realização ou maior disponibilidade de tempo. Conforme a tarefa, como a ida a algum órgão público cobrar retorno sobre documentos protocolizados, por exemplo, é dada prioridade às lideranças dos quilombos pela representatividade que possuem. Nesses casos, geralmente é Sérgio quem assume vai. Como ele mesmo afirma, Sérgio é “mais da correria que de conversa” (Diário de Campo).

Observei que às vezes as discussões parecem andar em círculos: as propostas de ação são discutidas, planejadas, proteladas, retomadas, replanejadas e novamente proteladas. Soterradas por necessidades emergenciais, essas ações acabam não se concretizando. Identifiquei a causa disso em uma fala de Onir, quando ele refletia a respeito dos principais desafios da Frente Quilombola atualmente: “a principal limitação é organizativa. Só movimentismo não chega”. Ou seja, o grupo ainda busca formas de responder ao cotidiano das comunidades quilombolas (como evitar a cobrança indevida de IPTU do Quilombo da Família Silva, por exemplo) e, ao mesmo tempo, organizar-se para uma luta mais radical. Essa luta, segundo Luix, é por uma outra nação:

Nós temos uma nação pra construir. Então tem que olhar melhor, o projeto da Frente não tá bem resolvido nesse sentido. [...] a gente não tem uma nação para os oprimidos, pros pobres, os trabalhadores, as mulheres, os negros, os índios... A gente não tem uma nação pra esses. A nação que existe hoje na verdade são de pessoas que trabalham e produzem riqueza pra uma minoria muito pequena. [...] E dentro disso também, obviamente que no processo os negros têm que saber o seu papel. Qual é o papel do negro na construção dessa nação? Não é esse papel que tá aqui, essa nação não nos serve... De submissão, de opressão, ainda com vários lastros e lustrosos traços de arrogância e escravismo, de discriminação racial, de preconceito. Então a gente tem que superar essas coisas. Se eles não lutarem nesse processo, definindo o seu papel, fica difícil, né? Porque os negros no Brasil, ao meu ver, a maioria da sociedade brasileira é negra. Então obviamente que essa parte da sociedade tem que ter bem organizada a sua... O seu direito, o seu papel, enfim, a sua representação, a sua forma de atuar (COSTA, 12 nov. 2012).

Como ficou evidente durante a minha experiência junto ao coletivo, através da observação e das falas dos participantes, a Frente Quilombola é um movimento social em processo de construção. Porém, nesses dois anos de existência,

acumulou conhecimento, agregou pessoas e realizou ações que a tornam um sujeito político relevante na luta negra e quilombola de Porto Alegre.

### 5.5 “FICOU UM POUCO PRA LÁ, OUTRO PRA CÁ”: AS DISPUTAS NA COMUNIDADE

Como descrito acima, a luta por regularização da área que a comunidade ocupa há mais de 30 anos se intensificou em 2006, após o despejo de cinco das famílias que a compõem. Aquele episódio levou seus moradores a unir e sistematizar seus esforços, revendo estratégias (como a participação no OP) e criando estratégias novas (como a criação da AMOTEM, o autorreconhecimento como remanescente de quilombo e a articulação com a Frente Quilombola).

Através das entrevistas com os três fundadores da comunidade e de conversas informais, foi possível compreender que nas primeiras décadas de existência a comunidade não enfrentou nenhum problema de relacionamento, com exceção de pequenas discussões comuns a qualquer vizinhança. Os desentendimentos teriam iniciado quando da certificação pela Fundação Cultural Palmares e do ingresso no Programa Brasil Quilombola. A alteração na forma de interlocução com o poder público, em especial a emergência da identidade quilombola, trouxe à tona divergências e disputas que pareciam estar latentes entre os moradores, provocando a cisão da comunidade, como fica explícito na fala de Hamilton, Sérgio e Milton:

Aqui não são unido, o contrário. Depois que passou a quilombola, os pessoal que queriam ser pela Prefeitura... Aí se dividiram. Ficou um pouco pra lá, outro pra cá... Por isso que demorou mais isso aí. [...] Tem uns que não querem, ali do Milton, a [ex-]mulher do Milton e... E outras mais ali. Mas a maioria é quilombola. A maioria sempre vence, né? [...] É por causa também das terra aí também. Tem uns que não queriam e agora já vi passarem pro lado de cá. Muitos (LEMOS, 14 nov. 2012):

Logo no início, era tudo normal, entendeu? Depois que veio o Programa [Brasil Quilombola] pra cá, as pessoas não entenderam muito bem. Mas todos nós antes, nós buscávamos um meio de fortalecer e ficarmos fixo

nesse lugar. Porque, como eu te digo, é perto de tudo (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Houve desavença de vizinho, alguma coisinha, mas coisa leve! Isso assim que nunca agravou coisa assim. Então, por sinal a gente se organizava, fazia festinha de fim de ano, fazia um churrasco na rua ali. Era as coisa tudo... Mas foi se criando isso... (SANTANA, M.; 28 nov. 2012).

Segundo Lima (2012) e Milton (SANTANA, M.; 28 nov. 2012), parte da comunidade ficou insatisfeita com a adoção do nome *Quilombo da Família Fidélis*, o que levou muitos moradores a se declararem oficialmente como não-quilombolas. Na opinião de parte do grupo, a identificação pelo nome de uma única família pode deixar as demais sujeitas às vontades dos Fidélis, que poderiam se sentir donos do local, apropriando-se de acordo com os seus interesses ou até mesmo interferindo no direito de permanência dessas famílias no local. Para Milton (SANTANA, M.; 28 nov. 2012), “o quilombo ele fez pra ele! Usa o nome dele ali”.

Então aquele pessoal ali ficou do lado dele, entende? [...] Tem outros que não aceitam esse tipo de coisa. Não aceitam não é que não quer ser, não aceitam de usar o nome do... Porque tem medo [...]. Ali o pessoal *não é* contra... [...] É o *medo* que eles tem [...] E ‘Não... Que ali agora quem mandava era o quilombo e coisa’. E não é esse lado! Tu vai ter direito a tu ter a tua casa...

Sérgio lembrou que a ideia original era dar à comunidade o nome de *Colônia Santanense*, porém esse nome não parecia corresponder às características da comunidade. Somente anos depois, com a entrada no pleito quilombola e o conhecimento que adquiriu sobre a história de Porto Alegre, ele descobriu que o nome poderia sim ser usado.

A gente se dava assim, a gente se questionava que... dizia assim... o porquê, dizia Colônia Santanense, né. E... porque, ao meu ver, do que eu estudei até anos... até sexta série eu acho que falou, quando falaram em África e colônia sempre era de italiano, alemão. Mas Colônia Santanense se a maioria era negro? [...] O Milton era um que defendia esse nome e eu contestava. Digo: ‘Eu acho que não, cara... Que colônia não, não tem nada a ver nós...’ [...] Teve Colônia Africana aqui, mas é só estudando. Mas poucos livro constam isso... (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

De acordo com Milton, o nome do quilombo teria sido imposto e já teria justificado atitudes autoritárias por parte de membros da família Fidélix. Ele relatou um episódio no qual pessoas ligadas a Sérgio teriam tentado desfazer a casa de um morador com o objetivo de construir um espaço de lazer para a comunidade. A situação teria gerado desavenças e um processo judicial. Buscando resolver a questão, a comunidade realizou uma reunião onde foi decidido que se trocaria o nome do quilombo, o que acabou não acontecendo.

Durante a entrevista com Milton, Ângela, sua companheira, fez questão de intervir. Embora não tenha morado na comunidade, afirmou que foi sua delegada no OP durante alguns anos, estando a par do que vem ocorrendo entre seus moradores. Para Ângela, a divisão da comunidade ocorreu porque “eles [os Fidélix] querem se individualizar”.

É que na verdade, aquelas pessoas que tão ali estão receosas deste quilombo ali justamente por ele se achar o poderoso. Por ele estar requerendo, *ele* o poder do quilombo, no caso do nome Família Fidélix. E o que eles tão receosos? De que, a hora que realmente isso for fundamentado – Quilombo Fidélix –, eles venham ser expulsos dali porque não pertencem ao quilombo, tu entendeu? Porque é isso que ele tá passando pra comunidade. [...] Então ele acha que a hora que realmente fundamentar *quilombo*, *eu* sou o chefe aqui, aqui eu é que mando (SANTANA, A.; 28 nov. 2012).

Repetidamente, Milton afirmou não ser contra a ideia de a comunidade se reconhecer como um quilombo: “até fui, eu e o Sérgio, lá naquela Família Silva lá. Bah, que lugar... É legal, né?”. Tanto ele quanto os moradores que se declaram não-quilombolas discordam é do modo como o pleito quilombola tem sido conduzido, afinal “*Eu* vou ser contra que eu... Eu tenho os meus antepassado, pessoas que foram... Meus avô foram escravo e coisa. Eu ia ser contra? Não sou. [...] Pô, eu sou negro! Eu não vou ser..., querer ser contra os negros? Que isso! (SANTANA, M.; 28 nov. 2012).

Por outro lado, Sérgio declarou inúmeras vezes não ter interesse de que alguém saia da comunidade, seja essa pessoa quilombola ou não-quilombola. Tendo sido a pessoa responsável por registrar a comunidade na Fundação Cultural Palmares, usou como exemplo o caso da Família Silva entendendo que o grupo só teria os mesmos avanços se assentado sob raízes profundas em um núcleo familiar

(LIMA, 2012; Diário de Campo). A opção pelo nome de sua família se deveu ao maior conhecimento que ele tinha sobre a história da comunidade e sua maior disponibilidade para “ir atrás” dos procedimentos necessários. Sendo assim, o nome escolhido seria apenas parte do processo através do qual a comunidade legalizará a área que ocupa.

Como ficou evidente em suas falas, os demais membros da diretoria da Associação Quilombola compartilham do entendimento de Sérgio e do conhecimento acerca dos procedimentos oficiais para a titulação dos territórios quilombolas: sabem que a titulação é coletiva, nunca individual, bem como que a transferência da área ocupada só poderá ser realizada hereditariamente, não sendo permitida a venda ou aluguel.

Janete Benke (24 nov. 2012<sup>38</sup>), vice-presidente da Associação, sustentou que o motivo da segmentação da comunidade não tem relação com o nome escolhido, mas sim com a vergonha e o preconceito das pessoas, que não querem dizer que moram em um quilombo:

Elas não aceitam porque acham que desqualifica a pessoa. 'Ah, é um quilombola, é um pobre coitado, é um pobre bicho', entendeu? [...] A realidade é uma só: é o preconceito, que é uma doença, porque o preconceito é uma doença. [...] E aí o que acontece: as pessoas tem vergonha na verdade de querer dizer 'Ah, eu sou um quilombola, moro num quilombo'. As pessoas tem vergonha... Então nesse sentido a gente enfrentou muita dificuldade também em convencer as pessoas, em mostrar que pra nós até seria melhor, no sentido de organizar todo mundo, todo mundo ser unido, todo mundo ficar junto e lutar junto, que todo mundo a força fica melhor (BENKE, 24 nov. 2012).

Sérgio corroborou a opinião de Janete. Em outra situação, relatou que quando Milton e ele retornaram do lançamento do Programa Brasil Quilombola, no Ginásio Tesourinha, perceberam o preconceito de algumas pessoas já no portão de acesso à comunidade, quando explicaram a proposta do programa e aventaram a possibilidade de se autorreconhecerem como quilombolas (Diário de Campo).

---

<sup>38</sup> BENKE, Janete. Reunião da Diretoria. Associação Comunitária e Cultural Remanescentes de Quilombo Família Fidélis. Porto Alegre, Quilombo da Família Fidélis, 24 nov. 2012. Informação verbal.

Junto a isso, segundo Sérgio, a divisão da comunidade se deu pela falta de compreensão do que seja uma comunidade quilombola e sobre o funcionamento do PQB.

Poucas pessoas tem a consciência dentro da comunidade, logo que iniciamos poucas pessoas tinham a consciência do que é que seria um quilombo. E o quilombo hoje, urbano, não deixa de ser uma vila. Uma vila com uma especialidade, ou seja, um objetivo, uma raiz, que é essa raiz do negro. [...] No início, colocado esse Programa e iniciado o processo, eles não entendiam muito bem. Mas hoje algum desses que não quer, ou seja, a metade deles que não queriam, aderiram o Programa. E esses que não querem até hoje é porque... Não é por desconhecimento, mas sim por orgulho próprio: 'Se eu disse que eu não queria, eu não quero agora'... Porque eles são umas pessoa bastante inteligente (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

A afirmação de Sérgio sobre o entendimento do que seja uma comunidade remanescente de quilombo fez mais sentido quando Ângela e Milton se referiram à Ilhota como um quilombo e quando Ângela questionou o autorreconhecimento dos quilombolas da Família Fidélis.

Vamos que a dona Joana aqui foi escrava dali e tudo. 'Ah, a dona Joana andou, virou e mexeu. Ah! Mas eu fui, sou neto, tataraneto, sei lá o que que eu era da dona Joana, mas eu *fazia* parte daquilo ali, minhas *raízes* ali estiveram', entendeu? 'Ah, eu vou correr atrás, eu *quero* reativar porque eu quero reativar as minhas raízes'. Eu acho que *isso* seria o correto nessa situação dos quilombolas, fazer renascer isso. [...] Não que ele não seja uma raiz em algum outro quilombo, que nós negros em algum quilombo alguém passou nosso, né? [risos] Mas eu acho que tinha que direcionar, sabe? 'Ah, eu vou estudar a minha bisavó, tataravó sei lá eu quem, teve aqui... Ah, então eu vou correr atrás porque...' Tipo uma herança. *É* uma herança, entendeu? Vou correr atrás da minha herança. [...] Porque veja bem! Vem um lá, não sei quanto tempo ali, por isso e por isso, por aquilo... [...] Uma coisa que nem nunca pertenceu ali! (SANTANA, A.; 28 nov. 2012).

Para Sérgio, o autorreconhecimento como quilombo tem o objetivo ser um "território de resgate" da cultura negra em geral, que tem sido sufocada pela sociedade. Essa seria uma das preocupações da Associação Quilombola, manifesta, por exemplo, no projeto de construir um terreiro no quilombo. Isso permitiria a liberdade da prática de religiões de matriz africana dentro da comunidade. Para Sérgio, a titulação favorecerá também nesse sentido, visto que hoje as pessoas adeptas a essas religiões são impedidas pelo medo de que a Prefeitura feche o lugar, como tem feito com outros espaços negros e populares da cidade.

Aquele menino [Damasceno, um dos moradores do quilombo] é pronto<sup>39</sup> e tem vontade de ter uma casa de terreiro [...], mas como ele vai colocar uma casa de terreiro se a mesma Prefeitura vem e lacra a casa dele [...]. Então precisamos muito da titulação pra podermos exercer com tranquilidade. Se tu vê, se no dia de hoje uma escola de samba que tá desde os anos 60 aqui na [Avenida] Ipiranga, que é os Acadêmicos [da Orgia], e a Prefeitura hoje, pelo som [...]. As pessoas que chegaram ali chegaram bem depois de 1960<sup>40</sup>! [...] Então só através desse processo quilombola da *titularização* que a gente pode resgatar essa parte aí... Até mesmo se afirmar essas casas de religião e a nossa cultura em geral. Uma roda de capoeira emite som... Claro que a gente não vai querer colocar aqui ao lado do hospital, uma caixa de som. Nós temos consciência. [...] Mas também nós não podemos querer que nada aconteça aqui dentro da nossa comunidade. Então vai acontecer. Mas... tudo de digo, pós-titulação (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Há ainda o projeto de fazer do local um ponto de turismo, o que já estaria registrado no livro-ata da Associação Quilombola. Além de servir como um espaço para reuniões da Associação Quilombola e da Frente Quilombola, o galpão existente no pátio principal da comunidade serviria como local de exposição de materiais contando a história dos negros no Rio Grande do Sul, incluindo a trajetória dos moradores daquele quilombo e da Ilhota. Esse mesmo projeto prevê a criação de emprego para os moradores, com a colocação de um ponto de táxi em frente ao quilombo e da abertura de um bar especializado em comidas de origem africana.

Então a gente tá buscando junto com a FASC também promover alguns folder aonde a gente possa colocar nossa história estampada. Eles já tem esses folder! Mas a gente não tem aqui na nossa comunidade, onde podemos, no galpão ter essas... [...] porque é a história do negro em geral, que não é contada, que a gente vê... Então a gente tem que colocar isso, dar visibilidade não só a nossa comunidade, mas a comunidade em geral. Que a gente pensa que o negro até hoje é mal contado. Então dá veracidade aos fatos que aconteceu com o negro até nos dias de hoje.

Conforme Sérgio (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012), a Associação Quilombola aguarda somente a titulação da área pelo INCRA para colocar esses planos em prática. Hamilton (LE MOS, 14 nov. 2012) acrescentou que a titulação possibilitará, ainda, que os moradores da comunidade construam suas casas sem a preocupação

---

<sup>39</sup> Iniciado em uma religião de matriz africana, tendo sido preparado e habilitado para abrir seu próprio terreiro (casa) de Umbanda, Candomblé ou Nação.

<sup>40</sup> A Escola de Samba Acadêmicos da Orgia foi fundada em 02 de fevereiro de 1960. Sua quadra se localiza na Avenida Ipiranga, nº 2741, no bairro Santana. Em outubro de 2012, a escola recebeu a ordem de desocupação da área pela Prefeitura de Porto Alegre. A comunidade carnavalesca vem se mobilizando contra essa decisão, porém, até o momento da finalização do presente trabalho, o impasse permanece.

de serem despejados. Sendo assim, para ele, a luta das comunidades quilombolas deve ser “pelas terras”, pois “depois aí sim, aí tudo se resolve. [...] As coisa depois vem devagarzinho”.

Sérgio entende que a titulação e transformação do quilombo em um ponto de visitação também fará com que os moradores voltem a atuar politicamente, visto que nesse momento as pessoas estão “desacreditadas”.

A atuação política aqui é bastante devagar. A não ser por a minoria aí, que são mais militantes. Se não for militante, os demais moradores são devagar, não se envolvem muito com a história da... Até da comunidade em si, não a comunidade quilombola, mas a comunidade antes formada. Eles só vieram pra morar e desfrutar do bom lugar que é. O resto tudo tão no embalo, que são pessoas que não tão comprometida com a verdadeira história do lugar. [...] Isso vai se dá gradativamente através depois da titulação. Assim eu espero, né... (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Aqueles momentos anteriores ao autorreconhecimento, em que a comunidade “vinha em peso”, como disse Sérgio (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012), fazem parte de “outra fase”. A atualmente escassa participação dos moradores na luta política também foi comentada por Hamilton:

Ah, tem umas que se envolve, mas a maioria não se envolve. Ficam só esperando pela... Quem mais luta é o Sérgio, né? Fidélis... Ele que tá batalhando bastante. [...] Diz: 'Ah, eu vou na reunião lá e não dá nada! Isso aí só... só ouvir baboseira', que não sei o quê. A gente 'Tudo bem então. A vontade é de vocês. Vocês querem ir, vão'. É meio difícil tu conseguir que vá, por exemplo, umas 10, 15 pessoas. Não vão. O máximo que vai é uns 5, 6... E olha lá! (LEMOS, 14 nov. 2012).

Essa não é uma particularidade da Associação Quilombola. A AMOTEM igualmente enfrenta dificuldades para mobilizar os moradores. Lima (2012) descreve uma reunião que acompanhou em maio de 2008, promovida pelo Instituto de Assessoria aos Remanescentes de Quilombos – IACOREQ<sup>41</sup> e realizada em uma sala de aula da Escola Emílio Massot, vizinha à comunidade. Naquela ocasião, a

<sup>41</sup> “O Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ) nasceu da vontade política de militantes do movimento negro em contribuir com as comunidades rurais negras, favorecendo o processo de inclusão cidadã dessas comunidades. De acordo com Ubirajara Toledo, coordenador jurídico-adjunto da organização, os principais objetivos do IACOREQ são assessorar a organização política dos quilombolas e incentivar a articulação entre as comunidades do estado. Sua atuação inclui a realização de pesquisas e intervenções militantes” (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2012).



então presidente da AMOTEM sustentou que a associação estava acabando devido à falta de participação dos moradores. Segundo ela, sozinha, não conseguiria nada.

Milton (SANTANA, M.; 28 nov. 2012) afirmou que, atualmente, a AMOTEM está se organizando para formar uma nova diretoria e, assim, “não deixar morrer total”. Também por isso, a associação estava preocupada em trabalhar com os jovens da comunidade, no sentido de mobilizar sua participação. Ângela (SANTANA, A.; 28 nov. 2012) entende que o pouco engajamento da comunidade é reflexo das discordâncias surgidas desde a emergência da identidade quilombola:

É que na verdade esse quilombo tirou muito a resistência das pessoas ali por lutarem... Foram achando que já estavam perdidos, entendeu? 'Ah, já perdemos tudo, agora, depois daqui a pouco vem quilombo e nós... todo mundo fora'. Então eles foram desanimando bastante. [...] Tanto que a associação [AMOTEM] se diluiu muito porque... Em função de ele andar amedrontando que se ficassem na associação perderiam as casas, teriam que passar pro... Aí o povo com medo, 'Como é que vou ficar na associação se ele lá vai me tirar?! Aí eu vou passar lá pra ele lá, vou lá, vou ser também do quilombo!'

Já para Sérgio, o esvaziamento da AMOTEM está relacionado ao crescimento da Associação Quilombola, fazendo com que AMOTEM hoje tenha caído “em descrédito”, pois “não tá buscando mais nada pra comunidade”.

Ela foi se dissolvendo automaticamente assim que foi avançando o quilombo. O quilombo tomou o espaço de todas as ações sociais aqui pra dentro e batalhou, porque tudo foi construído, porque toda a Amotem era pra salvar esse território. A ideia é essa: salvar o território. E quando veio esse Programa Brasil Quilombola, aonde veio muitos de nós se identificamos descendente de escravo – e temos razões para ser quilombola –, nós aderimos aí. Essa via que nós *temos* que estar presente. E estamos presente, estamos fazendo. Brigando com todos... com tudo e todos, mas tamos indo. Sem tranqueira, sem barreira. Tamos passando essas barreira! E vamos sim em busca da titulação (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

A atuação no OP também diminui muito. Milton (SANTANA, M.; 28 nov. 2012) afirmou que, na última assembleia do OP apenas 14 pessoas compareceram. Isso fez com que a comunidade conseguisse tirar somente um representante – e esse único não estava frequentando as reuniões.

Eu digo: 'Que? Nós vamos perder! Nós não podemos deixar de comparecer lá no Orçamento' [...] Aí nós pegamos e falamos e agora eles arrumaram mais um que tá indo, né? Delegado lá. Porque nós não... Eu, tando aqui

presidente, eu poderia também assumir lá e... Mas eu gostaria que eles fossem lá, no Orçamento. [...] Não pode abandonar total...

Sobre o Orçamento Participativo, Janete (vice-presidente da Associação Quilombola) disse que os quilombolas não participam mais: “Até porque isso aí é uma piada, esse Orçamento Participativo. Isso é uma palhaçada. Não tem nem condições de ir. [...] O Seu Milton inclusive era... Há 20 e tantos anos, não sei quantos anos que ele lida com isso...” (BENKE, 24 nov. 2012).

A partir dos depoimentos dos entrevistados, ficou patente a atual divisão da comunidade: enquanto os moradores que se autorreconheceram quilombolas lutam pela regularização fundiária por meio dos dispositivos do governo federal, os moradores autodeclarados não-quilombolas seguem lutando através da Prefeitura Municipal. Subjacente à discordância acerca da via mais apropriada para oficializar a presença da comunidade no local, está uma disputa política e simbólica ancorada nas pessoas de Milton e de Sérgio, principais lideranças da comunidade no momento. Isso foi apontado por Lima (2012) em seu estudo e, a partir do que foi exposto acima e do meu contato informal com alguns outros moradores da comunidade, pude presenciar esse fato.

Milton (SANTANA, M.; 28 nov. 2012) fez questão de frisar que ele chegou em Porto Alegre ainda na década de 1960, bem antes de Sérgio e de Hamilton. Diversas vezes, afirmou também que foi ele quem convidou os dois para se mudarem para a área e cedeu espaço para que as demais pessoas ocupassem o terreno.

Se foi *eu* que trouxe eles prali. [...] todos que foram morar ali, fui eu que dei pro pessoal morar ali. Porque eu digo: 'Se o terreno não é meu, então... Eu não quero saber de coisa'. [...] Eu, como santanense, eu fiz questão de trazer, juntar aquele meu pessoal de Livramento prali. E então ele... Se eu quisesse usaria o meu nome!

Sustentou que, se “fosse um cara interesseiro”, ele teria reservado espaço no terreno para seus filhos, que na época da ocupação eram pequenos. Hoje adultos e moradores do local, seus filhos reclamam ter pouco espaço, visto que a área está pequena para a comunidade: “ ‘Bah, pai! Tu deu tudo!’ 'Sim, mas o problema é que foi pra querer ajudar também’ ” (SANTANA, M.; 28 nov. 2012).

De acordo com Lima (2012), a representatividade e o empenho de Milton realmente eram grandes quando ele morava na comunidade. Como também foi exposto ao longo desse capítulo – nos relatos sobre o contato com políticos de Santana do Livramento para uma possível compra do terreno e sobre a mobilização contra a destruição do campo de futebol –, Milton costumava fazer uso de suas relações para buscar melhorias para a comunidade. Outro exemplo foi a construção de um longo canteiro de ervas medicinais que construiu em frente às casas e que servia para uso da comunidade. Para tanto, Milton buscou o apoio do Centro de Saúde Modelo, que passava por obras na época e lhe forneceu o material que não utilizaria mais, como madeiramento e telhas.

Porque, não que eu me considero, mas... Sempre eu que tava em frente das coisas aí. Então é... Eu não vou querer, pessoas que tão morando ali de ter, amanhã ou depois, chegar e ter a liberdade de chegar e botar ordem na casa do cara... Isso não, não tem essa... Eu tava vendo que ia acontecer isso (SANTANA, M.; 28 nov. 2012).

Atualmente Milton é presidente da *Associação de Moradores e Amigos da Laurindo*, rua na qual mora. Segundo ele, “Eu sempre gostei de estar envolvido nesse tipo de coisa”, por isso relatou já ter criado inúmeros projetos com aquela comunidade. Contudo, afirmou não ter perdido o contato com os moradores da rua Otto Ernest Meyer e continuar os apoiando.

Desde o autorreconhecimento de parte da comunidade como remanescente de quilombo, a representação política de Milton na comunidade de fato diminuiu. Por outro lado, Sérgio hoje se destaca como o principal mobilizador no pleito quilombola: ele é o presidente da Associação Quilombola e também representante da comunidade no Movimento Quilombola e na relação com outros grupos sociais e órgãos do governo.

Mas pretendo, assim que titulado, eu acho que vou fazer uma nova avaliação aí pra eles tocarem aí, alguém tocar pra mim, porque... Não é que eu cansei, mas eu acho que eu devo dar o conhecimento que eu tenho de quilombo, essa batalha que eu tive aqui na comunidade, aos demais quilombo aí desse Brasil todo (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Mais do que mostrar como diferentes indivíduos constroem diferentes interpretações sobre os mesmos fatos, as divergências entre os fundadores – em

especial, Sérgio e Milton –, revelam o desejo de demonstrar sua importância para os demais moradores. Ser o primeiro a chegar na cidade, o primeiro a ocupar a área ou aquele que conseguiu trazer mais melhorias para a comunidade seria, portanto, uma forma de ratificar sua liderança. Penso que o fato de eles “corporificarem” as diferentes vias possíveis para que a comunidade alcance a regularização fundiária (Milton, a Prefeitura; Sérgio, o governo federal) é um indicativo disso.

## 5.6 A SITUAÇÃO DE CLASSE E DE RAÇA NA LUTA DOS MORADORES DO QUILOMBO DA FAMÍLIA FIDÉLIX

O referencial teórico empregado possibilitou compreender de que modo a classe e a raça se interpenetram no sistema capitalista. O preconceito racial torna a exploração do homem pelo homem mais eficiente: ao manter o negro em uma condição de subalternidade, possibilita a criação e a manutenção de uma imensa massa de trabalhadores mais propensa à superexploração e à execução das tarefas com menor remuneração e prestígio. O proletário negro serve, então, ao barateamento do trabalho e, por isso, ao aumento dos lucros dos capitalistas (FERNANDES, 1989).

Para o negro, por outro lado, esse processo que une raça e classe como um único elemento de discriminação, resulta na exclusão social e no fortalecimento da discriminação racial (FERNANDES, 1989). Isso fica evidente ao analisar, a partir dessa perspectiva, a presença negra em Porto Alegre. O negro está presente na cidade antes mesmo de sua fundação oficial, tendo primeiramente sido trazido como trabalhador escravizado e, mais tarde, vindo do interior como mão-de-obra barata em busca de trabalho. Ao longo da sua trajetória, o negro conseguiu obter avanços, contudo não conseguiu ainda se igualar economicamente ao branco, como demonstram os dados da FEE apresentados (FEE *et. al.*, 2012). A atual população negra da região metropolitana continua sendo a maior afetada pelo desemprego e pelo trabalho informal, mantendo também o menor nível de rendimentos.

A discriminação de raça e classe também pode ser percebida na história da Ilhota, comunidade formada a partir da primeira ocupação do local onde hoje se localiza o Quilombo da Família Fidélix. Como indicam Pesavento (1999), Anjos (2009) e Sommer (2011), a Ilhota foi formada pelas pessoas que trabalhavam no centro da cidade, servindo às residências e aos negócios das classes altas. No entanto, esses trabalhadores não possuíam rendimentos suficientes para morar na Cidade Alta (área nobre e central) e, por serem negros em sua maioria, tinha sua presença malvista naquela região. A Cidade Baixa – em especial a Ilhota e o Areal da Baronesa, que na época correspondia à periferia da cidade – foi a alternativa para que se instalassem.

As péssimas condições de habitação (cortiços ou casebres improvisados; ausência de rede de água, esgoto e iluminação; alagamentos constantes pelas águas do Riacho etc.) demonstram a espoliação urbana a que a população da Ilhota era submetida. Ao mesmo tempo em que serviam à acumulação de capital por parte das classes dominantes no centro da cidade, os moradores da Ilhota tinham suas necessidades básicas de reprodução desconsideradas. Reforçando a espoliação, os moradores da região eram vítimas do preconceito racial contra os negros, que estigmatizava o local como próprio de pessoas desordeiras e criminosas.

A permanência dessa exclusão social e racial por mais de 50 anos e as contradições próprias do meio urbano levaram ao fim da Ilhota. Os investimentos públicos – que, em tese, deveriam atender as pessoas mais necessitadas – foram destinados a projetos de higienização e urbanização. Esses projetos beneficiavam principalmente a rotina das classes mais altas, melhorando a sua circulação na cidade, criando novas possibilidades de negócios e abrindo espaço para formas de ocupação mais “civilizadas”. Entendo que a higienização a que esses projetos se propunham era, na realidade, uma “higienização” social e racial. Isso fica explícito no Projeto Renascença, que resultou na expulsão dos moradores da Ilhota, realocados longe dos olhos das elites em uma área que, na época, também era carente em bens de consumo coletivo.

Na trajetória dos moradores do Quilombo da Família Fidélix, o entrelaçamento entre a situação de classe e a questão racial aparece como decisivo, a começar pelos laços de amizade construídos pelos fundadores da comunidade, ainda em

Santana do Livramento. Sérgio, Milton e Hamilton se tornaram amigos por serem empregados da mesma empresa (como o Frigorífico Swift Armour) e por frequentarem os mesmos locais de socialização da população negra daquela cidade (como o Clube Farroupilha, as associações carnavalescas e os campos de futebol).

A migração dos três para Porto Alegre, entre 1960 e 1970, igualmente se relaciona à sua situação de classe e de raça. Pertencentes à classe proletária, tiveram suas possibilidades de sobrevivência limitadas com a crise do Swift Armour, à época o principal empregador em Livramento. A vinda para a capital se deveu, portanto, à busca por novas oportunidades de trabalho. O reencontro em Porto Alegre, por sua vez, ocorreu em locais de socialização da população negra trabalhadora, como centro da cidade, campos de futebol e associações carnavalescas.

O aluguel do terreno na Rua Lima e Silva e a abertura do bar Recanto Santanense proporcionaram que esses santanenses estreitassem o convívio com conterrâneos residentes em Porto Alegre, ampliassem suas relações com outros trabalhadores negros que atuavam nas imediações e estabelecessem uma fonte de renda extra. O bar representou, ainda, uma oportunidade de melhorarem suas condições de vida: na falta de recursos para comprar a porção privada da área, a ocupação da área aos fundos, de propriedade da Prefeitura, proporcionou que os três amigos se mantivessem unidos e se fixassem próximos aos seus locais de trabalho. Mas o principal foi que, ao construírem suas casas naquela área vazia, eles passaram a ter um lugar para morar com suas famílias, sem depender da solidariedade de amigos ou parentes e sem ter de arcar com os custos de aluguel.

A formação dessa comunidade parece confrontar a lógica de apropriação e habitação estabelecida no sistema capitalista. Primeiramente, por desrespeitar o direito de propriedade. Sem o devido pagamento, aquelas pessoas se apropriaram de um terreno que, estando ou não em uso, pertencia à Prefeitura Municipal. Depois porque, após os projetos de urbanização e saneamento pelos quais passou, a Cidade Baixa passou a ter alto valor comercial e social. A apropriação de uma área nesse bairro por famílias de baixa renda e, na maioria, negras se mostra como um acinte. Assim como ocorreu com os moradores da Ilhota, a regra seria que essas famílias estivessem na periferia da cidade.

O fato de estarem instalados em uma área central, o que facilita o seu acesso ao comércio local e aos serviços públicos de transporte, saúde e educação, não significa que os moradores da comunidade estejam livres da espoliação urbana. Essa, como afirma Kowarick (2000), é uma produção histórica relacionada ao acúmulo de capital e à pauperização dele decorrente, originando a percepção da carência dos elementos básicos à reprodução no ambiente urbano. Como afirmou Sérgio, a comunidade viveu sem acesso regular à rede de luz e água por aproximadamente 25 anos, apesar das solicitações feitas à Prefeitura. A solução encontrada foi fazer ligações clandestinas.

Porém, a espoliação urbana se expressa, no caso dos moradores do Quilombo da Família Fidélis, mais flagrantemente na sua luta pela regularização da área que habitam. Trata-se de uma luta pela terra, um meio de produção ao qual a população trabalhadora e negra tem o acesso negado no sistema capitalista. Entre os efeitos disso, além da venda compulsória da força de trabalho aos detentores da terra e de outros meios de produção, está a falta de habitação a que essa população é submetida, o que compromete a reprodução de sua vida, especialmente no contexto urbano.

Por isso, com o intuito de assegurar sua permanência na área, desde o início da ocupação os moradores da comunidade confrontar e tentam se proteger das ameaças da Prefeitura. Como relatou Hamilton, o primeiro a ocupar o terreno baldio, a construção de sua casa atrás da vegetação já foi uma forma de chamar menos a atenção e evitar a expulsão do local. Os relatos sobre as repetidas notificações de despejo e a efetivação de dois deles, com destaque para a retirada de cinco famílias da área ocupada, em 2006, demonstram a vulnerabilidade da comunidade frente ao poder público e à especulação imobiliária.

No sistema capitalista, além de um meio de produção, a terra é entendida como um produto avaliado com base no seu valor de troca, não como um bem coletivo relevante pelo seu valor de uso. A desapropriação de 2006 evidencia isso: não tendo as condições financeiras que permitiriam a propriedade dentro dessa lógica, a comunidade teria de dar espaço àqueles que delas dispusessem. O Estado, por sua vez, atuando em articulação com o mercado imobiliário e assumindo a sua ética, portou-se de forma muito parecida com a utilizada pelos senhores de

escravos coloniais, isto é, através da violência, tentou intervir em uma área que não reproduz diretamente o modo de produção vigente e que, portanto, significa a perda de lucro.

O aumento do número de moradores no local, ao longo do tempo, foi uma das formas encontradas para resistir às ameaças de despejo. O principal critério para agregação de outras pessoas ao local esteve ligado às origens santanenses, mas o corte de raça e classe novamente aqui se apresenta. Tratavam-se de familiares e amigos santanenses em situação similar aos primeiros ocupantes, ou seja, trabalhadores de baixa renda e, em sua maioria, negros. Essas pessoas estavam vivendo na região metropolitana ou vieram para Porto Alegre, a partir do convite dos fundadores da comunidade, à procura de oportunidades de melhores empregos e, assim, melhorar suas condições de vida. Mais tarde, mediante um novo risco de desapropriação, foram agregadas outras pessoas que, da mesma forma, careciam de um lugar para morar.

Hoje a comunidade tem aproximadamente 130 moradores, em sua maioria, negros. Seu grau de escolaridade, o rendimento mensal médio das famílias (quatro vezes menor que o rendimento dos demais moradores do bairro) e sua posição no mercado de trabalho – onde a maioria dos homens executam o “trabalho sujo”, mal pago e perigoso e as mulheres, as tarefas domésticas nas residências de classes mais abastadas, ou seja, nas mesmas condições apontadas por Florestan Fernandes (1989) no contexto de transição do sistema escravista para a sociedade de classes – permitem afirmar que essa comunidade é um exemplo da exclusão social e racial pela qual os trabalhadores negros seguem sendo submetidos em Porto Alegre.

Diferentemente da população da Ilhota, que os antecedeu naquele local, os moradores do Quilombo da Família Fidélis vem encontrando formas de resistir às investidas da Prefeitura e do mercado imobiliário e de conquistar melhorias para suas condições de habitação. Criando estratégias próprias, a comunidade tem tentado pressionar o poder público focada, prioritariamente, na obtenção da sua regularização fundiária.



## 6 CONCLUSÕES

Como descrito no início deste trabalho, o interesse pelo estudo das comunidades quilombolas surgiu de uma inquietação pessoal em conhecer a cultura negra e entender o racismo. Lapidando essa inquietação através de estudos e reflexões, a fim de torná-la verdadeiramente um problema de pesquisa, pude compreender que fatores socioeconômicos e ideológicos, construídos ao longo da história do país, são a base do racismo e da exclusão social que incidem sobre a população negra na atualidade.

O estudo sobre a leitura de Florestan Fernandes a respeito do assunto me mostrou que a discriminação racial foi absorvida pelo sistema capitalista como uma forma de aumentar seu exército de reserva e elevar os lucros. Em outras palavras, a opressão moral do negro e a sua depreciação enquanto agente do trabalho cria uma massa de pessoas mais suscetíveis à exploração e, ao mesmo tempo, enfraquece as possibilidades de sua ascensão política. Graças ao racismo, aquele que antes era escravizado hoje é um proletário de segunda classe.

Porém, a discriminação não ficou restrita às classes dominantes. Ela foi assumida pelos brancos proletários como forma de autodefesa no contexto de competição por postos de trabalho. Acabou sendo incorporada também pelo próprio negro, que durante muito tempo teve como ideal ou exemplo de sucesso o burguês branco. Por isso, muitos inclusive rejeitaram sua raça na tentativa de não se contaminar com o estigma que o diminuía frente aos outros grupos sociais – movimento até certo ponto compreensível (não aceitável) para aquele que está cansado de apanhar. Esse foi o caso, por exemplo, do “novo negro”, como indicou Florestan Fernandes (1989).

No entanto, da mesma forma que “onde houve escravidão houve resistência” (REIS; GOMES, 1996, p. 9), desde o nascimento da sociedade de classes, grupos de negros vem lutando para modificar sua realidade de exclusão social e discriminação racial, organizando-se no Movimento Negro. A pesquisa sobre a história desse movimento social permitiu depreender que nem sempre houve,

conscientemente, em seus debates e ações, a articulação entre a questão racial e a situação de classe. Contudo, como pôde ser percebido através do caso do Quilombo da Família Fidélix, raça e classe estão entrelaçadas, na medida em que a raça reforça a exploração do trabalhador no sistema capitalista. É a partir dessa exploração aliada à discriminação que a população negra se torna excluída socialmente.

Como foi dito anteriormente, relacionada a essa articulação entre raça e classe está a espoliação urbana a que é submetida grande parte da população negra. No caso do Quilombo da Família Fidélix, formada por trabalhadores que, em sua maioria, são negros, a espoliação se expressa principalmente na falta de um local regularizado de habitação. Contra isso, os moradores da comunidade vêm criando estratégias, ao longo de sua trajetória, para pressionar o poder público a atender a essa demanda.

A Prefeitura Municipal, enquanto proprietária do terreno ocupado pela comunidade, sempre representou uma ameaça à sua permanência no local. Para se defender, durante muitos anos os moradores da comunidade fizeram uso basicamente de suas relações, fosse para tentar estabelecer aliança com políticos que poderiam os apoiar, fosse para obter informações ou sugestões que lhes permitissem resistir ou obter melhorias necessárias para a habitação do local. Esse foi o caso da obtenção de acesso à rede de esgotos, logo no início da ocupação, que foi possível graças a conhecidos, e das duas sugestões de aumentar o número de moradores da comunidade de forma a dificultar a desapropriação, entre outros episódios.

A luta por regularização fundiária iniciou somente após a construção de dois edifícios no local onde era o campo de futebol construído pelos moradores da comunidade. Além de ter realizados protestos, redigido um manifesto e buscado apoio do Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, eles passaram a tentar estabelecer diálogo com a Prefeitura. Essas tentativas se deram tanto através do contato direto como gabinete do prefeito como pelo ingresso no Orçamento Participativo – OP. No entanto, naquele momento, essas mobilizações eram esparsas, respondendo a questões emergenciais colocadas pelo contexto.

Em 2006, com o despejo de cinco famílias, o modo de atuação da comunidade foi alterado. Como estratégia para se fortalecer e sistematizar a luta pela regularização fundiária junto ao poder municipal, os moradores intensificaram a participação no OP e criaram a Associação dos Moradores da Rua Otto Ernest Meyer – AMOTEM.

Junto a isso, o autorreconhecimento como remanescentes de quilombo surgiu como uma possibilidade abrir um canal para obter a regularização fundiária junto ao governo federal, porém essa estratégia não foi aceita por todos os moradores. Parte deles, no entanto, buscou em sua ascendência negra os elementos necessários à abertura do processo na Fundação Cultural Palmares, o que lhes conferiu o certificado de autorreconhecimento. O documento permitiu o acesso aos programas sociais do governo federal destinados à assistência dessas comunidades, assim como a abertura do processo de titulação, junto ao INCRA, que lhes conferirá a posse coletiva da área ocupada. Concomitantemente, criaram a Associação Comunitária e Cultural Remanescentes de Quilombo Família Fidélis (Associação Quilombola) como meio para fortalecer e sistematizar a luta junto ao governo federal.

Apesar de a comunidade ainda não ter sido titulada (até o momento, o processo de titulação se mantém em aberto no INCRA), a emergência da identidade quilombola entre parte de seus moradores trouxe alguns benefícios, como a regularização da rede elétrica e de água. Ao mesmo tempo, o autorreconhecimento instalou um conflito entre os moradores, provocando a cisão da comunidade. Antes identificada como uma comunidade de amigos santanenses, hoje ela se divide entre quilombolas e não-quilombolas.

Para parte da comunidade, a imposição do nome de uma única família para a identificação da comunidade traz a possibilidade de atitudes autoritárias por parte dos Fidélis. Por isso, declararam-se oficialmente como não-quilombolas e seguem a luta pela regularização fundiária junto à Prefeitura, através da AMOTEM e do OP. Os autodeclarados quilombolas, por sua vez, afirmam que o motivo da oposição ao autorreconhecimento é fruto do preconceito, visto que muitas pessoas teriam vergonha de dizer que moram em um quilombo. Na luta pela regularização, os

quilombolas atuam através da Associação Quilombola e se articulam à Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas (Frente Quilombola).

A Frente Quilombola é um movimento social que articula nacionalmente quilombolas e militantes sociais, vinculados ou não a outras organizações do movimento social. Lutando pela efetivação dos direitos das comunidades quilombolas e contra o racismo, a Frente Quilombola se insere no Movimento Quilombola que, por sua vez, é parte do Movimento Negro. O movimento ainda busca consolidar seu projeto político, porém parece se encaminhar para a união da classe e da raça como uma fonte de mobilização para a transformação. Isso ficou explícito da fala de alguns integrantes, como quando Luix afirmou que há uma nação a ser construída e que o negro, enquanto maioria da população brasileira, tem papel fundamental nesse processo. A proposta de lutar junto a outros coletivos engajados nessa mudança também indica um entendimento de que é necessário unir os diferentes grupos sociais explorados e oprimidos.

A partir das considerações de Kowarick (2000), foi possível identificar a Frente Quilombola, em grande medida, como um movimento social urbano. Além do Quilombo da Família Fidélis, em Porto Alegre se articulam ao coletivo os demais quilombos urbanos. Suas reivindicações são incorporadas pela Frente Quilombola em sua luta e envolvem, além da regularização fundiária, o acesso aos bens de consumo coletivo de forma apropriada às suas necessidades.

Como também afirma Kowarick (2000), grande parte dos movimentos sociais urbanos tem no Estado o seu principal interlocutor, uma vez que ele, além de controlar as condições de trabalho, elege os bens de consumo coletivo a serem priorizados na gestão dos recursos públicos. Essa relação entre os movimentos sociais e o Estado vem ao encontro do que menciona Cardoso (1994) acerca das características da atuação dos movimentos sociais a partir do início da década de 1980, isto é, uma tendência à institucionalização.

Por mais que a Frente Quilombola se coloque como independente e em oposição ao Estado, grande parte de suas ações são construídas tendo os órgãos públicos como referência para as reivindicações, como pôde ser observado no subcapítulo dedicado à caracterização desse coletivo. Da mesma forma, a AMOTEM, a Associação Quilombola e a participação no OP, as outras estratégias

utilizadas pelos moradores do Quilombo Fidélis em sua luta por regularização fundiária, estão vinculadas ao Estado, seja no âmbito municipal, seja no âmbito federal.

Evidencia-se, assim, aquela que entendo ser a principal dificuldade da luta dos moradores do Quilombo da Família Fidélis. O Estado se mostra como a maior ameaça à comunidade. Isto porque, ao ser o representante das classes dominantes econômica e politicamente, desconsidera os elementos básicos para a reprodução dos moradores da comunidade e nega a ela o acesso à terra, ratificando a histórica exclusão do trabalhador negro. Por outro lado, o Estado é utilizado pelos moradores e seus apoiadores como principal via para a obtenção de benefícios e efetivação de direitos.

Entendo essa como uma dificuldade porque não são buscadas alternativas para além das concessões feitas pelo Estado. Assim como no período da consolidação do sistema de classes, as classes dominantes e predominantemente brancas não têm o interesse de acabar com a exclusão social e racial a que submete o trabalhador negro, visto que isso representará o fim de vários privilégios. Por isso, adotando o posicionamento de Florestan Fernandes (1989), penso que a luta por dentro da ordem não trará a libertação efetiva e já tão protelada.

## REFERÊNCIAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia. Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/?code=2.39>>. Acesso em: 20 set. 2011.

ACADÊMICOS DA ORGIA – Blog da Escola de Samba Acadêmicos da Orgia. Quem sou eu. Disponível em: <<http://www.esacademicosdaorgia.blogspot.com.br/>>. Acesso em 14 nov. 2012.

ALBERTI, Verena. Indivíduo e biografia na história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1525.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1525.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2011.

ANJOS, José Carlos Gomes dos (Coord.). Relatório Sócio, Histórico e Antropológico da Comunidade Quilombola Família Fidélis – Porto Alegre/RS. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

BATICUMBUM – Blog oficial do Carnaval de Porto Alegre. A situação dos Acadêmicos da Orgia. Disponível em: <<http://www.baticumbum.com.br/2012/10/a-situacao-dos-academicos-da-orgia.html?spref=bl>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

BRASIL, República Federativa do. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)>. Acesso em: 20 set. 2011.

BRASIL, República Federativa do. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Gabinete da Presidência. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm#adct](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm#adct)>. Acesso em: 20 jun. 2011.

BRASIL, República Federativa do. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm)> Acessado em: 13 fev. 2013.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. IN: DAGNINO, Evelina (Org.). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p.81-90

CARRIL, Lourdes. Quilombo, favela e periferia – A longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CARVALHO, Ana Paula; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Família Silva: Resistência negra no bairro Três Figueiras. Laudo antropológico e histórico da comunidade remanescente de quilombo Família Silva para cumprimento ao art. 68/ADCT. Fundação Cultural Palmares; Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Porto Alegre, set. 2004. Mimeografado.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Comunidades quilombolas do estado do Rio Grande do Sul – Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos. Disponível em: [http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/rs/rs\\_lutas\\_parceiros\\_iacoreq.html](http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/rs/rs_lutas_parceiros_iacoreq.html) Acesso em: 13 dez. 2012.

COSTA, Sérgio. A Construção Sociológica da Raça no Brasil. Estudos afro-asiáticos, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 35-61, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0\\_101-546X2002000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0_101-546X2002000100003)>. Acesso em: 19 jan. 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, Niteroi, v. 12, n. 23, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 fev. 2012.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIOS DO BRASIL. Engenheiro Ataliba Madureira - Município de Santana do Livramento - RS. Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs\\_bage\\_riogrande/engatmadureira.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_bage_riogrande/engatmadureira.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2011.

FAMÍLIA SILVA. Página inicial. Blog do Quilombo da Família Silva. Disponível em: <<http://quilombofamiliasilva.blogspot.com.br/>> Acesso em 19 nov. 2011.

FEE - Fundação de Economia Estatística. Resumo estatístico – Municípios: Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/>>. Acesso em 19 nov. 2012.

FEE; GTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT. Informe PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/informeped/boletim-negros-ped-rmpa-2012.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2012.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil – Ensaio de interpretação sociológica. 1ª parte: As origens da Revolução Burguesa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 2ª edição, p. 13-146.

\_\_\_\_\_. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1989.

\_\_\_\_\_. A integração do negro na sociedade de classes – ensaio de interpretação sociológica. Vol. 1. São Paulo: Globo, 2008a.

\_\_\_\_\_. A integração do negro na sociedade de classes – no limiar de uma nova era. Vol. 2. São Paulo: Globo, 2008b.

FONTANA, Andréa; FREY, James. The interview: from neutral stance to political involvement. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). The Sage Handbook of Qualitative Research: Third Edition. Londres: Sage, 2005. p.695-728

FREITAS, Denize Terezinha Leal. Encontros com Porto Alegre: a freguesia, a vila e a cidade (1772-1835). In: X Encontro Estadual de História, X, 2010, Santa Maria. Anais eletrônicos do X Encontro Estadual de História. Disponível em: <<http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/>>. Acesso em: 20 set. 2012.

FRENTE DE LUTA QUILOMBOLA NEGRA E POPULAR DE PORTO ALEGRE. Carta ao povo brasileiro e ao Movimento Quilombola e Social Negro em defesa da luta quilombola e em especial aos irmãos quilombolas que estarão no 4º Encontro da CONAQ. Ago. 2011, Porto Alegre. (Documento enviado por e-mail).

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS. Carta de Princípios. Jun. 2012, Rio de Janeiro.(Documento enviado por e-mail).

FUNARI, Pedro Paulo. A Arqueologia de Palmares – sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 26-51.

\_\_\_\_\_.; CARVALHO, Aline Vieira. Palmares, ontem e hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades Quilombolas. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/quilombola/>>. Acesso em: 06 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. Apresentação. Brasília: 2011b. Disponível em: <[http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=95](http://www.palmares.gov.br/?page_id=95)>. Acesso em: 13 dez. 2010.



\_\_\_\_\_. Cidadania Quilombola, passo a passo. Brasília: 2011a. Disponível em: <[http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=538](http://www.palmares.gov.br/?page_id=538)>. Acesso em: 13 dez. 2010.

GEHLEN, Ivaldo; RAMOS, Ieda Cristina Alves (Coord.). Estudo quanti-qualitativo da População Quilombola do Município de Porto Alegre/RS. Laboratório de Observação Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Disponível em: <[http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu\\_doc/quilombolaspoarelatori\\_ofinal\\_2008.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/quilombolaspoarelatori_ofinal_2008.pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2011.

GOOGLEMAPS. Santana do Livramento – RS. Disponível em: <https://maps.google.com.br/> Acessado em 20 nov. 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/painel/>>. Acesso em: 05 dez. 2012

\_\_\_\_\_. Cidades: Porto Alegre – RS. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=431490>>. Acesso em: 04 dez. 2012.

INCRA. Histórico do INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://www.INCRA.gov.br>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Estrutura Fundiária: Quilombolas. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília: 2011b. Disponível em: <[http://www.INCRA.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=252&Itemid=274](http://www.INCRA.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=252&Itemid=274)>. Acesso em: 20 set. 2011.

\_\_\_\_\_. Títulos expedidos às comunidade quilombolas. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília: 2011b. Disponível em: <[http://www.INCRA.gov.br/portal/arquivos/institucional/quilombolas/titulos\\_expedidos.pdf](http://www.INCRA.gov.br/portal/arquivos/institucional/quilombolas/titulos_expedidos.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2011.

KOWARICK, Lúcio. Escritos urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. Do singular ao plural – Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 81-109.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, set./dez. 2008.

LEITE, Marcirio Dias. Swift-Armour – Antigo Frigorífico. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/44705462>>. Acesso em: 08 nov. 2012

LIMA, Alexandre Peres de. Como funciona o pleito quilombola: etnografia da comunidade Família Fidélis (Porto Alegre/RS) em sua emergência como remanescentes de quilombo. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Antropologia) - Curso de Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/56149>>. Acesso em 14 out 2012

LINDOSO, Dirceu. A razão quilombola – estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: EDUFAL, 2011.

MACHADO, Kiko. Assassino de Lideranças do Quilombo dos Alpes é condenado. Partido dos Trabalhadores – Bancada Estadual do Rio Grande do Sul. 13 dez. 2010. Disponível em: <[http://www.ptsul.com.br/noticias.php?id\\_txt=32426](http://www.ptsul.com.br/noticias.php?id_txt=32426)>. Acesso em 13 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Pampa Negro: quilombos no Rio Grande do Sul. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARQUES, Olavo Ramalho; MATTOS, Jane Rocha de. “Morar em casa de Avenida” – Quilombo do Areal: legatários do Areal da Baronesa. Relatório sócio-histórico-antropológico. INCRA; FAUFRGS; UFRGS. Porto Alegre: 2006. Documento mimeografado.

MELLO, Marcelo Moura. Caminhos criativos da história: territórios da memória em uma comunidade negra rural. 2008. f. 293 Dissertação (Mestrado em Antropologia social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Usos do passado: a questão quilombola entre a história, a memória e a política. In: SOIHET, Rachel et al. Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MOVIMENTO QUILOMBISTA CONTEMPORÂNEO. Carta de Princípios do Movimento Quilombista Contemporâneo. Mar. 2012, Porto Alegre. (Documento enviado por e-mail).

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. In: Revista USP, São Paulo, n. 28, dez./fev. 1995-1996. Disponível em:  
<http://www.usp.br/revistausp/28/04-kabe.pdf> Acesso em: 30 mar. 2011.

PEREIRA, Amauri Mendes. Trajetória e Perspectivas do Movimento Negro Brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n. 37, set. 1999. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 11 set 2012.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Inter comemora 100 anos e adota praça na Azenha. 05/04/2009. Disponível em:  
<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_novo/default.php?p\\_noticia=105468](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=105468)>. Acesso em: 27 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Festa da Rua do Perdão volta à Cidade Baixa. Disponível em:  
<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=85471&p\\_secao=3&di=2008-01-30](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?reg=85471&p_secao=3&di=2008-01-30)>. Acesso em: 27 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Luto oficial pelo falecimento de Thompson Flores. 10/11/2008. Disponível em:  
<[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/acessibilidade\\_smarty/default.php?%20projeto\\_sec=144&p\\_secao=3&pg=4956&p\\_reg=98784](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/acessibilidade_smarty/default.php?%20projeto_sec=144&p_secao=3&pg=4956&p_reg=98784)>. Acesso em 12. dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Origem e História. Disponível em:  
[www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_cidade/?p\\_secao=3](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidade/?p_secao=3) Acessado em: 10 set. 2012.

PRIOR, Lindsay. Documents. In: SEALE, Clive et al. (Eds) Qualitative research practice. Londres: Sage, 2004. p.375-390

RAMOS, Ieda Cristina Alves; KRAEMER, Matias Felipe Eidelwein; AZEVEDO, Raquel Novo de. O cenário de (in)certezas no processo regularização do território do Quilombo de Morro Alto (RS). In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, IX, 2011, Curitiba.

RAPLEY, Rim. Interviews. In: SEALE, Clive et al. (Eds) Qualitative research practice. Londres: Sage, 2004. p.15-33

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Introdução: uma história da liberdade.

In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SALAINI, Cristian Jobi. A “janela” do Relatório Técnico: Variabilidade, Criatividade e Reconhecimento social em contextos de perícia antropológica (Doutorado em antropologia social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social . Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, Irene (Coord.). Colonos e Quilombolas – Memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: [s.n.], 2010.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: Identidade e território nas definições teóricas. Revista Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 5, n. 10, 2002.

SEPPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Brasil - Governo federal. PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA - Diagnóstico de Ações Realizadas, jul. 2012. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/destaques/diagnostico-pbq-agosto>. Acesso em: 20 nov. 2012.

SOMMER, Michelle Farias. Territorialidade negra – A herança africana em Porto Alegre: uma abordagem sócio-espacial. Porto Alegre: Michelle Farias Sommer, 2011.

SPORT CLUBE INTERNACIONAL. O princípio do Clube do Povo. Disponível em: <<http://www.internacional.com.br/pagina.php?modulo=1&setor=1&secao=1>>. Acesso em: 27 nov. 2012.

STAKE, Robert E. Qualitative case studies. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds). The Sage Handbook of Qualitative Research: Third Edition. Londres: Sage, 2005. p.443-466

TEMPORAL ESPACIAL. Saída a campo – Territórios negros. Disponível em: <<http://otemporalespacial.blogspot.com.br/2012/06/saida-campo-no-dia-02-de-junho-de-2012.html>>. Acesso em: 14 jan. 2013

TIPA JÚNIOR, Nestor. Quilombo da Família Silva luta pela titulação total do território no RS. Canal Rural – ClicRBS: Porto Alegre. Publicado em 24/05/2011. Disponível em:

<<http://www.canalrural.com.br/canalrural/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&action=noticias&id=3322020&section=Capa>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Lideranças do Quilombo dos Alpes são assassinadas em Porto Alegre. RS Urgente: Política, Economia, Cultura & Outras Amenidades, Porto Alegre, 08 dez. 2008. Disponível em:

<<http://rsurgente.opsblog.org/2008/12/08/liderancas-do-quilombo-dos-alpes-sao-assassinadas-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 13 jan. 2012

YIN, Robert. Estudo de Caso: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

### **Entrevistas e informações verbais**

ARAÚJO, Onir. Onir Araújo: entrevista [nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

BENKE, Janete. Reunião da Diretoria. Associação Comunitária e Cultural Remanescentes de Quilombo Família Fidélíx. Porto Alegre, Quilombo da Família Fidélíx, 24 nov. 2012. Informação verbal.

COSTA, Luiz. Luiz Costa: entrevista [12 nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (48 min.).

FIDÉLIX, Jakes. Jakes Fidélíx: entrevista [07 nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

FIDÉLIX, Sérgio. Reunião da Diretoria. Associação Comunitária e Cultural Remanescentes de Quilombo Família Fidélíx. Porto Alegre, Quilombo da Família Fidélíx, 24 nov. 2012. Informação verbal.

FIDÉLIX, Sérgio. Sérgio Fidélíx: entrevista [07 nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (1 h 48 min.).

FIDÉLIX, Sérgio. Sérgio Fidélíx: entrevista [14 nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (34 min.).

LEMOS, Hamilton. Hamilton Lemos: entrevista [14 nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (25 min.).

SANTANA, Milton. Milton Santana: entrevista [28 nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (1 h 48 min.).

## APÊNDICE 1 – ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA: BREVE HISTÓRICO DOS QUILOMBOS NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

A origem do termo *quilombo* remete a tribos africanas, especificamente aquelas de origem bantu. Segundo Munanga (1995-1996, p. 58), a palavra designava um grupo de guerreiros oriundos de diferentes tribos, constituindo-se como uma “instituição sociopolítica e militar” vinculada a longas histórias de “conflitos pelo poder, de cisão de grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios”. Assim, o autor descreve os quilombos africanos como

[...] uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos (MILLER, Joseph *apud* MUGANGA, 1995-1996, p. 60).

Essa concepção provavelmente esteve entre as bases dos quilombos formados no Brasil durante o período colonial. Conforme Lindoso (2011), o escravismo foi uma das principais vias de exploração do continente americano pelas coroas espanhola e portuguesa. Essas obtinham grandes rendimentos através da comercialização dos produtos do trabalho escravo, consumidos pelos senhores e pelo mercado internacional. Além disso, geravam lucros com a captura e comercialização de africanos, vistos eles próprios como mercadorias.

Porém, junto à intensa repressão e violência do sistema escravista brasileiro esteve a resistência negra. Entre as formas de manifestá-la estiveram a insubordinação, o trabalho demorado ou mau mal executado e as insurreições. As fugas, no entanto, mostraram-se como o meio mais efetivo de resistir, resultando, em grande parte, na formação de quilombos em diversas regiões do país.

O maior e mais conhecido foi o Quilombo dos Palmares, formado na serra da Barriga, no atual estado de Alagoas. Liderado por Ganga Zumba e posteriormente por Zumbi, hoje aquela comunidade é um dos símbolos da luta negra. As primeiras referências documentais a esse grupo datam de 1605. Palmares chegou a abrigar

seis mil pessoas, divididas em dez mocambos (aldeias), e a ocupar uma área de 60 léguas (o que hoje corresponde a aproximadamente 380 km<sup>2</sup>). Após diversas investidas governamentais para o seu desmantelamento, o quilombo foi destruído em 1694 (FUNARI; CARVALHO, 2005).

De acordo com Lara (1996, p. 81), esse quilombo foi o que teve maior repercussão, chegando a colocar em risco a política colonial e senhorial:

[...] Palmares foi importante também pelas questões que colocou à tradição política de prevenção contra fugas e ajuntamento de fugitivos. O encaminhamento de soluções para esses problemas (num movimento irregular e inconstante) e o impacto na política de controle sobre a movimentação escrava na colônia acarretaram mudanças significativas, que se espraiaram secularmente pela legislação metropolitana e colonial e marcaram o comportamento dos senhores para com seus escravos.

Para evitar esse risco, a repressão ao aquilombamento foi forte e violenta em todo o país. Lara (1996, p. 87) afirma que, além de dificultar a comunicação entre os escravizados (desagregando pessoas de uma mesma etnia), os senhores se organizavam para criar “grandes exércitos de aniquilação”. Tendo o auxílio da população e das instituições policiais e legislativas, esses tinham por objetivo resgatar os fugitivos e a destruir suas comunidades.

Além dos quilombos formados no interior do país, como foi o caso de Palmares, muitos outros foram estabelecidos nas imediações das principais cidades. Maestri (1996, p. 298-299) fornece informações sobre eles:

As principais aglomerações urbanas da Colônia e do Império possuíam grandes concentrações de trabalhadores escravizados. Fugões faziam-se passar por libertos ou negros livres ou permaneciam nas imediações das aglomerações, onde fundavam pequenos quilombos. Eram escravos urbanos, acostumados ou conquistados pela vida citadina. A vida rural lhes seria desconhecida ou pouco atraente. Com a colaboração dos libertos, livres-pobres, escravos e alguns senhores, os quilombolas suburbanos viviam de pequenos roubos, da venda de produtos e da prestação de serviços à população citadina.

Rurais ou urbanos, os quilombos do passado não abrigaram somente negros. Receberam também indígenas, desertores brancos e homens livres pobres. Maestri (1996, p. 309) sustenta que “a ação dos quilombolas não parece ter sido regida por uma consciência racial que se sobrepusesse às contradições e às necessidades vividas pelo grupo”. Ou seja, as determinações raciais não eram o único vínculo dos



aquilombados; contava também a sua situação socioeconômica no sistema colonial.

Antes mesmo de sua fundação oficial, o estado do Rio Grande do Sul fez uso da mão-de-obra escrava e, conseqüentemente, também presenciou essa resistência. Os trabalhadores escravizados atuaram em atividades pastoris nas estâncias, mas principalmente na produção de charque. Maestri (1996, p. 301) dá pistas das condições de trabalho à época:

As charqueadas eram verdadeiros estabelecimentos penitenciários. Nas margens do arroio Pelotas funcionavam umas quarenta charqueadas com sessenta cativos cada uma, em média. A produção charqueadora era sazonal. A safra ia de outubro a maio, quando os escravos deviam produzir a maior quantidade possível de charque e de outros produtos. Os animais abatidos eram preparados pelos trabalhadores escravizados que labutavam em tarefas especializadas, semi-especializadas e não especializadas. Os cativos trabalhavam dezesseis e mais horas, com apenas breves interrupções, embalados pelo chicote do capataz e pequenas canecas de aguardante.

Segundo o autor, o primeiro registro de fuga data de 1738, um ano após a fundação da cidade de Rio Grande, considerada a mais antiga do estado sob a tutela da coroa portuguesa. A rota de fuga incluía o cruzamento das fronteiras com os países vizinhos, Argentina e Uruguai. Entretanto, dificuldades como a distância da fronteira, o desconhecimento do caminho, o perigo de ser capturado no percurso, o apego ao local onde estavam e o desinteresse de trabalhar como peão para os castelhanos fizeram com que grande parte dos escravizados tenha permanecido no estado. Refugiaram-se, então, em serras desabitadas, ilhas isoladas, florestas agrestes e banhados, formando os primeiros quilombos no sul do país.

Maestri (1996, p. 323) afirma que não existiu nenhum quilombo de grande porte no Rio Grande do Sul, diferentemente do estado de Alagoas. Entre as razões para isso está a própria geografia sulina, que dificultava as fugas e a acomodação segura dos quilombolas.

A principal paisagem da região da campanha – o pampa – não oferecia acidentes geográficos que protegessem grandes concentrações de fujões. A planície Litorânea sulina era ainda mais avarenta em refúgios. O planalto Meridional encontrava-se relativamente afastado dos centros escravistas. Boa parte da serra, que permitiria acoitar concentrações maiores de fujões, era habitada, até épocas recentes, por comunidades nativas que defenderam aguerridamente seus territórios. Colonos europeus passaram a ocupar, muito logo, importantes territórios dessas regiões. O único caso conhecido de uma concentração de porte é o discutível quilombo do Camizão, com 150 membros. A população do quilombo sulino raramente ultrapassaria duas a três dezenas de cativos.

Essas comunidades foram organizadas tanto por negros crioulos (nascidos no Brasil) como negros de nação (vindos da África). Dentre os africanos, há registros de indivíduos das etnias congo, mina, benguela, cabinda, cabunda e moçambique. Não há registros de quilombolas nagôs e haussás (MAESTRI, 1996), nações conhecidas por sua participação na história de resistência baiana, por exemplo.

Lindoso (2011) apresenta informações sobre a organização e a cultura dos quilombolas alagoanos que são igualmente apontadas por Maestri (1996) ao tratar dos quilombolas sulinos. O compartilhamento das terras, o reduzido número de mulheres em relação ao número de homens, a poliandria<sup>42</sup> e a ausência do relato de crianças são características citadas pelos dois autores.

Com relação às moradias construídas nos quilombos, Maestri (1996) afirma que, de forma geral, essas eram coletivas, não havendo indícios de casas individuais ou unifamiliares. O que variava era a distribuição dos cômodos, que poderiam ser ou não separados por funcionalidade – residência, depósito e local de trabalho – e o número de pessoas vivendo em cada residência – geralmente entre oito e dez quilombolas, podendo chegar até vinte residentes.

Os quilombolas tinham basicamente na agricultura de subsistência, nos saques às fazendas próximas e no escambo os seus meios para sobreviver.

Os quilombos agrícolas produziam alimentos – feijão, milho, abóboras etc. – e praticavam a caça, a coleta, a pesca e a rapinagem. Mesmo os quilombos mais afastados obtinham sal, pólvora, chumbo, fumo, temperos e outros produtos, nas fazendas, vendas e vilas, por meio do escambo e da rapinagem. Em alguns casos, os quilombolas prestavam serviços clandestinos periódicos em unidades produtivas senhoriais (MAESTRI, 1996, p. 325-326).

Outro ponto importante é a organização defensiva e política daquelas comunidades. Maestri (1996) cita que, para se defender de ataques senhoriais, os quilombolas se armavam com facas, lanças, espadas, pistolas e espingardas. Utilizavam-se também dos acidentes geográficos como forma de proteção, o que muitas vezes definia a localização do quilombo.

Nesse ponto, entre os grupos sulinos, o autor destaca o Quilombo do

---

<sup>42</sup> Casamento de uma mulher com vários homens.

Camizão, no rincão dos Valos, na região do Alto Jacuí. Como forma de se resguardarem, os quilombolas formaram-no no fundo de um barranco. Segundo relatos, os quilombolas do Camizão se organizavam em “esquadrias”, cada uma com atividades específicas: uma responsável exclusivamente pela proteção da única entrada do quilombo; outra destinada a acompanhar o chefe do quilombo em expedições para provimento de sal, pólvora e chumbo (para a produção de munição); e outras duas encarregadas da caça e da pesca. O aceite de novos integrantes era feito mediante conversa com o líder da comunidade, quando os recém-chegados precisavam se comprometer em respeitar os costumes do grupo (MAESTRI, 1996).

É destaque, ainda, a organização do Quilombo do Manoel Padeiro, formado na região de Pelotas. Lá, os quilombolas criaram uma hierarquia muito próxima à militar e policial do “mundo dos brancos”:

O próprio Manoel tinha o título de 'general', um outro era capitão e um terceiro 'juiz de paz'. Mas a existência de dois quilombolas referidos como 'pais' pode indicar também que a longevidade fosse ali fonte de prestígio político, como ocorria no mundo dos africanos (MAESTRI, 1996, p. 325).

Segundo o autor, não há informações sobre contatos entre os diferentes quilombos gaúchos, em virtude de “problemas de segurança, à simetria da economia quilombola – a produção quilombola era idêntica e não intercambiável – e à dispersão geográfica dos quilombos” (MAESTRI, 1996, p. 326).

Entretanto, ao contrário do que indica o senso comum, os grupos quilombolas não eram totalmente isolados. Além dos mencionados registros de quilombos próximos aos principais centros urbanos do país, há indícios de que mesmo os rurais mantinham contato com negros escravizados, comerciantes e fazendeiros da região onde se assentavam:

Muitos quilombolas não cortavam os laços com o mundo senhorial, pois não podiam manter-se absolutamente independentes da produção escravista. Se o fizessem, ficariam à margem da divisão de trabalho em curso e comprometeriam suas condições de existência. Os contatos com o mundo escravista davam-se por intermédio da rapinagem, do escambo, do comércio e, em casos mais raros, da prestação de serviços (MAESTRI, 1996, p. 326).

Em princípio, a partir da abolição oficial da escravidão no país, determinada em 1888, não existiriam mais razões para a formação de quilombos. No entanto, até

hoje o Brasil possui grupos sociais que se identificam com aquelas comunidades e com sua história. Segundo Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 3), os quilombos atuais não são, necessariamente, fruto de fugas dos seus antepassados. Outros motivos, até posteriores à abolição, levaram à sua formação.

[...] os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

Conhecer a ressignificação do termo quilombo, assim como a formação, organização e resistência desses grupos no passado, é parte fundamental da compreensão da luta de seus remanescentes. Muitos dos elementos que caracterizavam aquelas comunidades estão presentes na luta atual. Isso pode ser observado nas próprias causas que levam determinados grupos sociais a se atribuírem essa identidade, bem como na herança étnica que buscam conservar e nas relações que mantêm entre si e com outros grupos.

## APÊNDICE 2 – QUILOMBOS URBANOS DE PORTO ALEGRE

### O QUILOMBO DA FAMÍLIA FIDÉLIX

Como foi exposto ao longo deste trabalho, a comunidade atualmente chamada Quilombo da Família Fidélis serviu como objeto da investigação aqui apresentada. Através do contato com seus moradores, pude conhecer e me aproximar da Frente Quilombola e dos demais quilombos da cidade.

O Quilombo da Família Fidélis se localiza na Cidade Baixa, um bairro próximo ao centro de Porto Alegre. O acesso às casas é feito pela Rua Otto Ernest Meyer, porém é possível chegar à comunidade também pelo beco<sup>43</sup> que liga as ruas Otto Ernest Meyer e Sebastião Leão e que demarca o limite entre os terrenos da comunidade e do Hospital Porto Alegre. Mesmo perto de vias de grande fluxo, como a Avenida João Pessoa e as ruas José do Patrocínio e Lima e Silva, o lugar é tranquilo. O silêncio, inclusive, é um cuidado permanente dos moradores, visando tanto não atrapalhar a rotina do hospital vizinho quanto evitar uma imagem negativa da comunidade. Mais que uma política de boa-vizinhança, esse cuidado parece revelar o receio de criar novos argumentos para uma possível remoção. Por conta disso, as atividades recreativas dos seus moradores não ocorrem na área da comunidade. Esse silêncio é quebrado somente pelo trânsito dos poucos carros e, à tarde, pelos jogos de futebol das crianças no meio da rua.

Essa localização facilita o acesso (ao menos físico) dos moradores aos serviços públicos de saúde e educação: além do Hospital Porto Alegre ficar ao lado, há, do outro, o Centro Diaconal Evangélico Luterano – CEDEL, que dá assistência educacional a crianças e jovens de baixa renda ou em situação de rua. A uma quadra, está a Colégio Estadual Cel. Afonso Emílio Massot; a duas, na Avenida

---

<sup>43</sup> Embora a denominação *beco* seja por vezes utilizada pejorativamente, como aponta Pesavento (1999), não é esse o caso aqui. Além disso, essa é a forma como a comunidade se refere ao acesso mencionado.

João Pessoa, o Centro de Saúde Modelo; e a três quadras, o Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

**Figura 13: Vista da Rua Otto Ernest Meyer**



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 14: Hospital Porto Alegre (esq.) e quilombo (dir.)**



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 15: Beco (perspectiva da Rua Sebastião Leão)**



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 16: Entrada de uma das casas do quilombo, na Rua Otto Ernest Meyer**



Fonte: Arquivo pessoal.

Ao chegar à comunidade, a impressão é de que ela se resume aos moradores das casas à Rua Otto Ernest Meyer. Contudo, ao se aproximar da entrada do pátio principal (o maior em termos de área), vê-se a profundidade do terreno e casas que não são visíveis da rua. O crescimento do número de moradores nos pouco mais de 30 anos de existência da comunidade fez com o terreno hoje se mostre pequeno: ele está totalmente ocupado por casas. Com exceção do corredor no centro do pátio, as áreas entre uma moradia e outra são restritas e tomadas por varais de roupa, jardins de flores e ervas medicinais e materiais refugados, como telhas, tijolos e janelas velhas.

Se por um lado muitas casas têm carros estacionados à porta, por outro elas não apresentam nenhum luxo e possuem poucos cômodos. Construídas pelos próprios moradores e transmitidas através da hereditariedade, as casas são de madeira e/ou alvenaria. Algumas possuem dois andares, uma forma de driblar a falta de mais área para ampliação. Percebi que várias possuem construção incompleta ou estão em aparente reforma.

Como conheci internamente apenas as residências dos moradores entrevistados, trago o comentário de Lima (2012, p. 26) sobre as demais casas existentes na comunidade<sup>44</sup>, o que converge com o que observei durante meu trabalho:

As casas são espaços pequenos, na média de quatro peças por casa (sala/cozinha, dois quartos e um banheiro). Geralmente sala e cozinha não estão diferenciados e fazem parte da mesma peça. Geladeira, fogão a gás, pia, armários para utensílios básicos de cozinha, suas cadeiras e mesa dividem espaço com pelo menos dois sofás posicionados de frente a alguma estante que comporta o aparelho televisor.

Uma faixa do *1º Encontro de Educação Escolar Quilombola do RS*, ocorrido na UFRGS, em 2011, está pendurada no segundo andar de uma das casas, fazendo lembrar que aquela não é uma “vila comum”, mas uma vila com “especificidades”, como disse Sérgio (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012). Coincidentemente ou não, a casa de Sérgio fica na entrada desse pátio, de frente para a Otto Ernest Meyer.

---

<sup>44</sup> Conforme relata Lima (2012), muitas das entrevistas feitas durante a confecção do Laudo Antropológico da comunidade foram concedidas nas casas dos moradores.



Ao fundo, há um galpão de uso comum, que, no futuro, a Associação Quilombola, pretende transformar num local de reuniões e exposições sobre a cultura negra de Porto Alegre. Por hora, o lugar vem sendo usado para guardar eletrodomésticos antigos, materiais e ferramentas de construção e outros objetos de pouco ou nenhum uso. Na parte externa do galpão, há um elemento de forte significado: a faixa da Associação Quilombola. Nela estão listadas algumas ações consideradas importantes para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, como o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares; a titulação, pelo INCRA, da sua área como um território quilombola; o ingresso em programas governamentais e o estabelecimento de convênios com instituições públicas e privadas para cursos profissionalizantes.

**Figura 17: Entrada do pátio principal  
(perspectiva da Rua Otto Ernest Meyer)**



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 18: Fachada de uma das casas do quilombo**



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 19: Faixa do 1º Encontro de Educação Escolar Quilombola**



Fonte: Arquivo pessoal.

**Figura 20: Casa ao fundo do pátio principal**



Fonte: Arquivo pessoal.

De acordo com Lima (2012), cada moradia abriga um único núcleo familiar, composto por avós, pais, filhos e, em alguns casos, tios e sobrinhos. O pequeno número de habitantes por residência se deve tanto a fatores materiais quanto a um regramento social. Como foi dito, o terreno totalmente ocupado impossibilita a ampliação das casas. Ao mesmo tempo, como afirma o autor, quando tem possibilidades financeiras, os moradores da comunidade tendem a sair do local quando se casam, em especial as mulheres. Diferentemente de parte dos homens recém-casados, em geral, elas permanecem morando com os pais somente quando na condição de mães solteiras.

O filho sempre é estimulado a deixar a residência paterna no sentido de adquirir autonomia, e o território torna-se uma garantia para tempos ruins, e de falta de estabilidade, pois sempre que necessário, tanto filho quanto filha (se com filho ou solteira), terá a solidariedade da casa paterna ou materna (LIMA, 2012, p. 64).

Anjos (2009) acrescenta que, com raríssimas exceções, não ocorrem uniões entre os diferentes troncos familiares. Elas são evitadas com o intuito de que não se gerem conflitos. Os vínculos entre as diferentes famílias não se dão, portanto, através da consanguinidade, mas sim por relações de afinidade. Como ressalta Lima (2012), os laços consanguíneos hoje existentes são anteriores à territorialização da comunidade em Porto Alegre.

Outro ponto que caracteriza as relações sociais na comunidade é o compadrio estabelecido principalmente entre os primeiros moradores do local e que, em grande parte das vezes, extrapolam o apadrinhamento efetivo dos filhos um dos outros. Conforme Anjos (2009, p. 60, grifos do autor), “existe nessa comunidade quilombola um *ethos* de solidariedade e reciprocidade que estão assentados sobre os valores que são expressos como '*confiança*' e '*respeito*' ”. O termo *compadrio* foi igualmente utilizado por Sérgio Fidélis em nosso primeiro contato, quando caracterizou o relacionamento entre os moradores. Esse foi o critério utilizado nos primeiros convites para que pessoas se unissem ao grupo: “um traz o outro” (Diário de Campo). Esse foi ainda um dos argumentos defendidos junto à Fundação Cultural Palmares para a obtenção do Certificado de Autorreconhecimento. Era um modo de convívio já em Santana do Livramento que serviu de referencial para as relações (re)constituídas em Porto Alegre (ANJOS, 2009). Ele se estabelece marcadamente entre os homens da comunidade (LIMA, 2012) e fica expresso na colaboração para a construção das casas, no cuidado das crianças e nos apelidos – os quais fazem com que, muitas vezes durante as falas, os nomes verdadeiros dos compadres sejam esquecidos: “Todos nós temos apelido. Cada um. Porque é uma coisa da terra lá. Sempre tem um que tem apelido. É difícil alguém não ter... Nós era coberto de... Bah! Eu tenho uns três ou quatro...” (FIDÉLIX, S.; 14 nov. 2012).

Conforme relata Lima (2012, p. 70-71), característica importante é também a relação entre os gêneros. Além do regramento social com relação à permanência dos recém-casados, essa relação se manifesta nas rotinas femininas e masculinas dos moradores. Os homens tem o hábito de, aos finais de tarde, reunirem-se em frente às casas para observar o movimento da rua, tomar chimarrão e conversar. É nesse horário também que as crianças costumam brincar na rua, após retornarem da escola. Por sua vez, as mulheres geralmente “estão de passagem, não param como os homens para conversar durante horas”, limitando-se a cumprimentos e diálogos breves. Nesses momentos, seu tempo é dedicado a um segundo turno de trabalho: durante o dia, elas realizam as tarefas externas ao espaço doméstico, como trabalhar e fazer compras; à noite, ocupam-se dos afazeres domésticos e do trato dos filhos.

Essa “sociabilidade masculina”, como define Lima (2012, p. 70), se reproduz no Bar da Carla, local onde acontece a maioria das reuniões da Frente Quilombola.

A duas quadras do Quilombo da Família Fidélix, na Rua Lobo da Costa, o estabelecimento se tornou um ponto de encontro quilombola: é frequentado basicamente pelos moradores do quilombo, por seus amigos e por militantes sociais que atuam pela causa quilombola.

A própria Carla, embora não more na comunidade, é uma das maiores conhecedoras e apoiadoras da sua luta, além de militante da Frente Quilombola. Para esses quilombolas, em especial, o bar é também um importante local de socialização, visto que o acordo quanto ao silêncio os impede de realizar atividades nesse sentido na área da comunidade. Apesar da relevância política e social do lugar para a comunidade em estudo, ao longo da incursão no campo de pesquisa, geralmente Carla e eu éramos as duas únicas mulheres presentes – e testemunhas de uma ou outra atitude machista. Ou seja, ainda que três mulheres façam parte da diretoria da Associação Quilombola<sup>45</sup>, é notória a predominância masculina não só nos momentos de socialização, mas também na luta da comunidade<sup>46</sup>.

**Figura 21: Bar da Carla**



Fonte: Arquivo pessoal.

---

<sup>45</sup> A composição da diretoria da Associação Quilombola será detalhada mais a frente.

<sup>46</sup> Meu contato com outros quilombos mostrou que isso não é uma obrigatoriedade. Exemplos em Porto Alegre são a Geci (liderança do Quilombo do Areal), a Janja (liderança do Quilombo dos Alpes) e a Lígia e a Ângela (lideranças do Quilombo da Família Silva, junto com seu irmão Lorico). Na reunião que participei na Associação Quilombola de Morro Alto, em Maquiné/RS, observei que lá as mulheres também possuem forte presença, sendo elas as responsáveis pela coordenação do encontro.

**Figura 22: Roda de violão no Bar da Carla**



Fonte: Arquivo pessoal.

Em se tratando da religiosidade, não é possível traçar um perfil único da comunidade. Como afirma Lima (2012, p. 49), “as referências à religião parecem ser mais 'individualizadas' entre os integrantes da comunidade” e, segundo Hamilton (LEMOS, 14 nov. 2012), “a maioria tudo é católica aí. Católicos. Tem uns que são da umbanda, outros quimbanda, entende? Isso aí... É misturado. É como o quilombo, tem brancos, tem pretos e mulatos...”. Em Anjos (2009) há relato de várias famílias que possuem ligação, menos ou mais profundas, com religiões de matriz africana, bem como o caso de uma senhora que se diz católica, porém mantém uma pequena imagem de Xangô, com uma vela acesa, na estante de sua sala.

O modo como a comunidade ocupa fisicamente o local, construindo ela mesma suas casas e compartilhando a pequena área disponível; a sua organização social com base em moradias unifamiliares e na relação entre as figuras masculinas; a importância dada às relações de compadrio, confiança e respeito mútuo; e o cuidado com a vizinhança, entre outros elementos citados acima, dão pistas do modo com que os moradores se relacionam entre si e com o lugar que habitam. Revelam, ao mesmo tempo, tratar-se de uma comunidade pobre: através das

relações que mantêm, os moradores sobrevivem à precariedade de suas condições financeiras se adaptando como podem.

O grau de escolaridade de 40% dos moradores se restringe ao ensino fundamental incompleto, enquanto 27% concluiu o ensino médio. O rendimento mensal médio das famílias fica entre dois e três salários mínimos, bem diferente dos quase 12 salários que caracterizam o rendimento mensal dos chefes de família do bairro. Em um universo de 73% das famílias consultadas durante a produção do Laudo Antropológico da comunidade<sup>47</sup>, apenas 20% dos chefes de família tem ganhos entre quatro e seis salários mínimos. Entre eles, a maioria tem idade entre 30 e 45 anos, havendo uma proporcionalidade entre homens e mulheres. Em geral, elas trabalham como empregadas domésticas/faxineiras, funcionárias de baixo posto em empresas privadas e autônomas. Entre as ocupações masculinas estão pedreiro, porteiro, mecânico, ambulante, motorista, policial (militares ou civis) e cobrador de ônibus. Mais de 60% dos moradores tem idade entre 0 e 17 anos, o que justifica a preocupação em conseguir, junto ao poder público, projetos voltados para a educação e recreação dos jovens (ANJOS, 2009; GEHLEN; RAMOS, 2008; LIMA, 2012; FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Nesse contexto, é interessante destacar que, conforme as entrevistas realizadas e o Laudo da comunidade, a carreira na Brigada Militar figurou e ainda figura como uma das principais alternativas para os homens da comunidade. Em algumas famílias há até três gerações de policiais militares. A preferência por essa instituição pode ser vista como uma tentativa de atingir alguma mobilidade social e estabilidade profissional. Isto porque, ainda hoje, a maioria da população negra do país possui ocupações que conferem pouco prestígio social e baixo rendimento financeiro, o que, como será apresentado nas próximas páginas, possui raízes históricas e ideológicas.

---

<sup>47</sup> De acordo Anjos (2009), para que se pudesse realizar as entrevistas e aplicar os questionários previstos nessa pesquisa, as visitas aos domicílios foram feitas sempre nos finais de semana, porém nem todos os moradores da comunidade quiseram participar do levantamento das informações pertinentes à elaboração do documento.

## O QUILOMBO DA FAMÍLIA SILVA

**Figura 23: Família Silva, no quilombo**



Fonte: FAMÍLIA SILVA, 2010.

O Quilombo da Família Silva possui especial representação na luta quilombola por ter sido o primeiro quilombo urbano do país e o único da cidade a ter seu território titulado. Seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares se deu em dezembro de 2004 (FUNDAÇÃO PALMARES, 2012). Concomitante a esse processo, foi elaborado o seu Laudo Antropológico entre maio e agosto daquele mesmo ano (CARVALHO; WEIMER, 2004). Após 70 anos de ocupação, o quilombo obteve a titulação de parte de seu território em setembro de 2009 (FAMÍLIA SILVA, 2010; Diário de Campo).

Os moradores do Quilombo do Silva atualmente ocupam uma área de 4.445m<sup>2</sup> no bairro Três Figueiras – caracterizado por eles mesmos como “o metro quadrado mais valorizado de Porto Alegre” (FAMÍLIA SILVA, 2010). Da mesma forma que nos demais quilombos com os quais tive contato, trata-se de uma comunidade pobre e predominantemente negra. As mulheres do grupo trabalham como domésticas; os homens, como vigias e jardineiros ou caddies do Country Club, que fica próximo à comunidade (CARVALHO; WEIMER, 2004). O grau de escolaridade de 53% dos chefes de família do grupo se limita ao ensino fundamental



incompleto e apenas 20% completou o ensino médio. Uma consequência disso é o rendimento médio das famílias, que fica entre um e quatro salários mínimos – enquanto a média salarial dos demais moradores do bairro gira em torno de 37 salários mínimos (GEHLEN; RAMOS, 2008).

A comunidade é composta por 15 núcleos familiares ligados por laços de consanguinidade ou matrimônio, totalizando 49 pessoas (GEHLEN; RAMOS, 2008). Suas origens remetem a Alipio Marques dos Santos e Naura Borges da Silva, oriundos das cidades de São Francisco de Paula e Cachoeira do Sul, respectivamente, no interior do estado. Na década de 1940, o casal migrou para Porto Alegre e se instalou naquela região que, à época, era rural e distante do centro da cidade. Sua filha, Anna Maria da Silva, permaneceu em São Francisco de Paula, onde conheceu Euclides José da Silva. Vindo também para Porto Alegre, casaram-se em 1954 e passaram a morar junto com os pais de Naura (CARVALHO; WEIMER, 2004).

Lígia Maria, Lorivaldino (o Lorico) e Ângela Maria (a Preta), hoje principais representantes da comunidade na luta quilombola, são filhos de Anna Maria e Euclides. Junto com quatro de seus irmãos<sup>48</sup>, dão continuidade à ocupação e a alguns dos modos de vida construídos ao longo da trajetória de sua família. Segundo Carvalho e Weimer (2004), essa herança é tomada pelos Silva como o componente fundante de sua identidade enquanto grupo.

Também de acordo com Carvalho e Weimer (2004, p. 76), “a luta que eles travam e outrora seus antepassados travaram para constituir um território próprio e obter condições mínimas de sobrevivência de forma autônoma” também é parte da identidade dos Silva. Ou seja, as vivências dos pais e avós são tomadas como impulso para a disputa socioterritorial hoje empreendida pelo grupo.

Parte dessa disputa se relaciona às drásticas mudanças ocorridas da região desde a chegada de Alipio e Naura. O crescimento da cidade trouxe a urbanização do bairro e valorização dos terrenos. Com isso, grande parte das comunidades pobres que ali residiam foram expulsas, processo de exclusão ao qual o Quilombo da Família Silva vem resistindo. Desde a década de 1960, o quilombo buscou meios

---

<sup>48</sup> Anna Maria e Euclides tiveram um total de 11 filhos naturais e mais um de criação. Desses, sete permaneceram no local. Dois já são falecidos (CARVALHO; WEIMER, 2004; SOMMER, 2011).

legais de permanecer, como os inúmeros processos de usucapião. O reconhecimento oficial da comunidade remanescente de quilombo, obtido em 2004, não impediu que ela continuasse sofrendo ataques. Exemplos são a construção, por parte de proprietários de terrenos vizinhos, de cercas ou muros que avançam sobre a área da comunidade; a construção irregular de um conjunto de edifícios em parte de seu território; a cobrança ilegal de IPTU; a violência policial contra seus moradores; a titulação incompleta de seu território e as constantes ameaças da Prefeitura de abrir a Rua João Caetano (que cortaria o quilombo ao meio) (CARVALHO; WEIMER, 2004; Diário de Campo).

Como forma de lutar por seus direitos e por melhores condições de vida, a comunidade vem se organizando. Em 2005, criou a Associação Quilombo da Família Silva (FAMÍLIA SÍLVA, 2010) e está presente na Frente Quilombola desde as suas primeiras articulações.

A ordem de despejo recebida em 2005 é recordada tanto pelos Silva quanto pelos integrantes da Frente Quilombola como um momento de grande tensão. Ao mesmo tempo, é visto como um momento importante do ponto de vista da solidariedade e articulação entre os quilombos da cidade e os militantes sociais. Como disse Janja, liderança do Quilombo dos Alpes, em visita feita por mim e Sérgio Fidélis a essa comunidade: “Se não fosse todo mundo se unir, os Silva não estariam mais lá”. O processo acabou sendo revertido (Diário de Campo).

## O QUILOMBO DO AREAL

**Figura 24: Quilombolas do Areal e visitantes, na avenida Luiz Guaranha**



Fonte: TEMPORAL ESPACIAL, 2012.

O Quilombo do Areal, também conhecido como Luiz Guaranha, se localiza no limite entre os bairros Cidade Baixa e Menino Deus. Embora oficialmente pertença ao Menino Deus, a comunidade afirma ser parte da Cidade Baixa. Da mesma forma, discorda daqueles que a veem como uma vila no centro da cidade, declarando ser uma das últimas comunidades moradoras de “casas de avenida” (MARQUES; MATTOS, 2006, GEHLEN; RAMOS, 2008).

O termo Avenida, na forma como empregado pelo grupo, diz respeito a conjuntos de pequenas casas de aluguel barato, sendo a maioria originalmente de madeira, em estreitas ruas ou becos que ocupam os ‘miolos’ das quadras. Uma característica importante é a existência de espaços de uso comum entre essas ‘casas de avenida’, tais quais pátios, a própria rua, e, originalmente, banheiros, tanques de lavar roupa, quaradouros, etc. Não é preciso ressaltar que essas avenidas são, desde seu surgimento, habitadas por populações pobres e afrodescendentes. (MARQUES; MATTOS, 2006, p. 10-11).

Esses quilombolas se entendem, também, como herdeiros da história do Areal da Baronesa que, nas primeiras décadas do século XIX, era um dos maiores arraiais da cidade. Seu proprietário, João Baptista da Silva Pereira, era coronel do

Exército Imperial e um rico comerciante. Recebeu o título de Barão do Gravathay por ter concedido um grande empréstimo ao governo da Província durante a Guerra dos Farrapos. Com seu falecimento, por volta de 1850, seus bens (entre eles, 51 trabalhadores escravizados, cinco casas na área central da cidade e três embarcações) foram partilhados entre seus filhos, seus genros e sua esposa (MARQUES; MATTOS, 2006; GEHLEN; RAMOS, 2008).

A chácara<sup>49</sup> onde ficava o palacete do Barão foi herdada por Maria Emília da Silva Pereira, a Baronesa do Gravathay. À região, no entanto, era conferida um estigma negativo pelas elites locais. Conhecida pela densa vegetação que servia de refúgio para trabalhadores escravizados em fuga, era chamada por muitos de *Emboscada*. Além disso, sofria constantes alagamentos provocados pelas cheias do Riacho, que, junto com suas águas, trazia grande quantidade de areia. A população trocou então a designação *arraial* por *areal* (PESAVENTO, 1999; MARQUES; MATTOS, 2006).

Já com idade avançada e coberta por dívidas, em 1879 a Baronesa solicitou à Câmara Municipal o loteamento da chácara e acabou por vender parte das terras. Com a sua morte e a proclamação da abolição da escravidão, a região começou a ser habitada pelos negros da antiga senzala da chácara e por outros trabalhadores libertos que para lá migraram. O Areal e sua comunidade vizinha, a Ilhota (área hoje ocupada pelo Quilombo da Família Fidélis), formavam, portanto, uma “espécie de cinturão negro e pobre ao sul da cidade” (PESAVENTO, 1999, [s.p.]).

Seus moradores habitavam malocas, cortiços e casas de avenida. Essas condições insalubres de moradia e o intenso povoamento do local por negros reforçaram a imagem de um local perigoso, fazendo com as duas comunidades fossem alguns dos principais focos das políticas de urbanização e higienização da cidade ao longo do século XX. Tais políticas levaram à valorização dos terrenos na área e à venda das edificações pelos proprietários e/ou seus herdeiros. Esse processo fez com que os agrupamentos em avenidas, inicialmente abundantes na Cidade Baixa e Menino Deus, foram desaparecendo gradualmente. A avenida Luiz

---

<sup>49</sup> O Arraial ou Areal da Baronesa hoje corresponde à Praça Cônego Marcelino e às ruas Baronesa do Gravataí, Barão do Gravataí, Cel. André Belo e Miguel Teixeira e suas transversais (GEHLEN; RAMOS, 2008).

Guaranha foi uma das poucas que se manteve (MARQUES; MATTOS, 2006; GEHLEN; RAMOS, 2008).

O Areal ainda hoje é um importante território negro da cidade, não só pelo exemplo de resistência de seus moradores, mas pelo valor cultural que possui. A região é considerada o berço do carnaval de Porto Alegre e uma referência para as religiões de matriz africana, uma vez que famosos pais e mães de santo habitaram o lugar (MARQUES; MATTOS, 2006).

Hoje, a territorialidade da comunidade localizada na Rua Luiz Guaranha é marcada pela solidariedade entre os vizinhos da avenida (enquanto modo de habitação), bem como pela forte ligação com o bairro e com outras comunidades negras e pobres nele presentes. Uma característica distintiva é a sociabilidade do grupo: em função do tamanho exíguo das casas e da quase inexistência de pátios (os poucos outrora existentes serviram para ampliação das residências), o convívio entre os moradores se dá na rua. Mais que um lugar de passagem e acesso às casas, aquela rua sem saída é convertida em extensão das residências e, assim, parte fundamental da identidade do grupo (MARQUES; MATTOS, 2006).

Atualmente, o Quilombo do Areal é composto por 256 habitantes, divididos em 71 moradias, sendo, com isso, o quilombo urbano mais populoso de Porto Alegre. O número de residências não implica em um número igual de famílias, visto que em algumas das casas são compartilhadas por até três núcleos familiares (MARQUES; MATTOS, 2006, GEHLEN; RAMOS, 2008).

Dos chefes de família, mais de 60% possui o ensino fundamental incompleto. O rendimento médio mensal total das famílias é de até quatro salários mínimos. Isso as diferencia muito socioeconomicamente dos outros moradores da região, uma vez que, no Menino Deus, a renda (individual) dos chefes das famílias é superior a 15 salários mínimos e, na Cidade Baixa, é de 11 salários mínimos. Junto a isso, há o elevado índice de desemprego no quilombo, que atinge 25% das famílias (GEHLEN; RAMOS, 2008).

A comunidade já enfrentou várias tentativas de remoção. Uma delas foi feita pela Santa Casa de Misericórdia<sup>50</sup>, proprietária da área até a década de 1980. Em

---

<sup>50</sup> Luiz Guaranha, um comerciante de origem italiana, foi o primeiro proprietário da avenida. Como não teve filhos, em testamento designou a Santa Casa de Misericórdia como sua herdeira (MARQUES; MATTOS, 2006).

negociação com a Prefeitura Municipal, a Santa Casa solicitou a troca da rua por outra área. Nesse pedido, havia também a indicação de que o terreno incluído no Projeto Renascença, pois aquele seria um “foco de imundícia”, um “verdadeiro submundo”. A mobilização da comunidade impediu que a permuta se efetivasse. Hoje a área pertence à Prefeitura de Porto Alegre, o que, no entanto, não traz segurança ao grupo: há relatos de que, na década de 1980, o DEMHAB propôs a remoção da comunidade para a Chácara da Fumaça, na zona norte da cidade (MARQUES; MATTOS, 2006, p. 77, GEHLEN; RAMOS, 2008).

A partir de uma sugestão de estudantes e de funcionários da própria Prefeitura, a comunidade começou a se mobilizar para ingressar no pleito quilombola. O Certificado de Autorreconhecimento foi publicado pela Fundação Palmares em 2004. Hoje a comunidade está organizada na Associação Comunitária e Cultural Quilombo do Areal<sup>51</sup> e na Frente Quilombola. Seu Laudo foi publicado em 2006, mas o processo de titulação continua em aberto no INCRA (TIPA JÚNIOR, 2011; FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2012).

---

<sup>51</sup> Nenhuma das fontes consultadas indica a data de criação dessa associação. Pelos relatos da trajetória da comunidade, infiro que tenha ocorrido entre os anos de 2005 e 2006.

## O QUILOMBO DOS ALPES

**Figura 25: Janja (em primeiro plano),  
no Quilombo dos Alpes**



Fonte: SALAINI, 2012

O Quilombo dos Alpes está no bairro Cascata (próximo aos atuais bairros Teresópolis e Glória) há mais de 80 anos. Localizada no alto do morro e ao longo da Estrada de mesmo nome, a comunidade tem na memória dos seus antepassados, nos laços de parentesco e compadrio e no modo de vida que leva os seus principais fatores identitários (GEHLEN; RAMOS, 2008; SALAINI, 2012).

As 56 famílias pertencentes ao grupo (que totaliza 227 pessoas) descendem de Edwirges Francisca Garcia da Silva. A “vó Edwirges”, como é chamada na comunidade, teria ocupado a área com Antônio Ramos, seu segundo marido, nas primeiras décadas do século XX. Os relatos do grupo indicam que o casal teria fugido de uma fazenda no bairro Belém Velho, pois Antônio teria quebrado a guampa de um boi de propriedade de seu senhor<sup>52</sup>. Com medo dos castigos a que seria submetido, fugiu para aquele morro que na época era intensamente coberto por vegetação (GEHLEN; RAMOS, 2008; SALAINI, 2012).

---

<sup>52</sup> Ainda que a escravidão já tivesse sido proclamada oficialmente à época, é sabido, como apontam Gehlen e Ramos (2008) e outros autores consultados ao longo deste trabalho, que as relações por ela engendradas não se encerram imediatamente após o ano de 1888.

Edwirges faleceu em 1998, aos (estima-se) 108 anos. Seus descendentes, junto a pessoas agregadas por laços de compadrio ou matrimônio, perpetuam sua história, relembrando das histórias contadas por ela, repassando seus conhecimentos sobre o território e cultivando ervas e chás como ela ensinou (GEHLEN; RAMOS, 2008; SALAINI, 2012). Além do valor identitário que possui para o grupo, esse mito fundador também embasa a luta atual da comunidade, visto que Edwirges é mantida como “o elo do passado que dá sentido as reivindicações do presente” (GEHLEN; RAMOS, 2008, p. 122).

Mais de 60% das pessoas responsáveis pelo sustento das famílias do Quilombo dos Alpes não concluiu o ensino fundamental. Essa chefia é mantida principalmente por mulheres que, em maioria, trabalham como empregadas domésticas ou faxineiras. Outras ocupações recorrentes na comunidade são as de segurança, pedreiro e eletricista. O rendimento mensal médio é de três salários mínimos, assim como o restante dos habitantes do bairro Cascata. No entanto, nenhum dos quilombolas recebe mais de quatro salários mínimos mensais, 36% das famílias sobrevive com um salário ou menos e o índice de desemprego é de quase 43%, o que configura essa como a comunidade quilombola mais pobre da cidade (GEHLEN; RAMOS, 2008).

Concomitante à falta de emprego e acesso à saúde, esse quilombo enfrenta a especulação imobiliária. O Morro dos Alpes possui uma vista privilegiada da cidade, fazendo com que seja cobiçado para a construção de casas e condomínios de luxo. Assim, já sofreu diversas tentativas de despejo por parte de pessoas que alegam ser donas da área. Contudo, muitas vezes se tratam de advogados ou corretores de imobiliárias que, utilizando mandatos forjados e auxílio de força policial, procuram amedrontar o grupo e pressioná-lo a abandonar o local (GEHLEN; RAMOS, 2008).

O quilombo enfrenta, também, moradores das mediações que são contrários à sua permanência e identificação como quilombolas, o que já trouxe consequências irreparáveis. Em 04 de dezembro de 2008, dois membros da diretoria da Associação Quilombola foram assassinados no território da comunidade: Joelma da Silva Ellias (Jô) e Volmir da Silva Ellias (Guinho), com 36 e 31 anos de idade, respectivamente, foram alvejados pelas costas. Eles eram irmãos de Valdir e de Rosângela da Silva Ellias, a Janja, liderança do quilombo. Janja, naquela data, já era presidente da Associação e também saiu ferida. Não tendo conseguido matá-la na primeira



tentativa, Pedro Paulo Back retornou no dia seguinte para “terminar o serviço”, o que felizmente não ocorreu porque Janja não estava em casa. O assassino não era quilombola, mas morava na área do quilombo. Dois anos depois, foi condenado a 39 anos de prisão (WEISSHEIMER, 2008; MACHADO, 2010; Diário de Campo).

A comunidade vem tentando se proteger com a organização de grupos para construção de cercas e para a vigia do território à noite, em momentos de ameaça iminente. Junto a isso, criou a Associação Quilombola Dona Edwirges em 2005, mesmo ano em que a Fundação Cultural Palmares publicou seu Certificado de Autorreconhecimento como remanescente de quilombo (GEHLEN; RAMOS, 2008; SALAINI, 2012; FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2012). Em 2007, a comunidade teve seu Laudo concluído, mas seu processo de titulação se mantém em aberto no INCRA. A comunidade também faz parte da Frente Quilombola.

### APÊNDICE 3 – SANTANA DO LIVRAMENTO E ANCESTRALIDADE NEGRA

**Figura 26: Mapa com indicação para cidade de Santana do Livramento/RS**



Fonte: **GOOGLEMAPS, 2012**

O depoimento de Seu Jakes (FIDÉLIX, J.; 07 nov. 2012<sup>53</sup>), pai de Sérgio Fidélis, indica que a trajetória dos ancestrais do quilombo foi de muito esforço e trabalho. Hoje com 87 anos de idade, Seu Jakes afirmou repetidamente que “a vida era custosa”.

Seu Jakes nasceu em 1925, no 3º Distrito de Santana do Livramento, filho de Ursulina Vargas Fidélis (Dona Bidú), que trabalhava como cozinheira nas estâncias da região<sup>54</sup>. Sua avó paterna, Felicidade Marques, foi escrava e recebeu uma pequena porção de terra de seu senhor na localidade de Rincão dos Negros, na área rural de Livramento, onde construiu sua casa. Lá, com seus descendentes e famílias de negros fugidos, ocupantes de terras devolutas na mesma área, estabeleceu pequenos cultivos para subsistência. Entre essas famílias esteve a de Basília Maciel<sup>55</sup>, avó materna de Jakes (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012; ANJOS, 2009).

<sup>53</sup> FIDÉLIX, Jakes. Jakes Fidélis: entrevista [07 nov. 2012]. Entrevistadora: Daniela Santos da Silva. Porto Alegre, 2012. 1 arquivo .mp3 (42 min.).

<sup>54</sup> Sérgio afirmou não ter informações sobre o seu avô.

<sup>55</sup> Não é possível precisar se Basília foi escrava ou filha de escravos (ANJOS, 2009).

Porém, gradativamente essas famílias perderam suas terras nas trocas por alimentos e produtos que não podiam produzir. Muitas migraram para a localidade de Madureira, vizinha ao Rincão dos Negros e a 20 quilômetros da zona urbana de Livramento, onde trabalharam na construção da Estação Ferroviária Afonso Madureira, iniciada da década de 1940 (ANJOS, 2009; LIMA, 2012). Entre esses trabalhadores esteve Seu Jakes, à época integrante do 1º Batalhão Ferroviário de São Luiz Gonzaga. Sua função era a de tuco, funcionário responsável por remover a terra e colocar as bases para os trilhos (FIDÉLIX, S.; 07 nov 2012; FIDÉLIX, J.; 07 nov 2012).

**Figura 27: Ferrovia de Madureira**



Fonte: ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL, 2012.

Após o trabalho na ferrovia de Madureira, Seu Jakes fez parte da Companhia de Guarda do Exército em Livramento. Por conta disso, passou uma temporada em Porto Alegre, treinando para uma possível atuação junto aos exércitos europeus na Segunda Guerra Mundial (LIMA, 2012). Porém, o período de vida que parece estar mais presente na sua memória é do trabalho penoso como caminhoneiro, realizado durante “uma porrada de ano”. Ele recorda dos longos períodos longe de casa à espera do melhor frete e de ter passado por inúmeras cidades do estado transportando açúcar e outros mantimentos:

[...] a condução pra transporte era tão escassa que eu vou te dizer uma coisa! Bah... [...] Enquanto não arrumava carga naquele lugar ali, tu ficava ali. [...] Onde tava melhor o frete aí pegava e... [...] Não, nós passemos ruim!

Passemo ruim. Pra descarregá uma carga era um sacrifício. [...] A gente passou muito... os *mau momentos* (FIDÉLIX, J.; 07 nov 2012).

Diferentemente de Seu Jakes, que seguiu outro caminho a partir do ingresso no Exército, grande parte dos ex-trabalhadores da Estação Férrea Afonso Madureira iniciaram uma nova migração em busca de emprego. Muitos se estabeleceram nos centros urbanos da região, como em Santana do Livramento, onde encontraram outras famílias com trajetórias parecidas e que hoje integram o Quilombo da Família Fidélis, como os Santiago de Freitas, descendentes da escrava Anastácia Brochado, e os Nascimento Damasceno, descendentes da escrava Belisária (de sobrenome desconhecido) (ANJOS, 2009).

Anastácia Brochado possivelmente nasceu após a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, mas permaneceu na condição de escrava. Possuía um histórico de fuga do cativo na cidade de Minas do Butiá/RS (em uma das suas tentativas, sua primeira filha faleceu). De Minas do Butiá foi levada para servir em Santana do Livramento. As informações sobre sua trajetória são confusas, porém é certo que se casou duas vezes e que teve outras quatro filhas. Belisária, por sua vez, foi uma escrava doméstica que, em 1881, recebeu uma carta de seu senhor autorizando-a a esmolar nas ruas de Livramento afim de comprar sua alforria. Não há evidências sobre Belisária ter conseguido ganhos suficientes para atingir a quantia estipulada por seu senhor ou ter sido libertada junto aos demais trabalhadores escravizados, em 1888. A referida carta, porém, é guardada cuidadosamente até hoje por seus descendentes (ANJOS, 2009).

Milton ainda menciona a sua avó paterna, Felisberta. Um pouco ressentido, afirma que, quando da viagem feita pela equipe da UFRGS a Santana do Livramento, a origem de sua família não foram pesquisadas. Embora o nome e a história de Felisberta não constem no Laudo da comunidade, sabe-se que Felisberta foi escravizada e morreu em 1916. Conforme Milton, a sepultura de sua avó pode ser encontrada ainda hoje no cemitério de Santana do Livramento (SANTANA, 28 nov. 2012).

Essas mulheres – Felicidade, Basília, Anastácia, Belisária e Felisberta – são lembradas e valorizadas por seus descendentes como símbolos de trabalho, solidariedade e obstinação na busca pela liberdade (ANJOS, 2009) e suas histórias

fizeram parte do argumento dos quilombolas para obter, na Fundação Cultural Palmares, a certificação como comunidade remanescente de quilombo.

Além de possuírem antepassados com trajetórias similares, os integrantes do Quilombo da Família Fidélis foram vizinhos em Santana do Livramento e frequentavam os mesmos lugares de lazer, como os campos de futebol e o Clube Farroupilha (exclusivo para negros, que eram proibidos de entrar em outros clubes). Segundo Sérgio e Seu Jakes, o envolvimento com o carnaval também era tradição em Livramento. Na juventude, Seu Jakes (FIDÉLIX, J, 07 nov. 2012) foi sambista e, em suas palavras, “deitava e rolava!”.

Meu pai era um que saía duas hora da tarde num bloco. Quer dizer, começava duas horas da tarde, imagina que hora iam terminar esses neguinho... Quer dizer, então tem na veia, isso aí na veia (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Outro ponto de entrelaçamento dessas famílias, ainda em Livramento, foi o Frigorífico Swift Armour, uma das empresas de capital internacional instaladas na cidade, onde, segundo Sérgio, “entrava o boi em pé e a saía ensacadinho”. O Armour se destacou por ter sido um dos pilares da economia santanense, chegando a representar 50% da arrecadação fiscal do município e a empregar mais de 7.000 funcionários, tanto brasileiros quanto uruguaios. Seu Jakes começou a trabalhar no Armour aos 14 anos de idade, como menor aprendiz. Aproximadamente 30 anos depois, Sérgio, então com 16 anos, ingressou no frigorífico na mesma condição (ANJOS, 2009; FIDÉLIX, J.; 07 nov. 2012; FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

A importância econômica da empresa logicamente se manifestou também na cultura local. De acordo com Sérgio e Seu Jakes, a presença do futebol é bastante forte naquela cidade, agregando as pessoas, e o Armour possuía um time profissional composto por seus funcionários. Isso fez com que Milton, na época jogador de futebol, também trabalhasse no frigorífico, porém em situação um pouco diferente. Segundo ele, os atletas usufruíam de certas regalias com relação aos demais funcionários, podendo trabalhar inclusive no escritório. Milton optou, entretanto, por aprender atividades que o possibilitassem ter outras ocupações no futuro, como mecânica, hidráulica, elétrica e solda.

O time era profissional. E era um time bom, de jogador tudo... Procuravam ir pra lá porque, além do salário que tu ganhava, tinha o salário da fábrica, trabalhava. E o serviço era só pra ti manter hora ali, né? O serviço era... não

era serviço duro assim. O meu era mais duro porque eu quis aprender uma profissão. Eu encarava! Queria ter uma profissão. [...] Eu recém tinha casado, digo: 'Eu vou pegar, amanhã ou depois vou sair daqui, não tenho profissão nenhuma...' (SANTANA, 28 nov. 2012).

Para se adaptar às novas tecnologias e às exigências dos padrões de exportação, o Swift Armour foi modificando seus processos e, por conseguinte, fechando postos de trabalho. Exemplos foram os peões, homens que controlavam o gado e que foram substituídos pelo cercamento dos campos, e os tropeiros, responsáveis pelo transporte do gado, substituídos pelo transporte ferroviário (ANJOS, 2009).

O declínio da empresa começou com o final da Segunda Guerra Mundial, visto que grande parte de seus lucros provinham do abastecimento de carne aos países em conflito. Após algumas tentativas de revitalização, o Armour encerrou suas atividades na década de 1990, o que teve forte impacto sobre a economia de Santana do Livramento. Sem possibilidades de sustento, muitos santanenses se mudaram para outras cidades do interior e para a capital do estado, como foi o caso de Sérgio e Hamilton. Milton tinha como motivo adicional o desejo de se juntar aos familiares que já moravam em Porto Alegre (ANJOS, 2009; SANTANA, 28 nov. 2012).

**Figura 28: Ruínas do Frigorífico Swift Armour**



Fonte: LEITE, 2012.

Ainda na década de 1960, Milton parou de jogar futebol devido a um problema de saúde. Como não tinha intenção de permanecer trabalhando no frigorífico, veio para Porto Alegre para ficar mais próximo dos parentes que aqui já estavam. Conforme Anjos (2009), sua primeira ocupação na capital foi o trabalho na flora<sup>56</sup> Casa de Xangô, no bairro Azenha, propriedade de seu irmão Aldrovando. Durante a entrevista (SANTANA, 28 nov. 2012), relatou que o verdadeiro intento, ao vir para a capital, sempre fora ter seu próprio negócio, como os diversos brechós de roupas que teve mais tarde na Cidade Baixa e o período no qual prestou serviço ao Colégio Júlio de Castilhos (Julinho).

O trabalho e os parentes, no entanto, não suprimiram a necessidade de manter contato com outros santanenses. A compra do bar na rua Lima e Silva foi fruto disso, o que ficou evidente quando Milton disse: “Eu fiz questão de trazer, juntar aquele meu pessoal de Livramento prali”.

Após o fim do casamento, Milton saiu da comunidade, cedendo a casa para seus filhos e sua ex-esposa. Embora frise que continua mantendo contato com a comunidade, hoje mora com sua atual companheira, Angélica, no segundo andar do prédio onde fica seu brechó, ao lado do Julinho.

Hamilton, ao contrário de seus conterrâneos, é mais reservado e econômico em suas falas. Embora tenha se mostrado interessado em participar da pesquisa, não revelou muito da sua história antes da formação da comunidade. Poucas também são as referências à história de sua família no Laudo do quilombo. O que foi possível saber é que conhece Milton e Sérgio desde a infância e que os três participam dos mesmos clubes de futebol. Ainda em Santana do Livramento, foi tamboreiro em um terreiro de umbanda. Em Porto Alegre, antes de ocupação da atual área da comunidade, morou na Avenida Getúlio Vargas, na Rua Barão do Gravataí e no bairro Alameda (ANJOS, 2009). Ingressou na Brigada Militar logo após chegar à cidade, seguindo o caminho dos irmãos, e hoje está aposentado.

Sérgio, por sua vez, teve sua primeira residência em Porto Alegre no bairro Partenon. Retornou a Santana do Livramento para servir ao Exército e, em seguida, voltou para a capital, onde trabalhou como auxiliar de motorista na Viação Ouro e Prata e como promotor de vendas da empresa de sorvetes Kibon. Desde a década

---

<sup>56</sup> As floras são lojas dedicadas à venda de artigos para religiões de matriz africana.

de 1970, trabalha na Brigada Militar, onde é auxiliar de enfermagem. Afirmou que, mesmo antes de morar na Cidade Baixa, relacionava-se com o bairro. Além de ter frequentado os campos de futebol e os bares onde encontrava conterrâneos, era assíduo nos carnavais do Areal da Baronesa, chegando a ser diretor da escola de samba daquela comunidade, hoje igualmente autorreconhecida como remanescente de quilombo (FIDÉLIX, S.; 07 nov. 2012).

Embora seus pais o visitassem bastante em Porto Alegre, Sérgio disse que eles nunca quiseram vir morar na cidade. Com a morte da sua mãe, Sérgio e seus três irmãos (todos morando em Porto Alegre), optaram por trazer o pai de Santana do Livramento, devido a idade avançada. A casa onde o casal morava lá foi cedida a parentes. Hoje Seu Jakes mora na casa de Valmir, irmão de Sérgio que também reside na comunidade. Diz que sua vida no quilombo é tranquila, ainda que demonstre certo desânimo: “O que é a gente vai fazê?... O bondoso a gente perdeu que era a véia, não? Mas nós não vinha pra cá. Foi a morte dela que trouxe tudo isso...” (FIDÉLIX, J.; 07 nov. 2012). Na maioria das tardes em que estive no quilombo, encontrei Seu Jakes sentado em frente à sua casa, acomodado em uma cadeira ou mesmo em um pedaço de tronco de árvore, acompanhando o movimento da rua.

**Figura 29: Seu Jakes, em frente à sua casa**



Fonte: Arquivo pessoal.



## ANEXO 1 – CARTA ABERTA DA FRENTE QUILOMBOLA (AGOSTO/2011)

### CARTA AO POVO BRASILEIRO E AO MOVIMENTO QUILOMBOLA E SOCIAL NEGRO EM DEFESA DA LUTA QUILOMBOLA E EM ESPECIAL AOS IRMÃOS QUILOMBOLAS QUE ESTARÃO NO 4º ENCONTRO DA CONAQ

*As organizações, quilombolas, entidades e ativistas negros e sociais* reunidos no Encontro Quilombola Negro e Popular realizado no dia 16 de julho último no Quilombo da Família Silva em Porto Alegre vem perante a população e o povo brasileiro denunciar a *grave situação de ataques aos direitos das comunidades quilombolas* e fazer um convocação para a luta e organização.

A luta quilombola é secular. Nós e o conjunto das entidades e organizações do movimento negro somos herdeiros e fazemos parte dessa Frente.

Hoje, informalmente, são mais de cinco mil comunidades nos mais variados graus de organização e mobilização pela *defesa de seus direitos e em todos estados da Federação*.

*As reações contra esse processo de luta e organização do nosso povo* vem mostrando a sua face. *A opção de “desenvolvimento” oficial exclui a maior parte do povo brasileiro e especificamente povo negro e os povos indígenas.*

As comunidades quilombolas vêm sofrendo forte ataque aos seus direitos nas várias esferas de Estado, como a ação direta de inconstitucionalidade (Adi 3239) ajuizada pelo DEM (Democratas ex-PFL); o projeto de Decreto Legislativo de autoria do deputado do PMDB de Santa Catarina (*deputado Valdir Colatto* (PMDB-SC) projeto 44/2007).

Ambos ataques, o primeiro no Supremo Tribunal Federal e o segundo no Congresso Nacional estão na iminência de serem votados em Brasília e visam retirar a efetividade Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (que garante a titulação das terras de quilombo), bem como, atacam conquistas expressas no Decreto 4887/2003 (que regulamenta procedimentos para demarcação e titulação dos nossos territórios) com efeitos devastadores para a luta da grande maioria das comunidades quilombolas.

Tais ataques refletem os interesses dos *grandes latifundiários rurais e urbanos, grandes empreiteiras, empresas de papel e celulose e multinacionais contando com cumplicidade das grandes empresas de comunicação (escrita e falada)*.

São essas pressões que explicam as alterações das Instruções Normativas do *Incra*, pelo *governo federal*, burocratizando e retardando o processo de demarcação e titulação das terras quilombolas (que já é lento pois nos últimos 8 anos somente 15 comunidades foram tituladas) a revelia das comunidades quilombolas, o que gerou a correta denúncia do estado brasileiro perante OIT (Organização Internacional do Trabalho), por descumprimento da Convenção 169 da OIT, por parte de varias entidades e organizações do movimento negro e quilombola os pouquíssimos recursos para demarcação e titulação e ainda a extremamente baixa executividade

orçamentária desses recursos, não atingindo em média 10% dos recursos previstos.

Soma-se a essa situação os *assassinatos e ameaças de morte a várias lideranças quilombolas, ativistas sociais e lutadores(as)*.

*Estamos resistindo como demonstram as mobilizações recentes no Maranhão, Bahia, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e alertamos que o momento é de unidade e vimos a público denunciar todos aqueles que procuram isolar o movimento quilombola do conjunto do movimento negro e social.*

No momento em que se aproxima o 4º Encontro da Conaq fazemos um alerta e um chamado especial aos quilombolas presentes no quarto encontro que será realizado no Rio de Janeiro de 03 a 07 de agosto do corrente ano para *nos mobilizarmos para barrarmos esses ataques e garantirmos nossas vidas e nossos direitos.*

*A derrota dos quilombolas significará um retrocesso de conjunto nas lutas sociais no país e conquistas do povo negro.*

**PELA TITULAÇÃO IMEDIATA E SUSTENTABILIDADE DAS TERRAS  
QUILOMBOLAS**

**BASTA DE RACISMO E ASSASSINATOS**

**REPARAÇÃO JÁ**